



Departamento de Sociologia

A Desindustrialização em Alcântara – consequências sociais e urbanas

Pedro Manuel de Carvalho Lago

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor Walter José dos Santos Rodrigues, Professor Auxiliar,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2015

Agradecimentos

Neste caminho percorrido muitos foram aqueles que me deram incentivos, apoiaram e me deram ânimo, confiança e até contributos para a melhoria do trabalho da Dissertação.

Nos agradecimentos quero destacar alguns em particular. Começo por me referir ao meu amigo Augusto Flôr que foi um dos que mais insistiu para que entrasse nesta aventura do saber e fizesse a licenciatura, para além do apoio que me deu na preparação para o exame de acesso à faculdade. Depois à Manela, que desde a primeira hora me apoiou nesta aventura e me acompanhou em todos os momentos estimulando e incentivando este percurso. Ao Henrique colega, amigo e futuro Mestre, companheiro de jornada, com quem partilhei muitos trabalhos de grupo e muitos outros momentos que ajudaram a consolidar a nossa amizade. À Helena que percorrendo o mesmo trilho e muitas das mesmas dificuldades, foi trocando comigo experiências, apoiando e incentivando também. Ao professor Paulo Alves, pela sua generosa colaboração, contributo teórico para um conhecimento mais profundo de Alcântara e a sua disponibilidade no desenvolvimento deste trabalho. Ao Professor *Frédéric Vidal* dando várias sugestões fruto da sua experiência do trabalho desenvolvido sobre Alcântara. A todos os que participaram nas entrevistas e contributos anónimos que ajudaram a enriquecer esta Dissertação. A todos os colegas que ajudaram e apoiaram partilhando experiências e vivências. A todos os meus amigos que sempre se interessaram pelo andamento e desenvolvimento do trabalho procurando incentivar e estimular para o seu êxito. Quero ainda agradecer ao meu orientador, Professor Walter Rodrigues que me ajudou a definir as linhas gerais de desenvolvimento do trabalho, e com as suas sugestões para a sua melhoria, principalmente na recta final, contribuiu para que conseguisse chegar ao fim desta outra etapa, do caminho iniciado há cinco anos e que me marcará positivamente para sempre.

O meu sincero obrigado a todos!

Chega ao fim uma etapa importante deste caminho de descoberta e aprendizagem em que se fica com a sensação de haver muito mais para fazer e para aprender. Porque considero que podemos sempre aprender mais e mais e que só lutando conseguimos atingir os objectivos em que acreditamos, considero esta chegada como uma pausa para partir para outras etapas e outros caminhos de investigação e aprofundamento de saberes.

Por fim, quero dedicar este trabalho aos meus filhos, Andreia e Nuno.

Resumo

A desindustrialização em Lisboa e em particular na Freguesia de Alcântara, entre 1981 e 2011, e as suas consequências sociais e urbanísticas, é o objecto de estudo. Com o encerramento e deslocalização de empresas em Alcântara, avalia-se qual o tipo de recomposição social que se verificou e suas consequências, bem como a sua influência na organização do espaço urbano e no tipo de habitação, fruto dessa recomposição social. Assim como, se a requalificação urbana foi fruto desta recomposição social e da desindustrialização, ou se foi a especulação imobiliária que, com o encerramento de empresas, promoveu uma construção e habitação de maior qualidade, incluindo condomínios habitacionais fechados, conduzindo a uma reconfiguração do espaço urbanístico e a uma reconfiguração social.

As alterações populacionais e a recomposição social, as alterações nos escalões etários e nos níveis de escolaridade, os movimentos migratórios, os níveis de qualificação dos novos habitantes, são indicadores avaliados ao longo da dissertação. Para além destes, são objecto do presente estudo, a nobilitação urbana verificada, a requalificação urbanística, factor de atracção de novos moradores, com outro estatuto social, outras práticas sociais e outro estilo de vida, e a terciarização, que alteram características fundamentais da Freguesia. As entrevistas, a observação presencial, a análise documental e estatística, constituíram metodologias fundamentais aplicadas na investigação realizada.

Palavras-chave: desindustrialização, recomposição social, nobilitação, requalificação, condomínios fechados.

Abstract

De-industrialization in Lisbon and particularly in Alcantara Parish between 1981 and 2011, and its social and urban consequences, is the object of study. With the closure and relocation of companies in Alcantara, we evaluate what kind of social recomposition that occurred and its consequences, as well as their influence on the organization of urban space and the type of housing as a result of this social recomposition. As if the urban renewal was the fruit of this social recomposition and deindustrialization, or if it was speculation that with the closure of companies, promoted a construction and housing of higher quality, including closed residential condominiums, leading to a reconfiguration of space urban and social reconfiguration.

Population change and social recovery, changes in age groups and education levels, migratory movements, qualification levels of new residents, are indicators evaluated over the dissertation. Apart from these, are the subject of this study , urban gentrification checked , the urban redevelopment , pull factor for new residents , with another social status , other social practices and other lifestyle, and outsourcing , which alter the fundamental characteristics of Parish . The interviews, the classroom observation, document analysis and statistics, were key methodologies used in the investigation.

Keywords: de-industrialization, social recomposition, gentrification, rehabilitation, gated communities.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Índice	vii
Índice de Quadros	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	1
1 - A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E URBANAS NA FREGUESIA DE ALCÂNTARA.....	3
1.1.As alterações produzidas e a sua caracterização social.....	6
1.2. As transformações no tipo de habitação e na organização do espaço urbano	13
1.3. A desindustrialização e seus reflexos no tecido empresarial	22
2 – A FREGUESIA DE ALCÂNTARA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO	25
2.1. Causas da desindustrialização e condições de adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia).....	25
2.2. Efeitos da desindustrialização em Alcântara	27
2.3. Alcântara e a sua evolução - Origens e formação da Freguesia	29
2.4. As Vilas e os Pátios em Alcântara	31
2.5. A industrialização em Alcântara e as Empresas que se instalaram.....	32
2.6. Novos limites da Freguesia - o convívio, a confraternização, a cultura operária.	35
2.7. A Alcântara industrial, a Alcântara operária, foi também a Alcântara revolucionária.....	36
2.8. O Movimento Associativo e popular em Alcântara de fortes tradições e raízes operárias....	38
2.9. A requalificação urbana - das antigas fábricas aos condomínios de luxo	39
2.10. <i>LX FACTORY</i> , um exemplo de recuperação e requalificação do edificado industrial.	40
2.11. Das antigas Fábricas aos Condomínios fechados	41
2.12. Outras requalificações e reconversões urbanísticas	42
3 – METODOLOGIA	45
CONCLUSÕES	49
BIBLIOGRAFIA	57
FONTES	60
ANEXOS	I
ANEXO A - QUADROS	I
ANEXO B - FIGURAS.....	XI
ANEXO C – FOTOGRAFIAS DE ALCÂNTARA	XIII
ANEXO D – GUIÃO DE ENTREVISTA.....	XXII
ANEXO E - GRELHA ANALÍTICA DAS ENTREVISTAS.....	XXV

CURRICULUM VITAE XL

Índice de Quadros

Quadro 1.1. População residente (1981 - 2011).....	7
Quadro 1.2. Densidade populacional (Hab/Km2), por local de residência (1991 – 2011).....	7
Quadro.1.3 Taxa de variação das famílias clássicas (%), por local de residência. (1991 – 2011).....	7
Quadro.1.4. Profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões CNP, (1991-2001) Posição em função da % em 2001.....	7
Quadro 1.5. Proporção de profissões de topo (%) por Local de Residência (1991- 201.....	9
Quadro.1.6. Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo, (1991- 2011).....	9
Quadro. 1.7.Proporção da população residente com ensino superior completo (%) (1991- 2011).....	10
Quadro.1.8. População Residente segundo os grupos etários e a sua evolução (1991 – 2011).....	11
Quadro.1.9 . Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município (1991 - 2011)	11
Quadro.1.10 .Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1986-1991)	12
Quadro.1.11. Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1996-2001)	12
Quadro. 1.12. Qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986- 1991).....	13
Quadro. 1.13. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por local de residência (2001-2011).....	13
Quadro. 1.14. Evolução Nº de Edifícios. Por localização geográfica Por Época de construção.....	20
Quadro 1.15. Variação do peso percentual de cada setor da atividade económica no PIB (1975 / 2011)	23
Quadro 1.16. Composição da Estrutura Industrial de Lisboa (Todos os Ramos Industriais da Industria Transformadora) (1971, 1991, 2009).....	23
Quadro 2.17. Empresas de Alcântara desde o início da industrialização e mais recentes	33
Quadro 2.18. Condomínios habitacionais de luxo, espaços reconfigurados e Requalificados em Alcântara	44

Índice de Figuras

Gráfico 1.1. Densidade Populacional (Nº/Km2) p/ Local de Residência (1991-2011).....	7
Gráfico 1.2. Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção.	
Freguesia de Alcântara (1971 – 2011).....	21
Gráfico 1.3. Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção.	
Cidade de Lisboa (1971-2011).....	21

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AIT – Associação Internacional do Trabalho.
AML – Área Metropolitana de Lisboa.
ASA - Academia de Santo Amaro
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa.
CCD – Centro de Cultura e Desporto.
CML – Câmara Municipal de Lisboa.
CTM – Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos.
CNN – Companhia Nacional de Navegação.
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CEE – Comunidade Económica Europeia.
CUF – Companhia União Fabril.
ENI – Electricidade Naval e Industrial.
EPI – Empresa Progresso Industrial.
EPNC – Empresa Pública Notícias Capital.
FIL – Feira das Indústrias de Lisboa.
FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesa.
GNR – Guarda Nacional Republicana.
INE – Instituto Nacional de Estatística
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
PCP – Partido Comunista Português.
PDM – Plano Director Municipal.
PIB – Produto Interno Bruto.
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado.
SFAE – Sociedade Filarmónica Alunos Esperança.
SIDUL – Sociedade Industrial Destilatoria do Ultramar Limitada.
UE - União Europeia.

INTRODUÇÃO

O objecto da presente dissertação é a Desindustrialização na cidade de Lisboa e em particular na Freguesia de Alcântara, nas últimas décadas (entre 1981 e 2011).

Com a desindustrialização na Cidade de Lisboa, verificou-se uma transformação na sua composição social e na organização do espaço urbanístico, principalmente nas Zonas Ocidental e Oriental da Cidade. O trabalho que vamos desenvolver pretende avaliar que tipo de recomposição social se verificou, para além de analisarmos também a requalificação urbana que se realizou. Nesse sentido, pretendemos responder às questões de partida: Com a desindustrialização, que tipo de recomposição social se verificou na Freguesia de Alcântara da Zona Ocidental de Lisboa e quais as consequências? Que influência se produziu na organização do espaço urbano e no tipo de habitação, pela recomposição social verificada nas últimas décadas?

Para além de querermos saber se a requalificação urbana foi fruto da recomposição social, que teve origem na desindustrialização ou foi o mercado imobiliário que, tendo verificado a emigração forçada de centenas de famílias para as suas terras de origem ou para outros Concelhos limítrofes de Lisboa ou da Área Metropolitana de Lisboa (AML), tratou de alterar o tipo de construção para uma de maior e melhor qualidade, incluindo condomínios habitacionais fechados, levando assim também a uma reconfiguração do espaço urbanístico envolvente e a uma recomposição social.

Este estudo centra-se, principalmente, na Freguesia de Alcântara em Lisboa, onde a desindustrialização operada nas últimas décadas, teve um maior impacto resultando em profundas transformações urbanísticas e sociais.

As alterações populacionais verificadas e a recomposição social que se produziu, onde se acentuam as maiores diferenças nos escalões etários, os níveis de escolaridade e os movimentos migratórios, os novos habitantes, com maiores níveis de qualificação, são alguns dos indicadores que são analisados ao longo do nosso trabalho.

As origens e evolução da Freguesia de Alcântara e como foi povoada, as suas raízes operárias e o movimento associativo, as suas tradições revolucionárias e a criação das primeiras associações patronais e sindicais, as várias lutas que os trabalhadores promoveram por melhores condições de vida, são aspectos que analisamos.

Como se desenvolveu a industrialização em finais do século XIX e princípios do século XX, ao mesmo tempo que caracterizamos a situação que conduziu à desindustrialização e as consequências para a Freguesia, seja no aspecto social, habitacional e mesmo no tecido empresarial.

Como contributo que valorizamos, temos as entrevistas realizadas, a observação (presencial e com fotografias) e as conversas informais, que com o complemento da análise documental e estatística, enriquecem o nosso trabalho.

As transformações das edificações fabris em habitação de alta qualidade, seja nos condomínios fechados ou nos *lofts*, para além dos espaços que foram requalificados e transformados em espaços de lazer,

serviços e restauração, são aspectos que também são analisados, contribuindo para a caracterização do estado actual da Freguesia de Alcântara e as alterações sociais que sofreu.

Com as alterações no tecido empresarial de Alcântara, pelo encerramento ou deslocalização de grandes unidades fabris, desenvolveu-se a terciarização, com a criação e desenvolvimento de um conjunto grande de empresas de serviços e de restauração.

O abandono de várias unidades fabris e empresas, por encerramento ou deslocalização, no período da desindustrialização, a demolição de alguns destes edifícios tornando a zona em áreas expectantes de terrenos abandonados, a recuperação e requalificação de outros, levou a uma intensificação da especulação imobiliária em relação aos terrenos e às construções de luxo que entretanto nasceram nos mesmos locais.

Estas novas construções trouxeram novos moradores com outras práticas sociais e outros hábitos de consumo. A Alcântara de tradições e raízes operárias, das Vilas e Pátios como habitação operária, do movimento associativo de grande intervenção social e cultural, das grandes unidades fabris, do comércio tradicional, sofreu transformações sociais e urbanísticas.

1 - A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E URBANAS NA FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Com a desindustrialização na Cidade de Lisboa, em especial na Freguesia de Alcântara, que tipo de recomposição social se verificou e quais as suas consequências?

Que influência é produzida na organização do espaço urbano e no tipo de habitação, pela recomposição social verificada nas últimas décadas?

A requalificação urbana foi fruto da recomposição social, que teve origem na desindustrialização? Ou foi o mercado imobiliário que, tendo verificado a emigração forçada de centenas de famílias para as suas terras de origem ou para outros Concelhos da AML (Área Metropolitana de Lisboa), tratou de alterar o tipo de construção para uma de maior e melhor qualidade, incluindo condomínios habitacionais fechados, levando assim também a uma reconfiguração do espaço urbanístico envolvente e a uma recomposição social?

“As cidades são uma realidade em permanente mutação. De acordo com o sistema produtivo dominante na respectiva sociedade, elas vão-se modificando e adaptando.”¹

Esta requalificação urbana vem na sequência, também, de um movimento mais geral das cidades com Porto de Mar ou com Rio de Cais acostável, e onde se aproximou a respectiva cidade do rio, que o mesmo será dizer que se aproximaram mais as suas populações do Rio.

A partir das questões de partida colocadas, analisaremos neste estudo as alterações sociais produzidas, interligando-as com as transformações urbanísticas operadas, para além dos reflexos que tiveram no tecido económico da Freguesia.

A base territorial deste estudo centra-se na Freguesia de Alcântara, da cidade de Lisboa e definimos como período de referência as três últimas décadas, ou seja, entre 1981 e 2011 na delimitação do campo de Investigação

Esta área de Lisboa tem origem no Vale de Alcântara, que a par do Vale de Chelas, foram importantes centros de industrialização fabril da Cidade, no princípio do Séc. XIX. Zona de grande concentração operária, de grande importância para a cidade, quer do ponto de vista económico, social e cultural, quer pela acessibilidade por várias vias terrestres ou marítimas, para o transporte de mercadorias, na sua proximidade com o rio, com o Porto de Lisboa e também com o caminho-de-ferro.

Lisboa sempre se identificou com a frente ribeirinha e é por aí que durante muito tempo passou o fundamental da sua vida económica, política, social e cultural. Aliás ainda nos dias de hoje existe uma representação da imagem de Lisboa como “Cidade Ribeirinha”, que talvez não passe de um mito, mas que gostamos de referir. E quando o discutimos centramo-lo na memória da cidade quinhentista, e dos espaços

¹Moreira, Graça (2004) “Da cidade industrial à pós-industrial. Contributo para uma análise da Transformação urbana em Portugal”, *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, (37/38), p.27.

urbanos ribeirinhos, da morfologia e da toponímia ligada aos sítios e à vida dessa época (Villalobos, 1998: 22).²

Entretanto, na década de 80 do século passado, começou a intensificar-se um fenómeno em Lisboa, que vem também na sequência da crise do petróleo dos anos 70, das alterações estruturais do capitalismo e do fenómeno da globalização, e que deixou marcas profundas na cidade. Estamos a falar da desindustrialização, que teve grande impacto no País, na Cidade de Lisboa e em particular na Freguesia de Alcântara, pela sua forte componente industrial.

Em Portugal, o desenvolvimento industrial intensificou-se após Abril de 1974, com o fim da ditadura, quando nos restantes países da Europa, começava a sentir-se os efeitos da crise do petróleo e a desindustrialização já tinha começado a percorrer caminho.

O fenómeno da desindustrialização nesta Freguesia de Lisboa caracterizou-se pelo encerramento ou deslocalização de empresas e sectores de vários ramos.

Esta situação deu lugar a algumas transformações urbanísticas e requalificações, resultando em novas edificações (complexos habitacionais de luxo e condomínios fechados), por outro lado nasceram novas empresas principalmente de serviços, empresas de distribuição, alguns equipamentos e áreas culturais e de lazer, novas unidades hoteleiras e zonas de restauração.

Tal reconfiguração conduziu tendencialmente nalguns locais a um agravar das desigualdades. Ao mesmo tempo que há uma recomposição social, surgem também novos estilos de vida e diferentes padrões de consumo. Alteram-se os níveis educacionais e culturais, o relacionamento pessoal tem outras características, assim como os objectivos e sistemas de valores. Por outro lado, desenvolve-se a exclusão social e o aumento de zonas abandonadas e degradadas.

Nas duas últimas décadas assistimos a profundas alterações que conduzem ao aumento das fragmentações do tecido social bem como da organização espacial. A fragmentação social refere-se ao aumento da diversidade da estrutura social, enquanto a fragmentação espacial respeita aos processos que fazem explodir os territórios e constroem a metrópole policêntrica. O instrumento privilegiado das transformações na sua tradução física foi a dinamização do mercado imobiliário nos meados dos anos 80.³

Analisando as alterações sociais produzidas, verificou-se uma recomposição social na Freguesia de Alcântara como consequência da desindustrialização operada nas últimas décadas.

Esta recomposição social tem maior impacto ao nível das classes sociais, no nível etário e mesmo nos movimentos migratórios. Com o encerramento ou deslocalização de muitas unidades fabris desta Freguesia, assim como a alteração produzida em todo o universo das Micro, Pequenas e Médias Empresas, a montante e a jusante, que por sua vez se viram obrigadas também a deslocalizar-se, alterar o seu negócio ou mesmo a encerrar, houve uma diminuição significativa de trabalhadores.

² Salgueiro, Luís Filipe Oliveira Marques (2011).” *Cidade e Utopia: a reconstrução da zona oriental de Lisboa. O projecto do Parque das Nações*”, Tese de Mestrado em Ciências da Cultura-Faculdade de Letras, p.61.

³ Salgueiro, Teresa Barata (1999), “Ainda em Torno da Fragmentação do espaço Urbano”, Lisboa, *Inforgeo 14*, Edições Colibri, pp 65-76, p.66.

Tal situação motivou uma mobilidade forçada com procura de novos empregos, para além de ter conduzido para a situação de *desemprego* ou *reforma* antecipada milhares de trabalhadores que nelas trabalhavam.

Ao mesmo tempo desenvolveram-se movimentos migratórios significativos. Por parte daqueles que devido ao desemprego ou reforma optaram por regressar às terras de origem, ou mesmo por deslocalizarem a sua residência para outro Concelho da AML que lhe garantisse melhores condições económicas e sociais de habitabilidade. Mas também, por outros que atraídos pela requalificação urbana, entretanto desenvolvida, pela habitação que foi construída em melhores padrões de qualidade e com uma maior acessibilidade económica, ou pelas novas empresas emergentes, mudaram a sua residência e/ou o seu local de trabalho para esta zona, para além das movimentações migratórias de estrangeiros que se intensificaram nas últimas décadas.

Também se verificaram alterações a nível etário e mesmo no grau de escolaridade relevantes.

A *Recomposição Social* é um conceito que aparece referido por vários autores, como João Ferrão, J. F de Almeida. A. Firmino da Costa (entre outros) e que, no fundamental, traduz as mutações e/ou movimentações populacionais, de residentes em determinado local. Esta Recomposição Social é acompanhada de uma mais acentuada *estratificação social*, ou seja, de um acentuar das diferenças de classe social na requalificação que se foi operando. “A composição socioprofissional de uma população constitui base de referência sistemática para a análise dos mais diversos comportamentos e opiniões”⁴

Mas estas diferenças, as desigualdades sociais existentes na sociedade, conduzem-nos à existência de classes. Este conceito de Classes Sociais, só começa a ser utilizado e aceite após as revoluções democrático-burguesas do século XIX, com a revolução industrial. Como instrumento analítico, o conceito de classe é introduzido para a interpretação das transformações sociais que levaram à formação do proletariado industrial e é com Karl Marx que se desenvolve a teoria das classes sociais. Por outro lado, em Weber as “classes referem-se sempre a interesses de mercado”, existindo independentemente da consciência que os homens têm. No entanto, é de referir que tem sido feito, por vários autores, como W. Mills, A. Giddens, P. Bordieu ou N. Poulantzas (entre outros), o aprofundamento da análise das classes sociais e o seu desenvolvimento.

Esta movimentação da população residente, que conduziu a uma outra estratificação social e naturalmente a uma recomposição social, foi fruto da requalificação urbana que se operou. “Requalificação Urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica.”⁵

⁴ Dóres, António Pedro, António Firmino da Costa e Pedro Lima (1999), Classificações de Profissões nos Censos de 91, Lisboa, *Sociologia Problemas e Práticas*, (10), pp. 43-66.

⁵ Moura, Dulce, Isabel Guerra, João Seixas e Maria João Freitas (2006) “A Revitalização Urbana Contributos para a definição de um conceito operativo”, Lisboa, *Cidades - Comunidades e Territórios*, (12/13), pp.15-34, p.20.

Ao falarmos da população residente naturalmente que falamos também da sua interacção e sociabilidade. A sociabilidade mostra-nos o grau de integração e capacidade de relacionamento na sua sociabilização. Conforme escreve *Simmel*, (1964) independentemente de

...tudo o que está presente nos indivíduos sob a forma de um impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo o que está presente neles de maneira a engendrar ou provocar efeitos em outros ou a receber tais efeitos. [...] Essas formas existem por si próprias e pela fascinação que na sua própria libertação destes laços difundem. É precisamente este o fenómeno a que chamamos sociabilidade.⁶

A população *residente*, segundo o INE, são todos aqueles que num dado momento “residem em determinado local a maior parte do ano”, e assim nos dão a possibilidade de verificar o volume de residentes em determinada época num e noutra lugar para servir depois de termo de comparação. Mas nesta população residente houve também alterações ao nível da estrutura etária, ou seja, da composição dos vários escalões etários, assim como da escolaridade, que corresponde ao grau de escolaridade que determinada comunidade possui, articulando com outros indicadores importantes como a média etária, a composição social, locais de residência ou de trabalho, e outros.

Outra alteração que consideramos relevante é ao nível do emprego e naturalmente do desemprego. As alterações produzidas nas últimas décadas, tiveram reflexos no desemprego, ou seja, na situação de “ todos os que estão na situação de sem trabalho”, segundo o INE.

“Apesar de ser um produto, o território comporta-se simultaneamente como condicionante das práticas sociais subsequentes, as quais se configuram também na sua relação com esse mesmo espaço que as suporta. Deste modo, práticas sociais e espaço são duas realidades em constante interacção.”⁷

1.1.As alterações produzidas e a sua caracterização social

Para melhor caracterizarmos socialmente as alterações produzidas nos últimos trinta anos, iremos analisar comparativamente alguns indicadores.

O decréscimo de população nos últimos trinta anos na cidade de Lisboa, também se reflectiu em Alcântara. Assim, na população residente, conforme verificamos no Quadro 1.1, Alcântara perde nos últimos trinta anos 8.754 (39%) dos seus habitantes. Sendo as maiores quebras nas duas primeiras décadas com valores muito semelhantes, de 18,4% em 1981/91 e 17,9% em 1991/2001, totalizando 8.254 habitantes.

Já na década seguinte este valor diminui significativamente para menos 500, ou seja menos 3%.

⁶ Barata, Óscar Soares (1989),” *Introdução às Ciências Sociais*”, Lisboa, primeiro volume, Livraria Bertrand.

⁷ Salgueiro, Teresa Barata (1999), “Ainda em Torno da Fragmentação do espaço Urbano”, Lisboa, *Inforgeo 14*, Edições Colibri, pp. 65-76, p.65.

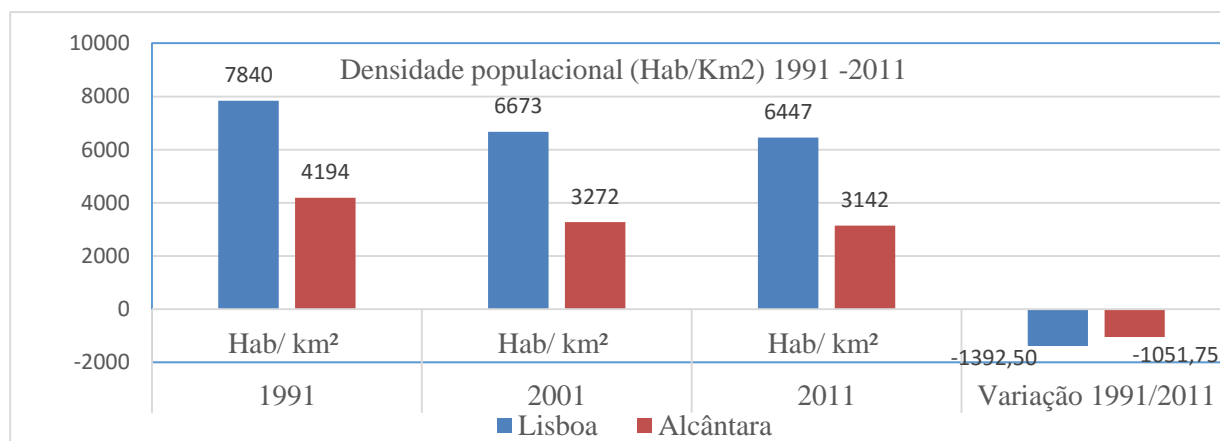
Quadro 1.1. População Residente: 1981-2011

Zona Geográfica	1981	1991	Variação 1981/1991		2001	Variação 1981/2001		2011	Variação 2001/2011		Variação 1981/2011	
	HM	HM	HM	%	HM	HM	%	HM	HM	%	HM	%
Alcântara	22.697	18.510	-4.187	-18%	14.443	-8.254	-36%	13.943	-500	-3%	-8.754	-39%

Fonte: INE. Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

Se analisarmos os valores de densidade populacional do número de habitantes/Km2 pelo menos a partir de 1991 até 2011, verificamos valores semelhantes, em que entre 1991 e 2001, Alcântara diminui em 921hab/M2, enquanto na década seguinte este valor baixa para menos 130hab/Km2. Assim mesmo, perde 1.051,75hab/Km2 nestas duas décadas. Apesar de acompanhar a quebra também acentuada, na Cidade de Lisboa, na Freguesia de Alcântara esta quebra é superior à de Lisboa. (Anexo B - Gráfico 2.1)

Gráfico 1.1. Densidade Populacional (Nº Hab/Km2), por Local de residência 1991/2011 (Lisboa e Alcântara)



Fonte INE (Censos 2001 e 2011)

Avaliando a Taxa de Evolução das Famílias Clássicas entre 1991 e 2011, encontramos uma grande diminuição em Alcântara, na década de 1991-2001 (-12,6%), mas esta perda é estancada, havendo mesmo alguma ligeira recuperação na década seguinte (0,81%). Também em Lisboa se verifica uma diminuição entre 1991 e 2001, menos 4,3% que é anulada na década seguinte, passando a um valor positivo de mais 4,03%.

Quadro 1.3: Taxa de variação das famílias clássicas entre 1991 e 2011 (%), por local de residência.

Local de residência	Taxa de variação das famílias clássicas (1991-2001 e 2001 - 2011) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	1991-2001 (%)	2001-2011 (%)
Lisboa	-4,3	4,03
Alcântara	-12,6	0,81

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 1991, 2001 e 2011

Nesse sentido, avaliando os grupos socioeconómicos de topo em relação aos que exercem uma actividade, na década de 1991 a 2001, encontramos um aumento que não é significativo, de mais 6 (4,7%), no entanto, este aumento na realidade é superior, uma vez que diminuiu, de 7.977 para 6.292 (-1.685), o número de residentes a exercerem uma actividade.

Quadro 1.4. Profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões CNP, 1991-2001.

Posição em função da % em 2001

	1991			2001		
	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%
Lisboa	281.065	61.343	21,8	251.444	77.592	30,9
Alcântara	7.381	1.321	17,9	5.864	1.513	25,8

Fonte: INE Censos 1991 e 2001.⁸

Também na população a exercer uma profissão há uma diminuição entre 1991 e 2001, de 7.381 para 5.864 (-1.513). Mas ao analisarmos as profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões, com valores de 2001, vemos que passou de 17,9% em 1991 para 25,8% em 2001, um aumento de 7,9 p.p. (pontos percentuais), que de facto representa muito mais tendo em conta a diminuição nesta década de população a exercer uma actividade.

Como nos refere Rodrigues (2010), em relação ao ano de 2001, estes são “...os grupos de profissões onde se incluem os directores e quadros dirigentes das empresas e do Estado, bem como os especialistas das profissões intelectuais e científicas, (que) somavam 30,9% da população residente em Lisboa a exercer uma profissão.”⁹ Mostrando alguma da recomposição social que se foi operando na cidade e também em Alcântara, com uma alteração que merece realce no aumento de população residente com esta classificação de profissões, considerando também Rodrigues (2010: p.183) como significativo “o acentuado crescimento, não apenas proporcional mas em valores absolutos, da população empregada naquelas profissões residente no município de Lisboa; o único município da região (AML) que perde população residente empregada entre 1991 e 2001.”¹⁰

Complementando estes dados, e conforme podemos verificar no Quadro 1.5, na Proporção de profissões de topo, no período entre 1991 e 2011, Alcântara acompanha a evolução verificada em Lisboa. Aumenta em 19,04 % este conjunto de profissionais, enquanto na cidade o valor é de 20,64 %. De referir ainda que estes valores se acentuam mais na década de 2001/2011. Enquanto entre 1991 e 2001 o aumento em Alcântara é de 7,91% (9,04% na cidade) na década seguinte já é de 11,13% (mantendo valores superiores na cidade com 11,60%). Estes valores mostram-nos uma alteração na composição social de Lisboa, mas também dos residentes da Freguesia de Alcântara, a partir da década de 1991/2001 e com um aumento

⁸ Rodrigues, Walter (2010). “*Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa*”, Oeiras, Celta Editora, Quadro 3.21, p.202

⁹ Idem, p.199

¹⁰ Idem, p.183.

global de 19,04% entre 1991 e 2011.

Quadro 1.5. Proporção de profissões de topo (%) por Local de residência
(à data dos Censos 2001 e 2011).

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Período de referência dos dados					
	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%) 1991/2001	2011 (%)	Variação (%) 2001/2011	Variação (%) 1991/2011
Lisboa	40,15	55,6	15,48	64,76	9,13	24,61
Alcântara	37,62	51,31	13,69	60,72	9,41	23,10

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

A evolução dos níveis de escolaridade da população residente mostra-nos que entre os que têm pelo menos o 3º ciclo do Ensino Básico Completo, na década 1991/2001 houve um aumento de 13,69% e de 9,41% na década seguinte, resultando num aumento da população residente com pelo menos o 3º ciclo do Ensino Básico Completo de mais 23,10% no período entre 1991 e 2011, correspondendo assim a uma melhoria importante no nível de escolaridade da população residente. A evolução destes indicadores mostra valores e uma tendência semelhantes na cidade de Lisboa, passando de 40,15% em 1991 para 64,76% em 2011, conforme verificamos no quadro abaixo (Quadro 1.6).

Quadro 1.6. Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, 1991-2011.

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Proporção de profissões de topo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)					
	Período de referência dos dados (%)					
	1991	2001	Variação 1991/2001	2011	Variação 2001/2011	Variação 1991/2011
Lisboa	21,82	30,86	9,04	42,46	11,60	20,64
Alcântara	17,89	25,80	7,91	36,93	11,13	19,04

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Em relação aos que atingiram o ensino superior completo nos mesmos períodos, houve um aumento de 18,8 p.p. entre 1991 e 2011, passando de 8,40% da população residente para 27,2%. Sendo esta evolução gradual em cada década, foi mais significativa entre 2001 e 2011 com um aumento de 11,56%. Estes valores acompanham os valores da cidade de Lisboa que nos apresenta um aumento na primeira década de 9,22% e de 12,62% na década seguinte resultando num aumento de 21,84% entre 1991 e 2011, conforme nos mostra o Quadro 1.7.

Quadro 1.7. Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)

Local de residência (à data dos Censos 2001)	Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência (1991- 2011)					
	Período de referência dos dados					
	1991	2001	Variação 1991-2001	2011	Variação 2001-2011	Variação 1991-2011
	%	%	%	%	%	%
Lisboa	11,79	21,01	9,22	33,63	12,62	21,84
Alcântara	8,40	15,64	7,24	27,20	11,56	18,80

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

É de referir no entanto, que estes valores que mostram uma subida do nível de escolaridade com ensino superior completo nestas últimas décadas da população residente em Alcântara, resultam de alguns focos de recomposição que se operou neste período na Freguesia, conforme abordaremos mais adiante ao analisar as qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do município no período entre 1986 e 1991.

Ao analisarmos a evolução da *Composição etária*, verificamos que foi nas décadas de 1991/2001 e de 2001/2011 que se acentuou a diminuição das camadas mais jovens nos residentes. No entanto, é na primeira década (1991/2001) que Alcântara perde 22 % da sua população, sendo 69,9 % nos escalões etários até aos 24 anos, para além de diminuir em 24,6 % o grupo etário entre os 25 e os 64 anos. Na década seguinte não há uma perda tão acentuada de população (-3,46 %), e regista-se algum aumento no escalão até aos 14 anos, mas há nova diminuição de residentes que incide nas camadas mais jovens (entre os 15 e 24 anos). Havendo também alguma diminuição na faixa etária mais idosa, de 65 ou mais anos, perdendo 7,15% dos seus residentes entre 1991 e 2011. (Quadro 1.8)

Quadro 1.8. População Residente em 1991, 2001 e 2011, segundo os grupos etários e a sua evolução

Zona Geográfica	População residente														
	Em 1991					Em 2001					Em 2011				
	Total	Grupos Etários				Total	Grupos etários				Total	Grupos etários			
	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Lisboa	66334	94306	99116	34547	12455	56467	65548	71634	29411	13334	54773	70494	53507	29272	13090
Alcântara	18510	2099	2420	9683	4308	14443	1291	1661	7303	4188	13943	1630	1134	7179	4000

Zona Geográfica	População residente -Variação entre 1991 e 2001 (%)					População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)					População residente -Variação entre 1991 e 2011 (%)				
	Var. Total	Grupos etários				Var. Total	Grupos etários				Var. Total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Lisboa	-14,9	-30,5	-27,7	-14,8	7,0	-3,0	7,6	-25,3	-0,5	-1,8	-17,4	-25,3	-46,0	-15,2	5,1
Alcântara	-22,0	4,4	-31,4	-24,6	-2,8	-3,5	26,3	-31,7	-1,7	-4,5	-24,7	-22,3	-53,1	-25,9	-7,2

Fonte: INE Censos 1991, 2001 e 2011.

Verificamos assim também o acentuar da perda de população ao nível das camadas mais jovens, principalmente na década de 1991/2001, apesar de aumentar a sua população no primeiro escalão etário, até aos 14 anos (26,3%), na década de 2001/2011. No último escalão etário (65 ou mais), é onde se verifica uma menor perda de população, resultado do tendencial envelhecimento dos residentes de Alcântara.

Como referimos anteriormente, as *vertentes migratórias* foram significativas, mostrando, por um lado, o reflexo da deslocalização de população residente para fora da Cidade, da AML, ou mesmo para as antigas terras de origem. Por outro lado, também a imigração, seja de nacionais ou estrangeiros (da Europa de Leste, de África ou do Brasil), nos mostra em que medida se acentuou a recomposição social fruto destas mutações. (Quadro 1.9)

Quadro 1.9. Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município (1991/2011).

Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município (%) por Local de residência (1991, 2001 e 2011)				
Local de residência (à data dos Censos 1991-2001 e 2011)	Período de referência dos dados			
	1991	2001	2011	Varição 1991/2011
	%	%	%	%
Lisboa	5,66	9,42	11,22	5,56
Alcântara	4,56	7,60	12,21	7,65

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quanto à mobilidade residencial, verificamos que na proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município, enquanto em 1991 correspondia em Alcântara a 4,56% da população, em 2011 esta proporção já era de 12,21%. Ao mesmo tempo, é de referir que, a proporção nos mesmos

períodos na cidade de Lisboa tem valores semelhantes, sendo de 5,66% em 1991 e de 11,22% em 2011. Entre 1991 e 2011 em Alcântara esta proporção teve uma variação de 7,65%, enquanto na cidade de Lisboa a variação foi 5,56%.

Ao analisarmos dois períodos, 1986-1991 e 1996-2001, constatamos que entre 1986-1991 entraram 854 novos residentes que correspondeu a 4,6% do total, sendo 398 que vieram de Concelhos da AML e 318 de outros Concelhos do País, e ainda 138 com origem no estrangeiro.

Quadro 1.10. Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1986-1991) ¹¹

	População residente	Entradas	Migrações internas (Outros Concelhos da AML)	Migrações internas (outros concelhos do País)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações Internas (AML)	% Migrações Internas (outros concelhos do País)	% Imigrações	Entradas/População residente
Lisboa	663394	38071	16298	13740	8033	100	100	100	100	5,7
Alcântara	18510	854	398	318	138	2,24	2,44	2,31	1,72	4,6

Fonte: INE. Censos 1991.

Entretanto, no período entre 1996 e 2001 o número de novos residentes aumentou para 1098, que corresponde a 7,6% do total. Se tivermos em conta que o número total de residentes diminuiu para 14.443 concluiremos que este valor é superior. As migrações de outros Concelhos aumentaram e quase duplicou o número de estrangeiros entrados, passando para 334.

Quadro 1.11. Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1996-2001) ¹²

	População residente	Entradas	Migrações internas (Outros Concelhos)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações Internas	% Imigrações	Entradas/População residente
Lisboa	564657	53208	39577	13.631	100	100	100	9,4
Alcântara	14443	1098	764	334	2,1	1,93	2,45	7,6

Fonte: INE. Censos 2001.

Ainda nos protagonistas de mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do município, quanto às qualificações escolares no período entre 1986 e 1991, verificamos que 10,8% da população residente atingiu um grau de ensino superior, enquanto nos novos residentes esse valor foi proporcionalmente mais elevado (23,9%), e correspondeu a 10,2% da totalidade da população que atingiu um grau de ensino superior.

¹¹ Rodrigues, Walter (2010), "Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa", Oeiras, Celta Editora, Quadro 3.6, pp. 150 e 151.

¹² Idem, Quadro 3.7, pp. 152.

Quadro 1.12. Qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991) ¹³

	População residente (a)	População que atingiu um grau de ensino superior (b)	Entradas 1986/91 (c)	População entrada que atingiu um grau de ensino superior (d)	(b/a) x 100	(d/c) x 100	(d/b) x 100
Lisboa	663.394	92.502	38.071	10.931	13,9	28,7	11,8
Alcântara	18.510	2.004	854	204	10,8	23,9	10,2

Fonte: INE. Censos 1991

Nesta análise de mobilidade residencial, em relação à proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, tendo em conta o período 1991-2011, verificamos que aumentou nestas duas décadas, tanto em Alcântara como em Lisboa. Tendo Alcântara, proporcionalmente, uma evolução superior à da cidade de Lisboa, ao passar de 0,81% em 1991 para 7,24% em 2011, enquanto a cidade tinha valores de 1,65% e 6,3% respectivamente. (Ver Quadro 1.13)

Quadro 1.13. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por local de residência (à data dos Censos de 2001 e 2011).

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Período de referência dos dados					
	1991	2001	Diferença	2011	Difª2001/2011	Difª1991/2011
	%	%	%	%	%	%
Lisboa	1,65	3,40	1,75	6,3	2,90	4,65
Alcântara	0,81	3,05	2,24	7,24	4,19	6,43

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Os indicadores da mobilidade residencial, mostram-nos também a incidência deste fenómeno migratório, seja dos que vêm de outras áreas da AML e mesmo de outros Concelhos do País ou de estrangeiros, contribuindo assim para o estancar do decréscimo de população na Freguesia e fazendo com que a diminuição de população residente não seja tão acentuada.

1.2. As transformações no tipo de habitação e na organização do espaço urbano

Os efeitos da desindustrialização levaram a alterações estruturais no tipo de habitação, seja na reconversão de antigos espaços industriais em espaços com outras características, habitacionais ou de lazer, ou mesmo nos que fazem hoje parte da arqueologia industrial. Como é que se reflectiram na requalificação urbana, na organização do espaço urbano e quais os reflexos nas alterações da composição social são também objecto do nosso estudo.

¹³ Rodrigues, Walter (2010), "Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa", Oeiras, Celta Editora, Quadro 3.8, p. 155.

A partir da década de 70, no século passado, desenvolveu-se a reestruturação do capitalismo na Europa e intensificou-se a desindustrialização. Tal fenómeno só se começou a sentir de forma mais intensa no nosso País na década de oitenta, fruto fundamentalmente das alterações políticas e económicas que se realizaram com o 25 de Abril. Ao mesmo tempo o mercado de arrendamento que predominou até aos anos 70 começou a sofrer modificações e os inquilinos foram progressivamente transformando-se em proprietários, com maior predominância na década de 1991-2001. As dificuldades no alojamento, algumas facilidades no crédito bancário e alguns incentivos por parte do Estado foram um contributo importante.

Conforme refere Nunes (2005: 113), "...a passagem de uma cidade de inquilinos a uma cidade de proprietários do alojamento – isto é, de um território onde o arrendamento era predominante, nas décadas de '50, '60 e '70 do século XX, à progressão rápida e crescente da propriedade ocupante do alojamento como estatuto de ocupação que se tornará dominante nos anos de 1991 e 2001"....

O recurso ao crédito nos grupos etários 25-34 anos e 35-44 anos assume proporções muito consideráveis (CIDEDEC, 2005: 54). As campanhas de crédito jovem e de crédito sénior, a par da extensão dos prazos de dívida, que podem atingir 50 anos, denotam um processo recente: a aceitação social do endividamento que torna possível a antecipação de consumo futuro (Cuturello,1994).¹⁴

Foi notório também o crescimento e expansão da actividade imobiliária, produzindo também alterações urbanísticas com novas construções que, tendo outras características e de alta qualidade, foram factor de atracção de novas camadas sociais, que até essa altura eram praticamente inexistentes em Alcântara. A urbanização, tal como a entendemos hoje, é um fenómeno relativamente recente, que continua a surpreender pela rapidez com que ocorre ou pelas transformações a que vai sendo sujeito, o que dificulta a definição do conceito de espaço urbano. Mas a definição de *espaço urbano* incorpora conceitos de *centro urbano* e *cidade*.

Ao referir-se à cidade João Ferrão diz que:

...durante séculos, a sua delimitação geográfica não colocou problemas: a trilogia um território / uma população / uma circunscrição político administrativa conferia a necessária unidade física a um espaço ao mesmo tempo morfológico, funcional, social e político, espaço esse que, mesmo quando não muralhado, em tudo contrastava com o mundo rural envolvente. Unidade interna e distinção constituíam, pois, traços essenciais da condição urbana. E essa condição tinha um rosto: uma paisagem própria, cartografável nas suas formas e limites.¹⁵

¹⁴ Nunes, João Pedro Silva (2005), "Uma Cidade de Proprietários? Mudanças na Distribuição dos Estatutos de Ocupação do Alojamento na Área Metropolitana de Lisboa 1950 e 2001", *Fórum Sociológico*, (13/14), pp. 113-135, p.113.

¹⁵ Ferrão, João (2003), "Intervir na cidade, complexidade, visão, rumo", Lisboa, *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 218-225, p.219.

Para Teresa Barata Salgueiro (1992:26) "...a cidade [é] uma entidade individualizada com uma certa dimensão onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades" e o "conceito inclui a forma de ocupação do território" que poder-se-á designar como espaço urbano. Manuel Castells (1983:16-17)¹⁶ refere que: "Urbano designaria uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber o aglomerado resultado de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior."

Mas Ferrão diz que "há muito que o *urbano* extravasou o domínio das cidades. Nas sociedades ditas urbanas, valores, atitudes e comportamentos durante muito tempo considerados como próprios dos cidadãos generalizaram-se de tal forma que deixou de ter sentido vincular, exclusiva ou sequer principalmente, a sua ocorrência aos meios urbanos".

A localização das fábricas no centro das cidades, com a industrialização, contribuiu para o seu crescimento "populacional e urbanístico à volta da fábrica" (Rodrigues,2010:p.53).

Numa primeira fase, as cidades funcionam como polos atractivos da população rural, verificando-se uma tendência para a concentração da população e das actividades económicas nos centros urbanos (fase centrípeta).

Com o crescimento económico e industrial das cidades e o seu desenvolvimento surge nos anos 1930 nos EUA (Estados Unidos da América) o modelo da cidade metrópole, cuja consolidação, "ocorre, no entanto, após a segunda guerra mundial, com a suburbanização massiva de muitas cidades".¹⁷

Estávamos perante a suburbanização, um novo ciclo de crescimento urbano que, como refere Rodrigues (2010: 53), "caracterizaria, a partir das décadas de 1950 e 1960, o fenómeno urbano a nível mundial." Na Europa este fenómeno da metropolização, inicia-se no pós-guerra, e desenvolve-se a partir da década de 1960.

"A grande cidade e particularmente a cidade metrópole, constituiu-se no traço, morfológica e funcionalmente, mais marcante da história do século vinte."¹⁸

No entanto, nos países da Europa do Sul e principalmente em Portugal, este fenómeno acentua-se mais tarde, a partir da década de 70, marcando o início de grandes alterações em termos de expansão urbana. A expansão faz-se à custa dos territórios situados nas periferias das grandes aglomerações urbanas - *áreas suburbanas* -, onde o fenómeno da *suburbanização* assume particular importância. Este processo constrói-se através das dinâmicas de expansão na periferia geográfica dos grandes centros urbanos, ou

¹⁶ Bernardi, Jorge Luiz (2006), "*Funções Sociais da cidade: conceitos e instrumentos*", Curitiba, Dissertação de Mestrado, pp.18.

¹⁷ Rodrigues, Walter (2010), "*Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa*", Oeiras, Celta Editora, p.53.

¹⁸ Idem, p.53.

seja, caracteriza-se por um processo de desconcentração da população e do emprego das áreas centrais para as áreas periféricas contíguas, mais ou menos afastadas (fase centrífuga).

“Ao longo das primeiras seis ou sete décadas do século XX a cidade morfológica, marcada pela contiguidade dos espaços construídos, foi dando lugar a áreas metropolitanas político-administrativas, criadas para fazer face à crescente complexidade urbana. A cidade que se vê foi, pois, dando lugar à cidade que se gere (ou tenta gerir...).¹⁹ O mesmo autor refere que:

...o conceito de *região metropolitana* surge, assim, como uma resposta à necessidade de captar melhor a cidade geograficamente estilhaçada mas funcionalmente integrada. Trata-se de uma realidade sem delimitação clara, sem nome, sem identidade, construída implicitamente por pessoas e organizações que no seu quotidiano tecem uma densa trama de deslocações e contactos, ainda maioritariamente em torno da velha cidade central mas muitas vezes de forma mais ou menos errática, envolvendo pólos residenciais e de emprego de menor dimensão dispersos pelo território metropolitano.²⁰

Actualmente vivemos cada vez mais em cidades complexas, onde centros históricos, subúrbios massificados ou de luxo, condomínios fechados, interstícios rurais, cidades de média dimensão se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada.

Citada por Rodrigues (2010:173) Teresa Barata Salgueiro referindo-se à “geografia a nível micro que chamamos fragmentação do espaço” considera que “é possível identificar a nível micro maior complexidade com verdadeiros enclaves de luxo no seio de alojamentos populares ou, pelo contrário, barracas ao lado de conjuntos de luxo” (Salgueiro, 2001:114).

A cidade compacta, de limites precisos, dá lugar a um conjunto fragmentado²¹ onde dos efeitos de coesão urbanística, surgem formações territoriais mais complexas e descontínuas tanto do ponto de vista social como espacial.

Este fenómeno começa a emergir em plena década de 80. Após a II Guerra Mundial até meados dos anos 70/80, vivemos o período do fordismo, dos chamados “trinta gloriosos anos”. A partir dessa altura, com as crises petrolíferas (1973 e 1975), verificou-se que o modelo fordista podia ter limitações e o capitalismo introduz várias mudanças, numa lógica pós-fordista, que também se vem a reflectir no mercado imobiliário. Contra a rigidez fordista instalou-se a flexibilidade. Vai-se afirmando a sociedade

¹⁹ Ferrão, João (2003), “Intervir na cidade, complexidade, visão, rumo”, Lisboa, *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 218-225, p.219.

²⁰ Idem.

²¹ “A cidade fragmenta-se e perde a sua unidade funcional. A fragmentação corresponde à existência de enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura sócio-espacial que os cerca. Traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos que substituem a continuidade anterior, sendo particularmente visível no domínio da estrutura social e no território. Do ponto de vista social, cresce a segmentação não permitindo fazer uma leitura unidimensional nem hierárquica do espaço social porque as tendências para uma quase pulverização dos grupos requerem uma leitura multidimensional, como um caleidoscópio” (Salgueiro, 1997).

de consumo e ao mesmo tempo intensifica-se a globalização com uma maior circulação do capital a uma escala internacional, assim como um maior desenvolvimento tecnológico. A crescente fragmentação do tecido social, provocou transformações significativas, através da procura de novos produtos imobiliários, que respondam a novos formatos de alojamento, e que influenciaram de algum modo a organização espacial urbana no sentido de uma maior segregação.

As recentes mudanças verificadas em muitas cidades deram início a um novo processo que contraria o abandono e o declínio. Assim, a saída de uma parte da população, de classes mais baixas para a periferia, que não teve capacidade económica para competir com os novos valores de habitação, teve o reverso que resultou num “regresso ao centro” de outras camadas sociais com maior poder económico, fase de *reurbanização*.

A recentralização diz respeito à revalorização de áreas na cidade interior e compreende a reabilitação de sítios antigos e o lugar à entrada de alguns para residirem nestas áreas.

Com o encerramento das fábricas, de pequenas oficinas e armazéns, os operários que lá residiam, tanto nas vilas operárias como noutros tipos de habitação, em zonas de grande carga histórica, foram sendo deslocados (ou mesmo empurrados) para zonas mais afastadas da AML, ou mesmo, nalguns casos com reformas antecipadas ou mesmo despedimento, incapazes de corresponder economicamente às novas exigências, foram impelidos a regressarem às suas terras de origem, abandonando assim a sua zona habitacional tradicional.

Incapazes de competir num mercado imobiliário que sobrevaloriza as zonas antigas nobilitadas, ou de subsistir à mudança da natureza social e económica dos espaços de residência e consumo, motivada pela nobilitação residencial e económica (Sassen,1994) os antigos residentes vêem-se forçados a alternativas viáveis de local de residência, na cidade mais periférica ou mesmo suburbana (Rodrigues: 120).

As novas habitações atraem novos habitantes. A existência de habitações com valor arquitectónico e residentes com novos estilos de vida tem alterado o movimento de saída do centro para a periferia.

“A recentralização diz respeito à revalorização de áreas na cidade interior e compreende a reabilitação de sítios antigos e o reaproveitamento de áreas subocupadas, para além dos processos mais permanentes de renovação pontual, ou em mancha” (Barata Salgueiro, 2001: 62).

Essas áreas foram alvo de diferentes intervenções de *revitalização* urbana, actuando-se em diversas frentes (urbana, social, económica e cultural), pretendendo-se devolver vida pública ao espaço urbano. Estas dinâmicas urbanas encontram-se associadas aos processos de classe social, e a renovação urbana nas cidades deve ser entendida face às novas dinâmicas na estrutura de classe social e produto de alterações designadas por um rejuvenescimento de áreas urbanas degradadas ou já desadequadas, processo que opera através de demolições de edifícios antigos, e posterior substituição de novas construções. A *requalificação*, a *reabilitação* e a *renovação urbana* são programas e projectos que fazem parte de uma intervenção mais detalhada de revitalização urbana (Moura e outros, 2006:21).

“Requalificação Urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização

do espaço público com medidas de dinamização social e económica.”²² Para Teresa B. Salgueiro (1992: 390):

...*renovação* é a acção mediante a qual se procede à substituição das estruturas existentes; envolve a demolição dos edifícios e a construção de novos imóveis. Pode ser pontual ou difusa, quando fruto da iniciativa privada, se destrói hoje um edifício aqui, amanhã outro ali, sem alteração da malha pré-existente, ou total quando se trata de uma operação de planeamento sobre uma área visando a mudança dos prédios e também da malha urbana e das infra-estruturas que os suportam. Os imóveis são substituídos por grandes viadutos, estacionamento e edifícios de luxo para habitação ou escritórios.

Mas, Xerez (2008) diz que:

...o processo de *renovação urbana e mobilidade social* esteve numa primeira fase de suburbanização, associado ao crescimento dos subúrbios e à desertificação do centro histórico das cidades. A mobilidade residencial estava associada à mobilidade social, a procura de novas residências era determinada pela classe média com algum poder económico para a compra de habitação e automóvel. No centro das cidades ficaram alguns grupos encurralados (Gans:1991) com fraco poder económico que não puderam sair. Os idosos encontram-se frequentemente nestas condições, presos a habitações velhas e sem condições, constituem um grupo muito significativo no centro das cidades portuguesas.

A *reabilitação* é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. Geralmente envolve o restauro ou conservação dos imóveis (reabilitação física) e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais aumentar a sua capacidade de atracção, quer para os habitantes, quer para o exercício de actividades económicas e sociais compatíveis com a residência. (Teresa Salgueiro:1992:390)

Constata-se que nestas áreas centrais, se verificou uma mudança de uso dos edifícios e de residentes no centro das cidades. A mudança de muitos dos residentes tradicionais dos bairros e a chegada de novos moradores de classe social mais elevada caracteriza a tendência de gentrificação. Este processo é dinamizado pela recuperação de zonas degradadas. O conceito tem uma conotação em termos de classe social e de local, pressupõe a mudança de residentes por grupos de um nível social superior e a alteração da paisagem do bairro e do local.

Temos a *reabilitação* de edifícios degradados com manutenção de tecido social, e em simultâneo com a oferta de fogos de alto padrão em edifícios novos ou renovados para *gentrifiers*²³, quer dentro da cidade ou na periferia. Como nos refere Rodrigues (2010:110) “A socióloga *Ruth Glass* utilizava pela primeira vez o conceito de *gentrification* para qualificar a natureza específica do processo de mudança social e urbana em curso naquela cidade (de Londres).” Tendo sido desde então...”recorrentemente citada por

²² Moura, Dulce, Isabel Guerra, João Seixas e Maria João Freitas (2006) “A Revitalização Urbana Contributos para a definição de um conceito operativo”, Lisboa, *Cidades - Comunidades e Territórios*, (12/13), pp.15-34, p.20.

²³ Pessoas com rendimentos médio-altos que, valorizando a centralidade, optam por residências renovadas em bairros antigos ocupados por populares devido ao progressivo envelhecimento e degradação das construções

diversos autores,”²⁴ referindo Mela (citado por Rodrigues, op. cit. p.113) que “*gentrification*”, literalmente significa ‘nobilitação’, pois *gentry* designa ‘uma pequena nobreza’ ”.

Costa, (1999:450) citado por Rodrigues (2010:113), diz que “Com a expressão de origem anglo-saxónica (*gentrification*) pretendeu-se designar o movimento de reocupação por elementos das classes altas e média – sobretudo por jovens adultos das novas classes médias de profissionais com níveis elevados de capital escolar – de áreas centrais das cidades, nomeadamente centros históricos e zonas portuárias, anteriormente desvalorizadas, degradadas e habitadas por populações de fracos recursos, com baixo *status* ou em situação de exclusão social.”

Rodrigues (2010: p.113) acrescenta que “a metáfora nobilitação permite dar conta de um processo de requalificação, ou “*upgrade*” social e urbanístico que, efectivamente, está presente na “*gentrification*”, sem restringir o conceito a uma alteração de classe social ou à mera reabilitação urbanística.” Diz ainda que, “Para diversos autores, o reverso da moeda da nobilitação urbana, em alguns casos vista como “*re-invasão*” e reapropriação da *cidade interior* antiga por uma nova classe média e média-alta, é a mobilidade residencial forçada das classes baixas”.²⁵

Citada por Rodrigues (2010:173) Teresa Barata Salgueiro referindo-se à “geografia a nível micro que chamamos fragmentação do espaço” considera que “é possível identificar a nível micro maior complexidade com verdadeiros enclaves de luxo no seio de alojamentos populares ou, pelo contrário, barracas ao lado de conjuntos de luxo” (Salgueiro, 2001:114).

Na problemática do alojamento, vários autores da área da Sociologia deram contributos importantes para a sua análise e conceptualização, havendo por vezes algum “choque” ou divergência de opiniões com as concepções da arquitectura.

O alojamento tem a ver com as práticas sociais de uso, as necessidades familiares e laborais.

Isabel Guerra ²⁶ cita Daniel Bertaux, referindo que “as abordagens dos modos de vida valorizam o alojamento como um espaço essencial à estruturação da vida quotidiana.” Diz-nos ainda que:

...os modos de vida, ..., poderão ser entendidos na referência a algumas categorias fundamentais, como a categoria profissional (desde que esse considere a evolução de certas profissões), o sexo e a idade. No entanto, nesta temática torna-se indispensável tomar como unidade de observação a família o que vem complexificar quer a problemática, quer as metodologias de análise de que dispomos actualmente.²⁷

Na definição que o INE nos apresenta, Alojamento é o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por

²⁴ Rodrigues, Walter (2010), “*Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa*”, Oeiras, Celta Editora, p.110.

²⁵ Idem, p.120.

²⁶ Guerra, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, Lisboa, *Sociologia-Problemas e Práticas*, (24), (165-181), p. 171.

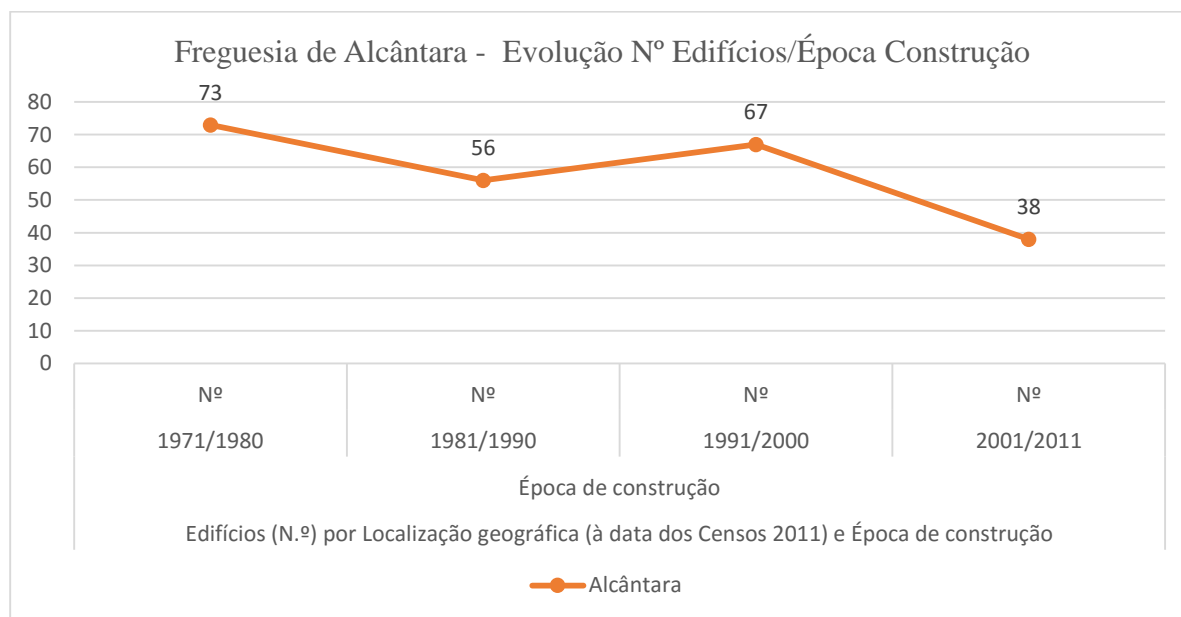
²⁷ Idem, (165-181), p. 180

distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Analisando o ritmo de crescimento da construção de novos edifícios, tanto em Lisboa como em Alcântara, verificamos que tem tendências semelhantes (Ver Quadro 14 do Anexo A). Avaliámos as décadas entre 1971 e 2011 e os indicadores mostram em Alcântara, que depois de uma quebra na construção na década 1981/1990 (menos 17), há uma ligeira recuperação na década seguinte (mais 11), para voltar a cair para 38 na década de 2001/2011 (menos 29), tendo uma quebra para valores abaixo de todas as outras décadas em análise. A mesma tendência aparece expressa nos mesmos períodos em relação à cidade Lisboa, conforme nos mostram os dados dos Gráficos (2 e 3) referentes a Alcântara e a Lisboa.

Gráfico 1.2. Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção.

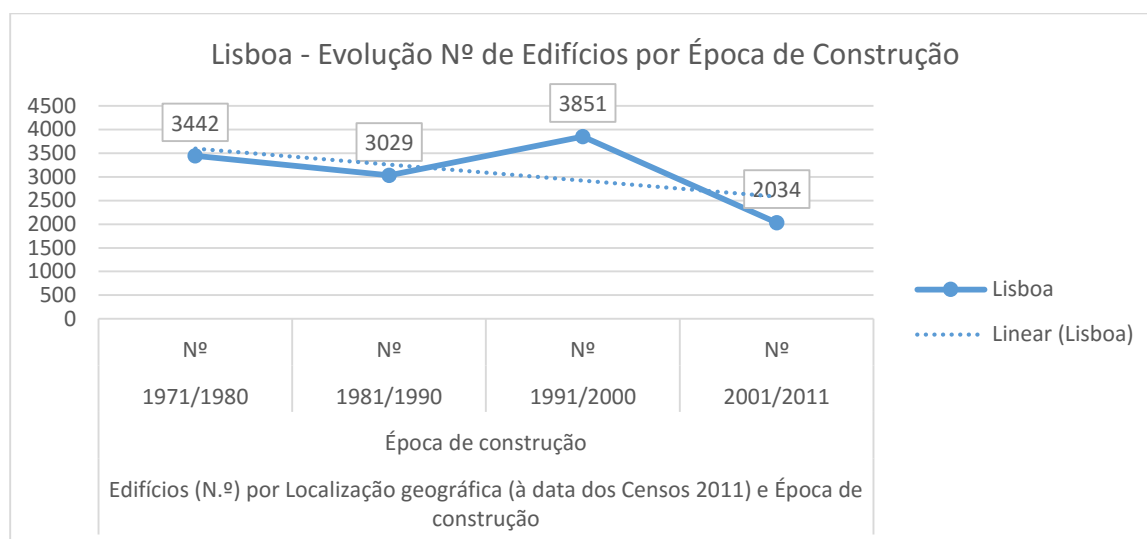
Freguesia de Alcântara (1971 – 2011)



Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Gráfico 1.3. - Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção.

Cidade de Lisboa (1971-2011)



Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

A partir da comparação destes indicadores verificamos que é na década de 1991/2000 que se acentua o crescimento da construção de edifícios, que vem ao encontro da tendência que já se vinha sentindo de dinamização do mercado imobiliário e que se reflectiu neste período.

Nos anos '80, num contexto marcado por taxas de juro e de inflação na ordem dos dois dígitos, o arranque da política de apoio à aquisição de casa própria assentou em grande medida no apoio do Estado. A presença do Estado contribuiu para estabilização das formas e dos termos dos contratos de crédito. Os esquemas de bonificação das taxas de juro, de subvenções e de incentivos fiscais sucederam-se.²⁸

Entretanto, é também neste período e na década seguinte, que aumenta a requalificação urbanística na Freguesia de Alcântara, para além da construção de vários edifícios de alta qualidade, aumentando o número dos edifícios de elevado estatuto, criam-se vários condomínios fechados.

Este novo tipo de construção atrai novos moradores, com outras características e outros estilos de vida, com outras práticas sociais distintas do morador tradicional da Freguesia e que adquirem a sua habitação. Mas que, ao mesmo tempo, por este conjunto de circunstâncias, recolhem-se entre muros. A nobilitação urbana que aqui se desenvolve é uma versão clássica de nobilitação, com a substituição social numa zona de tradição operária por outras classes de elevado estatuto.

Como refere Rodrigues, na sua obra *Cidade em Transição* (2010: 240), ao tratar da nobilitação na cidade de Lisboa e nalgumas zonas da cidade em particular, "...a inelutável transformação da cidade industrial e portuária...num outro tipo de cidade, onde crescentemente dominam as actividades e os sectores socioprofissionais dos serviços avançados e altamente qualificados, ligados às profissões intelectuais, científicas e de gestão...".

²⁸ Nunes, João Pedro Silva (2005), "Uma Cidade de Proprietários? Mudanças na distribuição dos Estatutos de ocupação do alojamento na Área Metropolitana de Lisboa entre 1950 e 2001", *Fórum Sociológico*, (13/14), pp. 113-135, p.129.

Reconfiguram-se espaços que eram de utilização industrial para uma habitação de características muito próprias, que por ser de mais alta qualidade também é procurada por outro tipo de inquilinos que preferem a habitação de luxo e em particular os condomínios fechados, mas também para outras utilizações e outros destinos, para empresas de comércio e serviços de variados ramos, locais de lazer e de restauração.

1.3. A desindustrialização e seus reflexos no tecido empresarial

A desindustrialização, em termos socioeconómicos, traduz-se na redução dos investimentos no sector secundário para a transferência e desenvolvimento a favor do sector terciário. Alguns autores anotam que “A indústria deixou de ser vista como o sector dinâmico da economia. Estamos em presença das chamadas teses da Desindustrialização” (Lema, Teixeira 1999), outros consideram uma consequência da globalização e da internacionalização dos mercados “A desindustrialização é vista como uma evidência do declínio económico, no entanto, contrapondo esta ideia, surge a de que é uma consequência natural do progresso económico.” (Ferreira, 2011)

Mas a desindustrialização levou à alteração do *tecido empresarial*, ou seja, do conjunto de empresas que existem em determinada Região ou País, e assim também afectou os níveis de *empregabilidade* que podemos definir como “a capacidade relativa de que um individuo dispõe para obter um emprego que o satisfaça tendo em conta a interacção entre as suas características pessoais e o mercado de trabalho” (Gazier, s/d., p. 11), ou seja interacção entre o indivíduo e mercado de trabalho. Para outros autores, factores individuais como sejam, qualificações, competências e atributos diversificados contam como capital humano, (Almeida, 2007).

Com a desindustrialização, assistimos à substituição de umas empresas de produção por outras de serviços, dando corpo à *Terciarização*, em relação à qual, nos diz Ferrão:

O modo como o processo de terciarização tem sido encarado reflecte, basicamente, duas ópticas distintas: para uns, “«terciarização» é a expansão do sector terciário, isto é, do conjunto das actividades produtoras de bens imateriais e intangíveis; para outros, corresponde sobretudo a um movimento de reestruturação dos sistemas produtivos, verificando-se um processo de transformação intersectorial baseado na crescente integração das actividades secundárias (e, em menor escala, agrícolas) e terciárias. (Ferrão, 1988).

Analisando a variação do peso percentual dos vários Sectores da actividade económica a nível nacional, no PIB, entre 1975 e 2011, segundo o Banco de Portugal e o INE,²⁹ verificamos como mais significativo, uma quebra na Indústria em 15,6 % (de 28,2% para 12,6%), da Agricultura, Silvicultura e Pescas em 8,4 % (de 10,3% para 1,9%), enquanto as Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias aumentam em 4,6 % (passando de 9,3% para 13,9%) e as Outras Actividades de Serviços aumentam também em 9,3% (de 17,2% para 26,5% em 2011).

²⁹ Fonte: 1975/1995: Banco de Portugal- Séries Longas; 1995/2011: INE – CNAP.

Estes indicadores mostram-nos a quebra significativa que tiveram no PIB os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pescas (12,6%) e a Indústria (28,2%) enquanto a actividade Terciária (Outras Actividades de Serviços) e a Financeira, de Seguros e Imobiliária, aumentam em 9,3% e 4,6% respectivamente, conforme podemos ver no Quadro 15 do Anexo A.

Por outro lado, segundo o INE, os dados da Composição da Estrutura Industrial de Lisboa em relação tanto a empresas como ao nível do emprego, mostra-nos que é no ramo do Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações que tem o maior aumento nas empresas de 10,93% em 1971 para 16,32% em 2009 (mais 5,4%) e no emprego o maior aumento verifica-se nas que se classificam como Outras (com ligação à terciarização) em que passa de 2,76% em 1971 para 14,52% em 2009 (mais 11,76%), para além da categoria Alimentar, Bebidas e Tabaco, passando de 13,27% em 1971 para 17,17% em 2009 (mais 4,4%), apesar do número de empresas só ter aumentado 2,2% no mesmo período. As quebras mais acentuadas por sua vez verificam-se, ao nível das Empresas no Têxtil em que a quebra é de 34pp em 1971 para 15,03% em 2009 (menos 19%) e no ramo da Madeira e Cortiça, em que passa de 16,72% em 1971 para 4,29% em 2009 (menos 12,4%), conforme se poderá verificar no quadro 16 do Anexo A.

Caracterizando a desindustrialização na Freguesia, naturalmente que identificamos também um conjunto de acontecimentos políticos e situações económicas, a nível nacional e internacional, que se interligam e complementam.

Ao identificamos quais as empresas e/ou sectores que se extinguíram por via das alterações implicadas nos novos rumos das políticas financeiras quer a nível nacional e/ou internacional, bem como das deslocalizações para outras zonas da periferia ou para a AML, verificamos também as alterações produzidas entretanto no tecido empresarial na Freguesia.

Na consequência inevitável desta transformação socioeconómica, deparamo-nos com algumas situações de edificações e espaços comerciais, que outrora foram unidades fabris e que hoje se encontram ora abandonadas, ora transformadas em residências de luxo, designados “Condomínios Fechados”, condomínios de escritórios e residenciais, para além de edifícios ou espaços que foram reconvertidos para cultura e lazer.

A evolução socioeconómica da população da Freguesia, é também proveniente de alguns acontecimentos de ordem política e social (designadamente o 25 de Abril, a independência das ex-colónias e a entrada de Portugal na CEE) que tiveram repercussões na vida dos cidadãos e na sua recomposição social também no sector empresarial, levando ao desaparecimento, em parte, dos sectores primário e secundário, para com grande relevo dar lugar à terciarização.

Verificamos entretanto, segundo o INE, que o peso da indústria transformadora no P.I.B. (Produto Interno Bruto) e do emprego decresceram, principalmente nos últimos trinta anos. Entre 1985 e 2012 o peso proporcional da indústria no PIB caiu mais de 50%. A Taxa de desindustrialização em Portugal, após a adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, esteve várias vezes superior à média da União Europeia.

Segundo os autores João Ferrão e Álvaro Domingues a adesão de Portugal à Comunidade Europeia veio desencadear um forte desenvolvimento e expansionismo nas áreas como a Banca, Seguros, operações imobiliárias, actividades de consultoria que vieram implementar novas profissões na área de serviços (Ferrão; Domingues, 1994).

2 – A FREGUESIA DE ALCÂNTARA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO

No final do século passado, na década de 80, começou a intensificar-se na AML, um fenómeno que não sendo isolado marcou profundamente o futuro de alguns dos seus Concelhos e na Cidade de Lisboa de algumas Zonas e Freguesias. Referimo-nos à desindustrialização, cujos efeitos se reflectiram acentuadamente na Freguesia de Alcântara, que está integrada na chamada “corda ribeirinha” e que na altura da industrialização era uma zona privilegiada da cidade.

No período da industrialização Alcântara teve a confluência de vários meios de transporte de mercadorias, o transporte ferroviário, o marítimo e o rodoviário, por ser uma zona intensa de escoamento de matérias-primas e mercadorias, mas ao mesmo tempo agregadora de empresas e por sua vez de famílias que passaram a habitar perto das fábricas que ali funcionavam e que em muito contribuiu para o desenvolvimento económico da Cidade.

Alcântara funcionava também como “placa giratória” do percurso trabalho-casa de centenas de trabalhadores. De vários pontos da AML, vinham pelo caminho-de-ferro, da Linha de Cascais e da Azambuja, ou com ligação a Sintra, de autocarro e de eléctrico de vários pontos da cidade, funcionando como ponto de confluência e de passagem para toda a Zona Ocidental ou a partir dela, com as ligações marítimas dos barcos que chegavam a Belém e naturalmente também a ligação privilegiada à outra margem do Tejo, através da Ponte 25 de Abril.

2.1. Causas da desindustrialização e condições de adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia)

Na Europa o modelo de crescimento do capitalismo, o fordismo, que vinha desde 1945, após a II Guerra mundial, proporcionou os chamados “30 gloriosos anos” do capitalismo do século XX. Entretanto os anos 60 deram origem a uma reestruturação económica nalguns sectores por via da adopção de novas tecnologias. Mas a crise petrolífera de 1973, quando a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiu subir abruptamente os preços do petróleo, fez com que o capitalismo tomasse consciência da importância do preço do petróleo para a continuação do sucesso do seu modelo de crescimento. Intensificou-se e alargou-se o processo de reestruturação do capitalismo e a desindustrialização marcou os finais da década de 70.

...algumas das indústrias de ponta dos anos 60 (Siderurgia, metalomecânica pesada, construção e reparação naval, petroquímica) foram fortemente afectadas pela reestruturação económica ligada à adopção de novas tecnologias, contribuindo para a crise que afectou a região de Lisboa, principalmente a sua grande concentração industrial, representada pela Península de Setúbal.³⁰

Ao mesmo tempo, com a Revolução de Abril de 74, houve em Portugal algum impulso na dinamização económica, com o aumento do poder de compra e do nível de vida dos portugueses, com a diminuição

³⁰ Salgueiro, Teresa Barata (2001), “*Lisboa, Periferia e Centralidades- A Segregação Social e os espaços de vida-*”, Oeiras, Celta Editora, p.134.

do desemprego e um maior incremento na produção. Mas esta melhoria de condições de vida, o conquistar de direitos por parte dos trabalhadores e um maior controlo sobre os grupos económicos existentes na altura, que dominavam a economia em aliança com a ditadura, levou a que estes reagissem com fugas de capitais para o estrangeiro e conduzindo à falência várias empresas.

Em 1975 com as nacionalizações da Banca, dos Seguros e de empresas e sectores estratégicos da nossa economia, impediu-se de alguma forma o encerramento de muitas delas, a manutenção dos postos de trabalho, estancando também a fuga de capitais para o estrangeiro.

Entretanto, a partir do primeiro Governo Constitucional introduzem-se novas alterações na orientação económica do País, cria-se legislação que vem ao encontro da reestruturação mais geral do capitalismo e que já se aplicava na Europa. Entre outras, no campo laboral, adaptando-se a uma realidade emergente de encerramento ou deslocalização de empresas, enquadra juridicamente a suspensão laboral de trabalho nas empresas (como o “*Lay-off*”), os despedimentos colectivos, tendo em conta as falências, os contratos a prazo e outras.

Com o argumento dos prejuízos das Empresas Públicas iniciam-se as privatizações e as indemnizações a antigos proprietários ou a devolução de terras e indemnizações a agrários nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Orientações e diretrizes da CEE, que apontavam na altura, no sentido da diminuição da capacidade industrial do País, com o objectivo de lhe alterar o paradigma de Industrial e Agrícola para Turístico e de Serviços, começam a ser implementadas.

Assim, já na fase de preparação do País para a adesão à então CEE, foram tomadas algumas medidas pelo governo da altura, que iam ao encontro das directivas da CEE. Referimo-nos à diminuição da nossa capacidade no Sector Metalúrgico, na Indústria Têxtil, na Marinha Mercante, na Indústria de Construção e Reparação Naval, nas Indústrias Químicas, mais tarde nas Pescas com o abate de embarcações, a par de muitas limitações impostas à Agricultura portuguesa, como a limitação de algumas culturas e o abate da vinha.

Ao mesmo tempo intensificou-se e estimulou-se o Turismo, a Indústria Hoteleira e a Restauração, o Comércio Alimentar, a Distribuição e os Sectores de Serviços em geral, ou seja a Terciarização, para além de se ter desenvolvido a especulação imobiliária e intensificado a actividade financeira.

Portugal adere à CEE, em 1985, passando a membro oficial da Europa dos Doze em Janeiro de 1986.

A partir dessa altura há uma maior abertura da economia nacional ao estrangeiro aumentando o seu investimento, mas intensifica-se o movimento que estava em curso na nossa economia e que conduz ao encerramento ou à deslocalização de empresas e sectores de grande importância para a economia nacional. Conforme já referido anteriormente, segundo o INE, apesar dos primeiros anos da revolução terem contribuído para a dinamização da nossa economia, no período entre 1974 e 1995, a contribuição

da Agricultura, Pescas e Indústria para o PIB, diminui de 40,6% para 27,4%, ou seja menos 13,2%. Apesar destes valores diminuírem de intensidade, entre 1996 e 2002 (-4,1%) e 2002 a 2012 (- 2,6%).³¹ Neste período, principalmente até ao final dos anos noventa do século passado, assistimos também à deslocalização de empresas e tecnologia para outros países de mão-de-obra mais barata. Estamos perante a desindustrialização que apesar de ter tido o seu início nos anos 70, é neste período que no nosso País mais se intensifica. Com o desinvestimento na indústria, intensifica-se o investimento no imobiliário, nos serviços e na área financeira.

Lopes (1996) nota que desde então os maiores grupos económicos privados se desinteressaram da indústria passando a privilegiar o investimento no sector financeiro, imobiliário, ou grandes superfícies comerciais, e os investidores estrangeiros foram mais importantes para a renovação que, embora modesta, ocorreu nas estruturas industriais.³²

Este conjunto de alterações conduzem à terciarização, com um aumento das empresas de serviços, de comunicações e de tecnologia mais desenvolvida. Alteram-se também em muitas áreas as relações de trabalho com um aumento significativo da precariedade e do desemprego.

2.2. Efeitos da desindustrialização em Alcântara

As alterações ao tecido empresarial em Alcântara, realizaram-se perante o cenário atrás descrito e que se caracterizaram fundamentalmente pelo encerramento ou deslocalização de empresas de vários ramos de indústria das quais destacamos: Metalúrgicas, Indústria Naval, Marinha Mercante, Electrónicas e de componentes, Papel, Alimentares, de Distribuição.

Com o objectivo de recuperarem para a construção e expansão imobiliária estes espaços, alguns deles muitos valorizados pelo seu posicionamento privilegiado junto à corda ribeirinha, procederam passado pouco tempo, ao derrube dos respectivos edifícios, fábricas nalguns casos com mais de uma centena de anos de existência, restando somente nalguns casos, como para assinalar uma raiz histórica, símbolo de arqueologia industrial, a chaminé dos seus fornos.

Nalguns destes locais, ou na zona envolvente, desenvolveram-se complexos habitacionais de luxo.

As antigas fábricas deram lugar aos condomínios fechados e/ou aos *Lofts*, que para além de terem vindo alterar significativamente o tecido urbano destas zonas, introduziram também grandes modificações na composição social dos seus habitantes e em parte nas características da Freguesia.

Este encerramento ou deslocalização de empresas levou também ao desemprego ou reforma antecipada de milhares de trabalhadores, nalguns casos afectando famílias inteiras, para além de indirectamente ter influência no pequeno comércio que se situava a jusante, seja como complementaridade no fornecimento de componentes, ou consumíveis para estas empresas, seja na prestação de serviços, com algum destaque

³¹ Fonte: 1975/1995: Banco de Portugal- Séries Longas; 1995/2011: INE – CNAP.

³² Sagueiro, Teresa Barata (2001), "*Lisboa, Periferia e Centralidades- A Segregação Social e os espaços de vida-*", Oeiras, Celta Editora, p.134.

para a restauração. Por outro lado, intensificou-se e alargou-se a emigração de grande parte destes trabalhadores que tendo alterado a sua situação laboral, se viram obrigados por um lado a procurar outros locais de trabalho, ou ao encontrarem-se na situação de reforma compulsiva e/ou desemprego em idade avançada, e assim, sem perspectivas de substituição do posto de trabalho anterior, resolveram regressar às terras de origem.

As consequências sociais com o encerramento das fábricas foram tremendas. ...Houve uma mudança radical nalgumas zonas onde predominavam operários e que se reflectiu também no Comércio local. Praticamente deixaram de existir operários, ficando um número residual como residentes. Muitos regressaram às suas terras de origem ou têm morrido.³³

Como efeito multiplicador também se reflectiu num maior envelhecimento da Freguesia, uma vez que as camadas mais jovens se viram como expulsas da cidade, seja directamente por falta de trabalho, pelo encerramento ou deslocalização das empresas, ou ainda porque os seus pais sofreram essa situação. Deu-se então lugar a uma reconfiguração urbana na Freguesia. Estávamos também numa época em que se estimulava a aquisição de casa própria.

A especulação urbanística e imobiliária intensificou a sua acção. Nos locais onde existiam fábricas com milhares de trabalhadores e que tinham por perto as Vilas operárias ou habitação com características sociais, começaram a nascer habitações de luxo ou mesmo áreas de condomínios fechados. Estas novas construções atraem novos habitantes “*gentrifiers*”, que têm características completamente distintas dos anteriores, com novos hábitos, novas formas de estar, outros estilos de vida que se reflectem também no consumo, alterando significativamente a composição social nesta zona. Como nos dizia José Godinho:

Os novos moradores são pessoas que fazem as suas compras em outros espaços, nomeadamente nas grandes superfícies, pouco gastam aqui, muito residualmente no café ou num ou outro restaurante, de uma maneira geral são pessoas que ao fim-de-semana saem da zona, muito provavelmente têm uma segunda casa.

Ao mesmo tempo foi-se alterando também o Comércio Local. Os pequenos estabelecimentos (lojas) que existiam há mais de trinta anos têm vindo a fechar. Não resistiram aos tempos de mudança. Por uma diminuição drástica de clientes que deixaram de frequentar estas zonas, por falta de condições para se modernizarem, pelas dificuldades económicas que se agudizaram.

Onde nós estávamos habituados a ver o pequeno comércio, o pequeno restaurante, aquilo a que se chamava a taberna, onde se comia a sandes com uma isca, o peixinho frito, esse tecido desaparece, os operários de fato-macaco, com as suas características, com o seu modo próprio de estar na rua e de conviver, esse tecido desaparece.³⁴

Várias zonas da Freguesia que eram ponto de encontro no início do dia de centenas de trabalhadores, antes de entrarem para a fábrica ou escritório, ou ao fim da jornada de trabalho, e que eram locais privilegiados de convívio e confraternização, estão hoje quase desertas ou somente com a frequência de alguns habitantes que restam.

³³ Entrevista a José Godinho, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.

³⁴ Entrevista a ex-trabalhador da Lisnave.

“O sair da população de Alcântara, toda uma quantidade de operários que povoavam e davam vida ao comércio local, eram milhares de pessoas todos de “ganga”, teve naturalmente um grande impacto negativo. Muito do comércio tradicional caiu brutalmente, com a vinda dos novos moradores o comércio local pouco beneficiou.”³⁵

Porque a grande maioria que frequentava estes lugares, já não trabalha ou mora aqui, ou mesmo porque os novos habitantes têm outros hábitos de consumo e de sociabilidade, não procuram nem utilizam o Comércio Local, mas sim a grande superfície. Nem utilizam a loja de bairro mas a loja de “marca” do centro da cidade. A loja de pronto-a-vestir, o fotógrafo, a drogaria, a mercearia, a “tasca” tradicional e mesmo alguns pequenos restaurantes com dezenas de anos, foram assim encerrando dando lugar nalguns casos a outro tipo de lojas com outras características ou a empresas de serviços.

Todo o Comércio Local foi muito afectado, porque se reduz o número de habitantes da Freguesia e o tipo de habitante é outro. O Comércio estava feito para aquele tecido social. Roupas, sapatos, pronto-a-vestir, por exemplo também desapareceram muitas sapatarias, as velhas tascas com a bifana, o passarinho frito, o pastel de bacalhau, que podemos dizer fazia parte da caracterização da Freguesia. ³⁶

2.3. Alcântara e a sua evolução - Origens e formação da Freguesia

A origem do nome da Freguesia de Alcântara, vem da palavra “Al-qantara” de origem árabe e que significa ponte. A ponte com o mesmo nome existiu até cerca dos anos 40 do século passado, quando do encanamento do caneiro de Alcântara e construção da Avenida de Ceuta.

O Vale de Alcântara, por onde passava a Ribeira de Alcântara que através do caneiro existente vinha desaguar ao Tejo, é o mais extenso vale da Cidade de Lisboa, que a par com o Vale de Chelas, na Zona Oriental, teve uma importância muito grande no período de início da industrialização da Cidade de Lisboa.

“No século XIX começou a desenvolver-se a rede de transportes com a construção da Linha de eléctrico entre Algés e Terreiro do Paço e no final do século a linha de caminhos-de-ferro com a ligação de Sintra a Alcântara-Terra e posteriormente a ligação desta última aa Alcântara-Mar e à linha de Cascais”³⁷.

A sua proximidade com o rio tinha grande importância na recepção e exportação de matérias-primas e mercadorias, assim com a conquista de algum terreno ao rio criaram-se infraestruturas ferroviárias e o Porto de Lisboa. Alcântara passou então a constituir um importante pólo de expansão da cidade e das suas indústrias também por via marítima.

Apesar da ocupação habitacional de Alcântara remontar ao período do Marquês de Pombal, após o terramoto de 1755, uma vez que era uma zona da cidade que tinha sido menos afectada dando lugar à

³⁵ Entrevista a J. Godinho, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.

³⁶ Entrevista a ex-trabalhador da Lisnave.

³⁷ Folgado, Deolinda (2001).”Paisagem Industrial, Utopia na salvaguarda patrimonial?”. Guimarães. *Margens e Confluências*, (3), Escola Superior e Artística do Porto, pp 65-89.

sua ocupação, é no século XIX com a industrialização que Alcântara passa a ser mais povoada. Com a instalação de um conjunto de fábricas na zona, aumentou significativamente a sua população.

...as cidades dos primórdios da industrialização cresceram graças à localização das fábricas no centro dessas cidades. Foi essa localização industrial que motivou o crescimento populacional e urbanístico à volta da fábrica, numa parte significativa graças aos movimentos migratórios dos campos mais ou menos longínquos para a cidade.³⁸

“A partir dos meados do século XIX, um lento processo de industrialização vai provocando a concentração em Lisboa da mão-de-obra operária.”³⁹

Na formação da população da Freguesia, segundo vários estudos, mostra que sendo uma boa parte originária de Lisboa no período da industrialização, principalmente no princípio do século XX, há um conjunto significativo que é oriundo de outros pontos em redor do Distrito de Lisboa e mesmo de outras zonas do país. Segundo Frédéric Vidal na sua obra “Les Habitants d’Alcântara” entre 1900 e 1930, há uma diminuição de habitantes nascidos em Lisboa de 52,2% em 1900 para 45,2% em 1930, assim como os nascidos dentro do Distrito de Lisboa, mas aumenta neste período de 35,7% para 49,7% a percentagem dos habitantes nascidos fora do Distrito de Lisboa. É uma tendência que se manifesta nesta zona Ocidental da cidade.

*“L’ouest de la ville apparaît comme une catégorie spatiale homogène. La commune de Lisbonne a continue à accueillir de nouveaux habitants dans des proportions importantes au moins jusque dans les années 1930. Dès les premières décennies du XXe siècle, ces nouveaux venus ne semblent plus s’installer en priorité à Alcântara.”*⁴⁰

Neste fluxo migratório destaca também, tomando como referência duas ruas de origens operárias, a Rua da Cruz e a Rua Feliciano de Sousa, junto ao Pátio do Cabrinha, num estudo que desenvolve em relação à origem das “mães e dos pais” que a maioria destes habitantes (analisando um período dos primeiros anos do século passado até 1940), têm origem maioritariamente no centro e no Norte do País. *“Les pères et les mères de la Rua da Cruz e de la Rua Feliciano de Sousa nés en dehors du district de Lisbonne sont majoritairement originaires du centre et du nord-est du pays: districts de Castelo Branco, Viseu, Coimbra et surtout de Guarda.”*⁴¹ Refere ainda o autor uma outra particularidade em relação aos residentes em Alcântara, uma vez que o número de estrangeiros que existiam em 1890 (9,4%) era percentualmente superior aos da cidade de Lisboa (6,1%), mas em 1930 estes valores são substancialmente mais baixos, tanto em Alcântara (1,4%) como na cidade de Lisboa (2,3%).

³⁸ Rodrigues, Walter (2010), “Cidade em Transição - Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa”, Oeiras, Celta Editora, pp.53.

³⁹ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”. *Análise Social*, vol.XXIX (127),p.510, pp.509-524.

⁴⁰ Vidal, Frédéric (2006).“*Les Habitants d’Alcântara- Histoire Sociale d’un quartier de Lisbonne au débout du 20e siècle*”. Villeneuve d’Ascq.France, Presses Universitaires du Septentrion, p.56.

⁴¹ Idem, p. 173.

Destacando-se entretanto neste grupo de estrangeiros os espanhóis, principalmente da região da Galícia, e os brasileiros. Assim entendemos a existência de várias “tascas” e “casas de pasto” em Alcântara cujos proprietários eram galegos. Alguns não conseguiram aguentar o impacto dos novos tempos e foram encerrando (p. ex.: Casa dos Frangos – na Rua 1º de Maio) dos quais, somente alguns resistiram até aos dias de hoje, como é o caso da casa “Resina” no Largo do Calvário.

“*La presence des “Galegos” dans le quartier d’Alcântara est ancienne.*”⁴²

“Também em Stº Amaro, junto à Carris, aquela casa que existia dos frangos assados (dos Galegos) também fechou, o restaurante “O Furo” fechou, todas as pequenas oficinas que existiam na rua 1º de Maio também foram fechando.”⁴³

2.4. As Vilas e os Pátios em Alcântara

A revolução industrial teve traços e características comuns. Em Lisboa como em Londres, coração da revolução industrial, as condições de trabalho têm grandes semelhanças que geram pobreza em que as necessidades de habitação dos operários são as mesmas. F. Engels, na sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*,⁴⁴ refere que:

Todas as grandes cidades têm um ou vários bairros pobres onde se concentra a classe operária. (...) Estes bairros miseráveis são organizados da mesma forma em quase toda a Inglaterra e constituídos pelas piores casas, nas zonas piores da cidade. As mais das vezes, são edifícios de dois andares, ou mesmo térreos em tijolo, alinhados em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídos.

Com o desenvolvimento da indústria, aumentam as necessidades de mão-de-obra e intensifica-se a urbanização. Os operários dessas fábricas necessitam de habitações.

Como nos diz Nuno Teotónio Pereira⁴⁵ sobre como surgem os “pátios”: “as famílias operárias vêem-se então obrigadas a procurar alojamento em espaços desocupados ou em velhos pardieiros arruinados, onde improvisam elas próprias precárias habitações ou se acomodam de qualquer maneira, sempre mediante o pagamento de uma renda ao proprietário.”

Entretanto, com a intensificação deste processo de urbanização e as carências habitacionais, houve proprietários que começaram a adquirir terrenos para a construção de pátios, fazendo mais tarde surgir “uma nova modalidade de alojamento: os edifícios ou conjuntos expressamente construídos para

⁴² Vidal, Frédéric (2006). “*Les Habitants d’Alcântara- Histoire Sociale d’un quartier de Lisbonne au débout du 20e siècle*”. Villeneuve d’Ascq.France, Presses Universitaires du Septentrion, p.58.

⁴³ Entrevista a ex-trabalhador da Gráfica Mirandela.

⁴⁴ Engels, Friederich (1975). “*A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, Lisboa, Editorial Presença, p.47.

⁴⁵ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, vol. XXIX (127) (3º), pp.509-524, p. 511.

habitação de famílias operárias que começaram a tomar a designação de “Vilas”, algumas vezes dando-lhe o nome de Pátio.”⁴⁶ Mais tarde, em 1930, ainda segundo Nuno Teotónio Pereira:⁴⁷

...a Câmara de Lisboa através de Regulamento Camarário, “proíbe a construção de novas Vilas, define estas como - grupos de edificações destinadas a uma ou mais moradias construídas em recintos que tenham comunicação, quer directa quer indirecta, com a via pública por meio de serventia-. Trata-se, portanto, de espaços à margem dos arruamentos, construídas muitas vezes no interior dos quarteirões.

“As Vilas operárias constituem uma forma de alojamento especializado...marginando a rua, um prédio corrente para a burguesia (mais frequentemente para a pequena burguesia), e no interior do talhão, por detrás desse prédio”⁴⁸

Neste período de crescimento industrial, a falta de habitação constituía um problema grande, pelo que, segundo Teotónio Pereira (⁴⁹)“...algumas empresas tomaram a iniciativa de construir blocos de habitações para o seu pessoal.”

É assim que nascem em Alcântara várias Vilas a partir de 1870: Vila Teixeira na Calçada da Tapada, Vila Emília na Rua do Alvito, perto do Calvário na Rua Rodrigues Faria (construída em 1873 pela Fábrica de Tecidos Lisbonense, pioneira nestas construções), Vila Cabrinha, construída pela Fábrica de Estamparia de Algodão perto da actual Avenida de Ceuta e que ainda se mantém, mas hoje denominado como “Pátio do Cabrinha”.

Houve em Alcântara 40 Pátios e Vilas, segundo o Roteiro das Ruas de Lisboa de 1981, mas nem todos resistiram aos tempos da modernidade e às mudanças urbanísticas introduzidas. Alguns destes foram classificados pela Câmara Municipal de Lisboa, chegando a ter intervenções de recuperação, no entanto outras áreas não tiveram a mesma sorte, como aconteceu com Vila Teixeira, no cimo da Calçada da Tapada, que foi mandado destruir em 2002, mesmo contra a vontade do proprietário, para se tornar num terreno abandonado que hoje serve de Parque de estacionamento, conforme nos referiu José Godinho.

2.5. A industrialização em Alcântara e as Empresas que se instalaram

As primeiras indústrias que se instalam em Alcântara são as Têxteis para além dos Curtumes e Pirotécnicas, fundamentalmente pela proximidade da água e da energia hidráulica da Ribeira de Alcântara.

⁴⁶ Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, vol. XXIX (127) (3º), pp.509-524, p.512.

⁴⁷ Idem, p.512.

⁴⁸ Idem, p.516.

⁴⁹ Idem, p.518.

Nesta fase, modelos de construção franceses, ingleses e belgas foram introduzidos em Portugal, sendo que um dos primeiros edifícios a incorporar um sistema construtivo revolucionário em Portugal foi a Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão de Santo Amaro em Lisboa (1846), da autoria de José Pires da Fonte.⁵⁰

O terreno da Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão, “*onde se instalou a primeira máquina a vapor em Portugal*”, como nos referiu J. Godinho, foi ocupado mais tarde pela Nacional - Companhia Industrial de Portugal e Colónias, dando depois lugar à instalação, na zona voltada ao rio, da refinação de açúcar (SIDUL). Para além de, na parte interior, se fixarem as tipografias do Anuário Comercial, depois EPNC e mais recentemente a Mirandela.

Primeiro foi Empresa Nacional de Publicidade. Constituída pelo Anuário Comercial e a Editorial Notícias. Em final de 1975 princípio de 76 foi criada a Empresa Pública EPNC-Empresa Pública Notícias Capital. Agregou todos os títulos. A única coisa que já não existia era o Jornal “Mundo Desportivo”. Depois a EPNC começou a ser vendida, começando pelo Anuário Comercial (que funcionava em Alcântara) em 1988, é quando a Mirandela Comprou o Anuário Comercial de Portugal.⁵¹

Algumas outras empresas que vieram a ganhar importância económica e estratégica, vêm também implantar-se em Alcântara, para além das infraestruturas terrestres e marítimas que se foram instalando. O Grupo CUF, nas indústrias Químicas, aposta em instalações fabris em Alcântara, apesar de passados alguns anos transferir a sede para o Barreiro. Outras empresas metalúrgicas, como a J. B. Cardoso, que fabricava peças e ferramentas de renome mundial de alta qualidade ou no ramo Alimentar desenvolvem-se empresas de importância nacional.

O crescimento de infraestruturas terrestres trouxe mais investimento para a Freguesia e fez dela também um ponto de passagem para outras áreas da Zona Ocidental onde estavam outras empresas de grande importância instaladas, como a Construtora Moderna ou mesmo a Doca-Pesca.

A Carris-Companhia Carris de Ferro de Lisboa desenvolve-se e moderniza-se na vertente dos carros-eléctricos e dos autocarros e cria as suas oficinas em Santo Amaro.

Desenvolvem-se e reforçam-se as ligações ferroviárias, com as Estações de Alcântara-Terra e Alcântara-Mar e a ligação da linha de caminho-de-ferro ao cais. Melhoram-se as estruturas portuárias, com a criação e desenvolvimento do Porto de Lisboa, e maior qualidade na armazenagem das cargas e condições de acostagem dos navios, instalam-se no Cais de Alcântara, as oficinas e serviços marítimos de empresas da Marinha Mercante e de Dragagens, dando melhor apoio às ligações marítimas e à navegabilidade no rio. Frédéric Vidal cita uma publicação da altura (1914), o jornal “A Vanguarda”, em que comparam Alcântara aos bairros industriais de Manchester, quando nos diz que “*Sous la plume enflammé de quelques journalistes, Alcântara a pu être compare aux quartiers industrialisés de Manchester: «la fumée des fabriques, le bruit des engrenages, la vocifération d’une population*

⁵⁰ Pereira, Nuno Teotónio (1994). “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, vol. XXIX (127) (3º), pp.509-524.

⁵¹ Entrevista a Ex-trabalhador da Gráfica Mirandela.

*entassée qui s'agite, les sifflements des machines industrielles et les locomotives représentent bien la vie moderne d'un grand ville qui lutte et qui veut vaincre. Le quartier d'Alcântara est digne de Lisbonne il le serait de Manchester»*⁵²

Referimos aqui algumas das principais empresas que se foram instalando na Freguesia de Alcântara, no início da industrialização e outras mais recentemente (algumas delas de importância nacional), conforme Quadro 2.17 do Anexo A.

Na área dos Têxteis a Daupias & C^a (na antiga Rua de Santo António ao Calvário, actual Rodrigues Faria) e a Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria (na Quinta do Cabrinha, junto à Avenida de Ceuta); Pirotécnicas a Fábrica da Pólvora (na Rua da Fábrica da Pólvora, junto à Avenida de Ceuta); Curtumes com a Fábrica do Calvário (no Calvário) e Patrício José Dias (na rua da Cascalheira); Nas Químicas a mais importante foi a Fábrica dos Sabões da CUF, mais tarde Quimigal (no Largo das Fontainhas); Metalúrgicas e Metal-Mecânica Pesada, a EPI-Empresa Progresso Industrial e a Mompur (na Rua das Fontainhas), a Fábrica Promitente, Gomes & Irmão e Pinhol, Gomes & Gomes (na Rua Vieira da Silva), a J. B. Cardoso, a Orey Antunes & C^a (na Primeira Rua Particular), a Fábrica de Progresso Mecânico, conhecida por Fábrica dos Alfinetes (na Rua João de Lemos), João Burnay e a Sociedade de Construções Metálicas/CTM (Fusão da Empresa Insulana de Navegação com a Companhia Colonial de Navegação (Rua dos Lusíadas), Latoaria Internacional (na Primeira Rua Particular); nas Industrias Alimentares, a Sociedade Industrial Aliança, SARL (na Travessa da Praia), a Fábrica de Chocolates Regina (na Rua Sá de Miranda), a SIDUL (na Avenida da Índia), Fábrica Nacional de Bolachas e Biscoitos (em Santo Amaro), a Fábrica Napolitana (no Largo das Fontainhas); nas Gráficas, a Litografia Nacional (na 2^aRua Particular) e o Anuário Comercial (na Rua Rodrigues Faria) que se tornou na EPNC- Empresa Pública Notícias/Capital e mais tarde na Gráfica Mirandela; nos Transportes Urbanos, a CARRIS- Companhia Carris de Ferro de Lisboa (em St^o Amaro na Rua 1^o de Maio), que começa com a circulação do “americano“, passando depois ao eléctrico e ao autocarro para o transporte na cidade. Ainda junto à Doca de Alcântara (Alcântara Sul e Alcântara Norte) havia também as Empresas de Construção e Reparação Naval, como a Lisnave e a ENI- Electricidade Naval e Industrial, as oficinas das maiores Companhias de Navegação na altura, a CTM- Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos e a CNN – Companhia Nacional de Navegação, a CRCB - Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, várias oficinas de aprestos marítimos e a Dragapor - Dragagens Portuárias.⁵³

⁵² Vidal, Frédéric (2006), *“Les Habitants d'Alcântara- Histoire Sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle”*, Villeneuve d'Ascq.France. Presses Universitaires du Septentrion, p.93.

⁵³ Ver Quadro 2.17 do Anexo A: “Empresas de Alcântara desde o início da industrialização e mais recentes”.

2.6. Novos limites da Freguesia - o convívio, a confraternização, a cultura operária.

Com a reorganização administrativa de 1959, passou a fazer parte da Freguesia dos Prazeres uma zona considerada tradicional de Alcântara, ou seja, desde o antigo Largo de Alcântara até Praça da Armada e ruas envolventes deixaram de pertencer a Alcântara.

Mais tarde, nos anos 60, a zona que era conhecida pelo “coração de Alcântara” teve alterações significativas com a construção da Ponte sobre o Tejo, hoje “Ponte 25 de Abril”. Os arruamentos que foram construídos para acesso à Ponte e a Rotunda na zona de confluência de Alcântara com a nova delimitação dos Prazeres, provocaram a maior e mais acentuada divisão da Freguesia. Ao mesmo tempo, tiveram que destruir habitações e o edificado de uma antiga fábrica, separando o Bairro do Alvito e o Bairro do Jacinto e toda a área da Rua da Cruz, Rua Feliciano de Sousa, Rua da Fábrica da Pólvora e Quinta do Cabrinha, do restante da Freguesia.

Em plena Rua Leão de Oliveira, onde mais tarde veio a ser a sede da Junta de Freguesia e junto às antigas oficinas da Carris em Stº Amaro, nascem alguns dos pilares que sustentam a ponte.

Entretanto, já nos anos 80 do século passado, a intensificação de trânsito na zona da Rotunda de Alcântara, que provocava grandes congestionamentos foi eliminada, para melhorar o escoamento do trânsito automóvel, principalmente no acesso à ponte.

Apesar dos limites da Freguesia terminarem na linha do caminho-de-ferro, junto à Estação de Alcântara-Terra, por força da divisão administrativa introduzida pela Câmara de Lisboa em 1959, o Largo de Alcântara, situando-se já na Freguesia dos Prazeres, continuava a ser um ponto de encontro e de convívio, para todos os que trabalhavam na zona e para os que utilizavam os transportes públicos para partir ou chegar a Alcântara. No entanto, com o abandono de muitas das empresas que existiam nas ruas limítrofes, acentuou-se a divisão da Freguesia e diminuiu substancialmente as presenças, os encontros, as conversas e o convívio de fim-de-dia, em fim de jornada de trabalho.

A Alcântara da solidariedade operária e do convívio, da fraternidade e das tradições operárias, era bem patente no dia-a-dia. Os espaços de convívio e de confraternização eram muitos e variados. Alguns locais da via pública, eram os mais escolhidos, podendo referir-se o Largo de Alcântara, as Fontainhas, o Largo do Calvário e o início da Rua Luís de Camões esquina com a Rua 1º de Maio (junto à Carris), o jardim do Alto de Santo Amaro, como pontos de encontro regulares, tanto de manhã, antes iniciar a jornada de trabalho, ao almoço, no tempo que restava antes de recomeçar.

“Por exemplo à hora de almoço estava sempre tudo cheio de trabalhadores, porque almoçávamos no refeitório das empresas e depois sempre tínhamos mais meia hora para comprar isto ou aquilo no comércio local.”⁵⁴ E mesmo em fim-de-dia. “...Fazia com que pudéssemos conviver nos intervalos da hora de almoço e mesmo em fim de dia quando nos juntávamos para beber ou comer qualquer coisa ou

⁵⁴ Entrevista a ex-trabalhador da Lisnave.

ir até à Colectividade. Havia um grande ambiente de camaradagem e de convívio. Eu por exemplo era sócio da Promotora e era também um ponto de encontro ao final do dia.”⁵⁵

Ao mesmo tempo, a loja de bairro, as tasquinhas e casas de pasto de Alcântara ou as Colectividades também foram durante muitos anos locais de socialização. Ponto de encontro, de convívio, de confraternização, de diversão, em que “à volta de um petisco que se comia” se trocavam opiniões sobre a vida na empresa, lutas que se desenvolviam e aspectos diversos da vida.

Recordo-me que quando eu entrava na Empresa às 8h, chegava ao Largo do Calvário cerca das 7,20h e já o Calvário estava cheio e a Fonte dos Passarinhos (cervejaria) cheia de malta, assim como ao lado a *Tahiti* (Pastelaria) e defronte a tasca das portas largas, que chamávamos “O Resina”, todos estes sítios estavam cheios com a malta a tomar o pequeno-almoço, a comer bifanas e a beber imperiais ou copos de vinho. Era uma forma também de convívio que tínhamos ali, num ambiente tipicamente operário.⁵⁶

2.7. A Alcântara industrial, a Alcântara operária, foi também a Alcântara revolucionária.

Ao referirmos o início da industrialização em Alcântara, não podemos deixar de falar das primeiras estruturas organizativas do movimento operário. Desde as Associações Sindicais até às tipografias clandestinas.

Em 1849 forma-se a Associação dos Tecelões do Algodão, de características mutualistas e propugnando a colaboração de classes, para mais tarde, na grande ruptura dos anos 80, surgir uma outra associação, a Associação de Trabalho dos Tecidos de Alcântara, na mesma altura em que 800 trabalhadores decidem aderir à A.I.T. (Associação Internacional do Trabalho). Algumas sedes sindicais da corrente anarco-sindicalista existiram em Alcântara no tempo da 1ª República.

Desde o anarco-sindicalismo da Primeira República e que entrou pelo período da ditadura, até à actividade sindical de outras áreas ligadas na altura à Confederação Geral de Trabalhadores (CGT), ou mesmo à actividade política desenvolvida por muitos trabalhadores organizados clandestinamente no Partido Comunista Português (PCP), Alcântara tem largas tradições de luta do movimento operário.

Assim, teve várias sedes de Sindicatos anarquistas no princípio do séc. XX em plena industrialização e mais tarde, durante a ditadura, existiram em Alcântara algumas tipografias clandestinas. Seja d’ “A Batalha” jornal anarquista, no topo Norte da Rua da Cruz (nas pedreiras), ou do “Avante!” (jornal do PCP-Partido Comunista Português) na Rua da Academia de Stº Amaro.

Alfredo Ruas, militante da FJCP (Federação das Juventudes Comunistas Portuguesa), foi assassinado no Largo de Alcântara em 1932 e a antiga Rua da Creche, hoje Rua José Dias Coelho, presenciou o assassinato do pintor e dirigente do PCP José Dias Coelho por dois agentes da PIDE em 1961 (onde existe uma lápide evocativa). “...estava em casa, e chegou o meu tio. Tinha estado na taberna dos

⁵⁵ Entrevista a ex-trabalhador da Mompur.

⁵⁶ Entrevista a ex-trabalhador da Gráfica Mirandela.

galegos, que havia na esquina da Rua Luís de Camões com a actual Rua 1º de Maio, e disse para o meu pai: - mataram um pintor, a polícia matou um pintor, um artista!...” conforme nos relatou um dos nossos entrevistados que nasceu e cresceu em Alcântara.

Em 1912 os trabalhadores da Carris desenvolveram uma greve que durou quase um mês, reivindicando entre outras, aumentos salariais, introdução de escalões nas tabelas salariais, aplicação da jornada de 8 horas e licenças e férias remuneradas. Mais tarde os trabalhadores da Carris tiveram novas lutas que chegaram à greve e os operários da CUF desenvolveram acções em solidariedade com os da sede no Barreiro, entre muitas outras lutas desenvolvidas nesse período assim como durante a ditadura.

As cargas policiais da GNR, seja sobre os trabalhadores da Carris, quando fizeram greve, seja sobre os operários das várias empresas que ali existiam, que se concentravam no Largo das Fontainhas e no Largo Calvário como ponto de encontro para manifestarem as suas reivindicações ou para celebrar o 1º de Maio, eram uma constante durante o fascismo.

...Recordo-me de num 1º de Maio em 1972, nós tínhamos o dia dos Tipógrafos nesse dia, que já celebrávamos no Rossio, entretanto vi um aparato de polícia fora do comum, quando íamos para o Rossio.

No Calvário, nas Fontainhas e mesmo no Largo de Alcântara tudo cheio de polícia, preparados para actuar.⁵⁷ Para além das rusgas noturnas seguidas de prisão que muitas vezes a PIDE fazia em casa de muitos trabalhadores que viviam em Alcântara tendo ou não alguma actividade política.

Mas já depois do 25 de Abril, Alcântara também foi palco de muitas lutas, por melhores salários, por melhores condições de vida, contra o aumento do custo de vida, em solidariedade com os trabalhadores da Lisnave (quando tiveram 7 meses de salários em atraso), ou com os trabalhadores da Mompopor (que paralisaram um mês contra o encerramento da empresa e sua deslocalização⁵⁸), e tantas outras.

“Depois do 25 de Abril, os trabalhadores exigiram a integração dos que tinham contratos a prazo. Fizemos uma greve de nove ou dez dias, exigindo aumentos salariais e que todos os trabalhadores que trabalhavam na empresa passassem ao quadro efectivo.”⁵⁹

Foi para lá um administrador que estava contra a nacionalização e fez tudo para a contrariar.

Chegou a pôr em causa o pagamento dos salários aos trabalhadores, por várias vezes, tendo que ser a CT (Comissão de Trabalhadores) a garantir essa tarefa, com o apoio dos militares da marinha. Mais tarde, despediram cerca de 100 trabalhadores incluindo os da Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical e abriram outra empresa, com os trabalhadores que restavam e com as mesmas funções que tinha a Mompopor. Esta nova empresa foi a SMM.⁶⁰

⁵⁷ Entrevista a ex-trabalhador da Gráfica Mirandela.

⁵⁸ Entrevista a ex-trabalhador da Mompopor.

⁵⁹ Entrevista a ex-trabalhador da Lisnave.

⁶⁰ Entrevista a ex-trabalhador da Mompopor.

2.8. O Movimento Associativo e popular em Alcântara de fortes tradições e raízes operárias.

A Colectividade de Cultura e Recreio, de fortes tradições na cultura operária, era um dos pontos de encontro ao final da jornada de trabalho dos trabalhadores e moradores da Freguesia.

Entre o petisco, um jogo que se fazia ou outra actividade cultural, era um importante espaço de convívio e socialização na Freguesia.

Esta diminuição de população e de trabalhadores com hábitos de convivência e a alteração de hábitos sociais nos novos moradores levou também à diminuição de frequência das Colectividades da Freguesia e nalguns casos ao seu encerramento. Assim mesmo têm resistido algumas delas com muitos anos de existência.

Uma das mais antigas é a “Academia de Santo Amaro”. Com origem na Sociedade Filarmónica Esperança e Harmonia, em 1868. Mais tarde, em 1915 toma o nome de Sociedade Filarmónica alunos da Harmonia e ainda o Grupo Dramático e Musical Apolo. Houve entretanto necessidade de se fundir com outros dois grupos (“A Travessa” e “O Largo”), e por vontade dos seus moradores e da maioria operária dos seus associados, surge em 1946 com o actual nome. Mantendo sempre um conjunto muito diversificado de actividades em que se destaca o Teatro, que ainda hoje tem uma actividade regular, com o seu grupo de teatro, representando a Revista à Portuguesa, e donde têm saído muitos artistas para outras companhias ou para as novelas televisivas.

Outras ainda mantêm actividades desportivas e culturais, como o “Chinquilho Junqueirense”; o SFAE- Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, fundada em 1850 e que foi a primeira Sociedade Filarmónica que existiu em Lisboa e a segunda de Portugal, que organiza a Marcha de Alcântara desde 1932; os “31 de Stº Amaro”, grupo excursionista e que mantêm ainda a prática de vários jogos tradicionais, (como a petanca e outros); a Cooperativa 2ª.Comuna, que entretanto encerrou a parte da Cooperativa e funciona agora também como Colectividade.

No Largo do Calvário, com entrada agora pelo Largo das Fontainhas, existe a Sociedade Promotora de Educação Popular de origem Republicana e fundada em 1904, com o objectivo de poder “assistir ao nosso operariado e dissipar as trevas do analfabetismo”, conseguiu mais tarde (em 1931) o alvará de licença de ensino, passando a funcionar como Escola de Ensino Básico, actividade que ainda hoje mantêm em funcionamento. Neste edifício, construído na segunda metade do século XVI e que foi cocheira do Palácio Real, já tinha funcionado em 1903, o Clube de Lisboa, também conhecido por Clube do Calvário (passando depois a Centro Marquês Leitão) e que se dedicava a várias actividades culturais. De referir ainda que em 1912, deu-se início ao Cinema Promotora, no primeiro andar das suas instalações, correspondendo à descentralização do animatógrafo na cidade.

Surgiu entretanto, já em 1985 o Grupo Desportivo “Os Lusíadas”. Também de tradições operárias, na rua do mesmo nome em que o convívio fraterno a prática desportiva de várias modalidades e outras actividades culturais é o que os caracteriza ainda nos dias de hoje. Com sede na Freguesia dos Prazeres, mas com as instalações desportivas no Alvito, temos o Atlético Clube de Portugal, bem conhecida e de

grande importância para Alcântara, com várias modalidades desportivas e que chegou a ter a sua equipa de futebol no primeiro escalão.

Com as transformações que a Freguesia foi sofrendo, fruto do encerramento de empresas e perda de trabalhadores e moradores, as Colectividades da Freguesia, ponto de encontro e convívio, ressentiram-se bastante. Enfrentando maiores dificuldades financeiras, com a diminuição significativa do seu número de associados por diminuição de população, de trabalhadores e pela não frequência dos novos moradores, tem consequência numa quebra de actividades, no entanto, mantém no fundamental as suas características.

2.9. A requalificação urbana - das antigas fábricas aos condomínios de luxo

Os palácios e conventos que se transformaram em fábricas com a Industrialização deram lugar, mais de um século depois, à habitação de luxo, aos condomínios fechados que foram construídos a partir das antigas fábricas, ou nos terrenos que restaram após a ruína desta arqueologia industrial.

Como nos refere Rodrigues (2010:pp.228-229),

...nos últimos anos tem-se vindo a assistir em algumas áreas da zona histórica mais nobre, e na proximidade da faixa ribeirinha ocidental, à reconversão de edifícios comerciais, industriais, antigos palácios, conventos e outras edificações desactivadas e em degradação, em edifícios de apartamentos de alto *standard*, após a sua aquisição pelo sector imobiliário.⁶¹

Na zona da Avenida da Índia, onde existia a SIDUL, cujas traseiras dão para a 1ª Rua Particular, houve a tentativa de fazer aprovar um projecto com três Torres, com 130m de altura, e 6 andares abaixo do solo, donde sairia um hotel e espaço comercial para além de se prever também uma clínica. A ter vingado este projecto, seria uma barreira arquitectónica que ocultava o rio aos moradores da Freguesia e um crime ambiental. Tal intenção foi derrotada na altura pela população de Alcântara no debate público realizado e que a Câmara de Lisboa até agora respeitou, no entanto, não é completamente seguro que tenha sido posto de parte em definitivo.

O urbanizador tinha um projecto para construir um conjunto de 6 grandes Torres mais altas do que a Ponte 25 de Abril, depois do debate na Freguesia, a CML inviabilizou o projecto porque na Zona Ribeirinha só se pode construir até 8 andares cerca de 25 metros. Pretendiam construir três torres com mais de 130 metros de altura, e seis subcaves o que do ponto de vista ambiental era terrível, tinha ainda outros problemas relacionados com o escoamento das águas no subsolo, pode dizer-se que era um crime ambiental.⁶²

Apesar de se prever, segundo o PDM (Plano Director Municipal) da CML a recuperação destes espaços e posterior reconversão urbanística, estes terrenos ainda continuam abandonados, com ocupações temporárias de feirantes em épocas festivas.

⁶¹ Rodrigues, Walter (2010), "*Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa*", Oeiras, Celta Editora, pp.228 e 229.

⁶² Entrevista a José Godinho, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.

O CCD (Centro de Cultura e Desporto) dos trabalhadores da SIDUL com ginásio e várias actividades para além de pequenas empresas e oficinas que existia na 1ª Rua Particular estão encerrados assim como as várias empresas e oficinas da 2ª Rua Particular. No entanto, junto a estas antigas instalações, nasceram locais de diversão nocturna. São vários os bares e discotecas que se instalaram nestas ruas e na Rua da Cozinha Económica.

2.10. LX FACTORY, um exemplo de recuperação e requalificação do edificado industrial.

Na Rua Rodrigues Faria, junto ao Largo do Calvário, entramos no *Lx-Factory*, terreno que confinava com a SIDUL, espaço há mais de um século tradicionalmente industrial, agora reconvertido. Podemos dizer que é dos poucos locais que neste processo de desindustrialização da Freguesia, deram lugar a um espaço misto de terciarização, onde se instalaram pequenas empresas de diversos sectores de serviços, de restauração, de recreio e lazer.

Criaram então o *LX-Factory* em 2008 que foi ocupando espaços à medida que a empresa foi largando instalações (saímos em definitivo em 2010). Eu desde que saí de lá, nunca mais consegui lá entrar, custava-me muito lá ir. Foi comprado com o objectivo de construir um condomínio fechado. Mas não lhe foi permitido porque para isso era necessário fazer uma alteração ao PDM.⁶³

Este o local onde já funcionou a Companhia de Fiação e Tecidos e oficinas gráficas de várias empresas que por aqui foram passando, em que umas deram lugar a outras.

Funcionou ali o Anuário Comercial de Portugal, mais tarde a EPNC-Empresa Pública Notícias-Capital (1976/77) e por último com a privatização desta última, é comprada (2001) pela Gráfica Mirandela, passando a ter mais de duas centenas de trabalhadores. Mantém-se aí até 2011, tendo-se deslocalizado nessa altura para Stº Antão do Tojal, no Concelho de Loures, quando entrou em dificuldades económicas, como tantas outras que foram abandonando Alcântara.

Ao longo deste espaço, estendem-se vários edifícios, que eram Armazéns, zonas de produção, escritórios, para além da chamada zona social onde havia o refeitório, o bar e o local de convívio. Aqui produzia-se um grande número de publicações diárias, semanais, bimensais, mensais e anuais. Muita da informação escrita que se lia no País era impressa nestas instalações.

Este é um exemplo típico da *nobilitação urbana* de Lisboa. Não com as suas características originais, ou seja, não se tratou aqui da substituição de um tipo de habitantes por outros, mas sim de um conjunto de trabalhadores operários na sua maioria, por outros trabalhadores e de um sector produtivo de actividade gráfica, por um conjunto de diversas pequenas empresas do sector terciário (escritórios e serviços) e de restauração e lazer.

As antigas instalações fabris da indústria gráfica tinham as suas características próprias. Com a sua deslocalização, transformou este lugar num espaço de arqueologia industrial com pequenas empresas de vários ramos de serviços. Os seus diversos edifícios carregados de história, deram hoje lugar a múltiplos

⁶³ Entrevista a ex-trabalhador da Gráfica Mirandela.

espaços com uma concepção e características pós-modernas. Assim vemos Bares e Restaurantes, que desde a sua concepção, aos pratos, bebidas e a decoração, receberam um estilo modernista em que o *design* de traço vanguardista se instala, cruzando-se com o edificado de traço tipicamente industrial do início do séc. XX. Ao mesmo tempo, a arte urbana tomou conta das antigas paredes exteriores destas instalações fabris e dos depósitos de água que existiam, pois surgem agora decoradas com murais gigantes de *grafitis*.

Características semelhantes e de grande diversidade, vamos encontrar noutros espaços comerciais de “*bibelots*” diversos, mobiliário para crianças, trabalhos em vinil, mas também de cosmética natural, “*reiki*” ou mesmo um espaço de massagens, para além de lojas de moda, clínica dentária, cabeleireiros e outras áreas de serviços. Numa antiga zona ampla, onde funcionava uma das oficinas com a “rotativa” que imprimiu milhares de folhas, nasceu uma livraria com zona de estar e de leitura, onde os livros se distribuem por vários patamares, um pequeno bar e uma sala onde à noite se realizam pequenos espectáculos de jazz e música diversa.

Quando referimos aqui a gentrificação aplicando à transformação de um conjunto de trabalhadores com determinadas características, por outros de características diferentes, de grandes empresários por vários micro e pequenos empresários, que em muitos casos detém a pequena empresa familiar ou o serviço realizado por trabalhadores por conta própria, estamos a referenciar fundamentalmente que na sua maioria são micro e pequenas empresas, que no seu conjunto terão algumas dezenas de trabalhadores. O grande número de operários que diariamente eram parte integrante deste espaço industrial deu lugar a um número bem mais reduzido de trabalhadores ou micro e pequenos empresários com características qualitativamente diferentes. Ao mesmo tempo, também no tipo de empresa há uma mudança de paradigma, um outro conceito de empresa, um outro conceito de comércio. Estamos em presença do fenómeno da terciarização.

2.11. Das antigas Fábricas aos Condomínios fechados

Empresas como a Gráfica Mirandela, a Sidul, a Quimigal, a Mompur, a EPI, a Lisnave, a Regina, a Fábrica de Progresso Mecânico (também conhecida como Fábrica dos Alfinetes), a Aliança, a J. B. Cardoso, as Oficinas da Carris em Stº Amaro e, mais recentemente, as oficinas e local de recolha dos veículos de recolha de resíduos sólidos da CML (Câmara Municipal de Lisboa) e tantas outras, pouco a pouco, foram encerrando para se deslocalizarem para outros locais da cidade ou da AML ou porque faliram. Fruto da desindustrialização, da crise económica, da reestruturação industrial e da reestruturação do capitalismo que se foi vivendo, este foi o destino que muitas outras tiveram e que afectou também bastante social e economicamente a Freguesia de Alcântara.

Algumas destas instalações fabris, ou das áreas onde estavam instaladas, deram lugar à habitação de luxo ou condomínios fechados. Foi assim com a Fábrica União, antigas instalações da CUF (Companhia União Fabril) – que mais tarde passaram a fazer parte da Quimigal -, que fabricava margarinas, óleos alimentares, sabões, velas e outros produtos, onde hoje existem os condomínios habitacionais de luxo,

“Alcântara XXI” e “Alcântara-Rio” (que recebeu uma menção honrosa do Prémio Valmor 2000/2006⁶⁴), com entrada pelo Largo das Fontainhas, onde como memória de uma arqueologia Industrial, restam as chaminés dos fornos da antiga fábrica.

Ao subirmos a Rua Luís de Camões, do lado direito, antes da esquina com a Rua dos Lusíadas, existe hoje um condomínio fechado “*Alcântara Residence*” com cerca de 250 fogos. Nasceu a partir das instalações das oficinas metalúrgicas da CTM-Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (antigas “Construções Metálicas”), que tinha entrada também pela Rua dos Lusíadas.

Na Rua João de Lemos onde existia a Fábrica Progresso Mecânico (conhecida por Fábrica dos Alfinetes) e um pouco à frente, já na Rua Sá de Miranda, a Fábrica de Chocolates “Regina”, existem hoje dois grandes condomínios de luxo. Na rua João de Lemos, para construírem um acesso à garagem privada do condomínio, foi alterada a escada do passeio público que liga a rua Sá de Miranda (da Regina) à Rua Luís de Camões, através de alterações ao PDM⁶⁵ - aprovadas pela CML - que autorizou a obra.

“O condomínio remete para a existência de espaços comuns, portanto propriedade colectiva, e o condomínio fechado acentua a restrição ou o controlo do acesso ao conjunto”⁶⁶

Na Rua Luís de Camões onde eram as Oficinas de Metalomecânica da C.T.M. (C^a. P. Transportes Marítimos) existe um condomínio fechado, é o “*Alcântara Residence*”, também onde era a Fábrica da Regina (na Rua Sá de Miranda), está hoje o Páteo Sá de Miranda, um Condomínio de luxo, mesmo ali ao pé, nas escadinhas onde ficava a Fábrica dos Alfinetes está outro condomínio.⁶⁷

Na Av. 24 de Julho, nos limites da Freguesia, as antigas instalações da Fábrica OSRAM de lâmpadas foram reconvertidas num *Loft*, com características de condomínio fechado.

2.12. Outras requalificações e reconversões urbanísticas

Junto à Doca de Alcântara-Norte, existe um conjunto de edifícios onde funcionavam os antigos armazéns da CRCB-Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau que são outro exemplo de requalificação e recuperação de um espaço industrial, pois deu lugar ao Museu do Oriente e a várias salas de uso público. Estando todos os restantes espaços desativados.

Mais abaixo, na Doca de Alcântara, na zona da Rocha do Conde d’Óbidos, havia a Lisnave (conhecida como Lisnave-Rocha) e a ENI-Electricidade Naval e Industrial, onde hoje existem vários restaurantes. Junto ao cais de acostagem, entre Alcântara-Sul e Alcântara-Norte localizavam-se as oficinas das empresas da Marinha Mercante, CTM-Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (Fusão da Empresa Insulana de Navegação com a Companhia Colonial de Navegação) e da CNN-Companhia Nacional de Navegação que estão desactivadas desde o seu encerramento em 1984.

⁶⁴ <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/premios/premio-valmor-e-municipal-de-arquitetura/20002006>

⁶⁵ Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁶ Sagueiro, Teresa Barata (2001), “*Lisboa, Periferia e Centralidades- A Segregação Social e os espaços de vida-*”, Oeiras, Celta Editora, pp. 179-219, p. 211.

⁶⁷ Entrevista a José Godinho, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.

Entretanto, no Cais de Alcântara-Sul a Administração do Porto de Lisboa criou a Marina de Alcântara que recebe barcos de recreio.

O Cais de Alcântara-Norte, onde ainda hoje atracam navios de mercadorias (porta-contentores) e grandes navios de passageiros, estando hoje muito voltado para o Turismo, foi palco de partida e chegada de milhares de jovens que foram mandados para a guerra colonial no tempo da ditadura, mas onde também existiam pequenas empresas e oficinas de aprestos marítimos, que entretanto também encerraram.

Hoje aquela zona é vulgarmente conhecida pelas “Docas” e foi transformada em zona de restaurantes, bares e locais de diversão nocturna. Tal situação afecta a população residente, nas ruas perto do Largo Calvário, que tem muitas queixas pelo ruído que existe noite dentro em conjunto com as actividades do “*LX-Factory*” e dos outros locais de diversão nocturna (Bares e Discotecas) que aí existem nas ruas limítrofes. “O “*LX- Factory*”, que ocupa o espaço onde funcionava a “Gráfica Mirandela” e outras indústrias, por seu lado trazendo muita gente à zona e tendo interesse cultural, como funciona sem regras produz grandes prejuízos para os moradores da zona dado que há barulho até altas horas da noite, aliás este assunto já várias vezes foi colocado por moradores na Assembleia de Freguesia. O que já acontecia na zona do Benzina e do Alcântara-Mar.”⁶⁸

Ainda na Avenida da Índia, também temos as antigas instalações da “Standard Eléctrica” que foram reconvertidas e onde funciona hoje a “Orquestra Metropolitana de Lisboa”. Nas instalações da Antiga FIL, que entretanto foi transferida para o Parque das Nações, funciona agora um Centro de Congressos e um restaurante. Por último, temos, no limite da Freguesia, as instalações da antiga Cordoaria Nacional, onde se fabricava todo o tipo de cordame para barcos de pesca e navios de grande porte e que com o desmantelamento da marinha mercante e redução da nossa frota pesqueira diminuiu substancialmente a sua actividade levando ao seu encerramento. Também este espaço está hoje reconvertido para a mostra de exposições, uma vez que a sua grande extensão é propícia para este tipo de realizações.

Na Rua da Junqueira, existia também uma Fábrica de ferramentas de precisão de alta qualidade, a J. B. Cardoso e, do outro lado, e com as traseiras para a Travessa da Praia, a Fábrica de bolachas Sociedade Industrial Aliança e as oficinas do L. D’Argent. Neste local foi construído um complexo de luxo, residência-lar para idosos “*Domus Vida*” e Centro de Saúde CUF, propriedade de José de Mello (do grupo Mello). Mais à frente, na Rua 1º de Maio, as antigas oficinas da Carris servem hoje somente para a recolha de eléctricos e nos terrenos onde está actualmente o pilar da ponte foi construído o hotel “Vila Galé Opera”.

Junto ao jardim do Alto de Stº Amaro, na Rua Pedro Calmón, nasceu também um condomínio de luxo e os antigos palácios dos Condes de Vale Flor, edifícios classificados, foram adquiridos pelo Grupo Pestana e são hoje unidades hoteleiras de superluxo.

⁶⁸ Entrevista a José Godinho, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara.

Houve ainda outras zonas que foram simplesmente votadas ao abandono com o encerramento das empresas que existiam nesses locais. Foi o caso da antiga Fábrica das Graxas na Rua da Indústria, ou dos terrenos abandonados que restam das antigas instalações de outras Empresas, como o Pinhol, Gomes & Gomes e a Gomes & Irmão (Metalúrgicas) na Rua Vieira da Silva, da SIDUL (Refinação de Açúcar) e antiga Fábrica de Fiação de Tecidos (Têxtil), na Av. da Índia, em terrenos contíguos ao *LX-Factory*, da EPI (Metalúrgica) e da Mompur (Metalomecânica-Pesada) na Rua das Fontainhas ou ainda da J. B. Cardoso na Rua da Junqueira, antigo palacete que está para venda.

Este o conjunto de alterações e reconversões urbanísticas que se foram realizando em Alcântara e que têm vindo a alterar as suas características e a sua fisionomia.⁶⁹

Muitos dos Pátios e Vilas de Alcântara, perderam população, características próprias e nalguns casos, desapareceram devido à degradação que se foi acentuando e pela falta de intervenção da Câmara de Lisboa, apesar de ter um Programa de recuperação e beneficiação destes locais que fazem parte da história da Cidade.

O edificado industrial e os antigos palácios que na era da industrialização se foram transformando em unidades fabris, na fase da cidade pós-industrial, deram lugar a complexos habitacionais de luxo, a condomínios fechados e a unidades hoteleiras de luxo e superluxo. Nalguns casos, fruto da requalificação e reconversão que receberam, foram requalificados e transformados em espaços de lazer e cultura. Alterou-se e transformou-se o edificado urbano que trouxe outros moradores, com outras características sociais, para a Freguesia de Alcântara.

⁶⁹ Ver Quadro 2.18 do Anexo A - Condomínios Habitacionais de luxo, espaços reconfigurados e requalificados em Alcântara.

3 – METODOLOGIA

Antes das conclusões que iremos formular como corolário da presente dissertação, importa explicar, no presente capítulo, os princípios metodológicos orientadores da pesquisa e as etapas, métodos e técnicas adoptadas na investigação efectuada.

Raymond Quivy, refere que “Há hipóteses teóricas que devem ser confrontadas com dados de observação ou de experimentação. Um procedimento é uma forma de progredir em direcção a um objectivo.”⁷⁰ Ao mesmo tempo diz que “Gaston Bachelard resumiu o processo científico em algumas palavras: “O facto científico é conquistado, construído e verificado”: - conquistado sobre os preconceitos; - construído pela razão; - verificado nos factos.”...”Apresentaremos estes princípios sob a forma de sete etapas a percorrer, como se se tratasse de uma peça de teatro em três actos e sete cenas. “Sendo para Quivy “os três actos do procedimento”: a ruptura, a construção e a verificação, e as sete “cenas”: “A pergunta de partida; a exploração (as leituras, as entrevistas exploratórias); a problemática; a construção do modelo de análise; a observação; a análise das informações; as conclusões.”⁷¹

Nos Métodos e Técnicas de Análise, construímos o Modelo de Análise e pelo método intensivo, com metodologias qualitativas, desenvolvemos entrevistas semi-directivas (estruturadas) através de uma selecção dos entrevistados previamente definida e um número de actores a entrevistar, em que os critérios fundamentais foram: o terem sido trabalhadores de algumas destas empresas no período em análise, terem algum conhecimento da empresa, terem estado ligados à área da produção, para além da ligação à Freguesia. As entrevistas foram realizadas com base num guião (ver anexo) elaborado de forma flexível e que nos permitiu potenciar os seus resultados, com o apoio da respectiva grelha de análise.

As entrevistas que realizámos, foram feitas a um autarca, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara (eleito na época em referência) e a ex-trabalhadores de algumas das fábricas existentes na altura, que contribuíram para aprofundar o nosso conhecimento nesta problemática, complementando, confirmando ou melhorando os resultados da nossa pesquisa.

Da análise das entrevistas verificamos que apesar de uma ser a um ex-autarca que nos transmitiu a sua experiência vivenciada, ao longo dos 27 anos que teve de mandato, e as outras serem feitas a ex-trabalhadores de algumas das empresas que existiam, as respostas obtidas coincidem em vários pontos. Algumas das entrevistas aos ex-trabalhadores são histórias de vida que nos dão relatos de grande riqueza. Extraímos, no entanto, através da grelha de análise, pontos comuns deste conjunto de trabalhadores entrevistados em que a sua caracterização nos mostra que:

⁷⁰ Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoutd (1998), “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Lisboa, Gradiva, p.3

⁷¹ Idem, p.3

1. Eram todos operários qualificados, tendo alguns atingido postos de chefia antes de saírem da empresa e hoje estão todos reformados. Com idades entre os 59 e 70 anos, tendo em conta que alguns tiveram reforma antecipada. Só um era nascido em Lisboa, na Freguesia da Ajuda, sendo os restantes de Trás-os-Montes, Minho e Alentejo.
2. Foram trabalhadores de empresas que encerraram e também de outras deslocalizadas, empresas metalúrgicas, da indústria naval, das indústrias gráficas e alimentares.
3. Saíram das empresas por despedimento, por reforma antecipada e por terem atingido a idade legalmente exigida para a reforma.
4. Tiveram opiniões coincidentes quanto ao que era Alcântara enquanto existiram as empresas e depois da sua saída ou encerramento levando à saída da Freguesia de centenas de trabalhadores e suas famílias, para além de lembrarem a importância que tinha o convívio social, a participação no movimento associativo, as lutas que se desenvolveram. Referiram também a importância que tinha o Comércio Local lamentando o encerramento de muitos dos estabelecimentos, na transformação do tecido empresarial de produtivo para o terciário.
5. Lamentaram a transformação do edificado industrial em condomínios de luxo, referindo que os novos moradores, pouco se identificam com as características da Freguesia, pois fecham-se nos muros do condomínio onde vivem, têm outro estilo de vida, outras práticas de sociabilidade e consumo.

A entrevista realizada ao ex-Presidente da Junta de Freguesia, resultou numa coincidência com a maioria dos pontos que este conjunto de trabalhadores apresentou, realçando algumas particularidades e aprofundando alguns aspectos do seu conhecimento e vivência da Freguesia, dando também um contributo importante para a nossa pesquisa.

Realizámos a Observação do terreno de estudo por Observação Directa, presencial, com fotografias e através de conversas informais. Assim, elaborámos um guião que nos orientou nas várias deslocações que fizemos a Alcântara, utilizando a análise presencial onde confirmámos dados que nos foram referenciados, rectificámos outros e ainda apurámos novos dados ao longo da nossa investigação.

Na Análise Documental ou de Conteúdo considerámos várias obras e textos de referência sobre o nosso objecto de trabalho, livros editados, textos científicos ou mesmo textos de entidades oficiais de reconhecida credibilidade, nomeadamente Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Alcântara.

Também utilizámos a Metodologia Quantitativa, através da Análise Estatística, para recolher, analisar e interpretar dados quantitativos recorrendo a indicadores de várias fontes que considerámos de grande utilidade, a fim de obtermos resultados através dos quadros, gráficos e indicadores estatísticos, que servissem de base e complemento à nossa análise das variáveis em estudo.

Esta análise realizada foi univariada e bivariada. Considerámos como de maior significado os dados recolhidos através dos Censos do INE, utilizando também outras fontes credíveis, nomeadamente o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa e o Observatório das Desigualdades. No entanto, na pesquisa de dados no INE, ao nível da Freguesia, encontrámos algumas dificuldades nos

censos de 1981, assim como na dualidade dos critérios de análise de indicadores, porque se altera de uns Censos para outros dificultando a comparação analítica desses indicadores. Ainda assim foi possível desenvolver o nosso estudo recorrendo, nalguns casos e como complemento, a outras fontes ou a dados existentes nalgumas das obras que citamos.

CONCLUSÕES

Com a redacção dos resultados e as Conclusões que tiramos do nosso trabalho, pretendemos dar resposta às questões de partida formuladas e, assim, contribuir para uma análise à evolução existente na Freguesia de Alcântara, onde existiam várias unidades fabris (as velhas fábricas), as Vilas Operárias e habitações sociais e que hoje nos mostram uma acentuada requalificação urbanística, de habitação de luxo e condomínios fechados e uma significativa terciarização. Através desta nossa análise sociológica aprofundamos o conhecimento da transformação que sofreu esta Freguesia, fruto de uma desindustrialização que se desenvolveu na Europa e no Mundo, principalmente após os anos 70 do século passado, e que só se reflectiu no nosso País, com mais intensidade, a partir da década de 80.

A Freguesia de Alcântara nasce, cresce e desenvolve-se no período do Marquês de Pombal, a partir do terramoto de 1755, por ser uma zona da cidade menos afectada, começando a ser habitada por populações que vieram do centro da cidade, no entanto, é mais tarde, no século XIX, com a industrialização, que começou a receber os operários que vieram trabalhar para as várias fábricas, oriundos do Centro e Norte do País, que se foram instalando na Freguesia fazendo aumentar significativamente a sua população. Ao mesmo tempo, o movimento migratório de estrangeiros para a Cidade de Lisboa que se fez sentir na época, também se reflectiu em Alcântara, sendo mais acentuado nos da Região da Galiza, no Norte de Espanha, e nos oriundos do Brasil. Alguns deles (da Galiza) instalaram-se com as chamadas “casas de pasto” e as “tascas” que foram resistindo até aos nossos dias no período da desindustrialização. Como referiu Frédéric Vidal (2006:58) “*Certains étaient parvenus à se lancer dans petit commerce, notamment dans la restauration avec leurs fameuses tavernes baptisées “tascas”*” “*La présence des galegos dans le quartier d’Alcântara est ancienne*”.

Intensificando-se o desenvolvimento industrial e paralelamente as necessidades de mão-de-obra, fez-se sentir a falta de habitações que levou à criação das Vilas - edifícios construídos exclusivamente para alojar famílias operárias-, e que também tomaram a designação de Pátios. Elas nasceram em Alcântara a partir de 1870, construídas pela Fábrica de Tecidos Lisbonenses em 1873 (Vila Emília na Rua do Alvito) e pela Fábrica de Estamparia de Algodão, a Vila Cabrinha, hoje conhecida como Pátio do Cabrinha. Alcântara chegou a ter 40 Pátios e Vilas. Apesar de não termos conseguido confirmar todos os existentes actualmente, podemos dizer que é este o total referenciado, no “Guia das Ruas de Lisboa”⁷² de 1981. Alguns ainda foram alvo de recuperação urbanística através da Câmara de Lisboa, mas outros não resistiram aos tempos da modernidade e às mudanças urbanísticas.

A industrialização em Alcântara desenvolveu-se devido à proximidade da água e da energia hidráulica da Ribeira de Alcântara e mais tarde pela implantação de infraestruturas terrestres e marítimas.

Começou através das Indústrias Têxteis, dos Curtumes e Pirotécnicas, tendo-se instalado mais tarde outras indústrias como a Metalúrgica e a Metal-Mecânica Pesada, Químicas, do Ramo Alimentar,

⁷² “*Guia das Ruas de Lisboa, 1981*”, Lisboa, Livraria Progresso Editora, 14ª Edição.

algumas delas que chegam a ter importância Nacional, como foi o caso da CUF, que apesar de ter vindo a relocar a sua sede para o Barreiro (em 1907), deixou duas Fábricas (Fábrica Sol e a Fábrica União). Nos Transportes Públicos nasceu e desenvolveu-se a Carris e a melhoria de infraestruturas nos cais de acostagem e da linha de caminho-de-ferro com ligação ao porto, fizeram melhorar significativamente a ligação com outros pontos da cidade e do País.

Vieram ainda a instalar-se empresas da Indústria Naval (Reparação e Electricidade Naval), Marinha Mercante, Dragagens, Aprestos Marítimos e a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau na zona das Docas da Rocha do Conde d'Óbidos e de Alcântara Norte.

Alcântara também teve a confluência de vários meios de transporte de mercadorias (transporte ferroviário, marítimo e rodoviário) por ser zona de intenso escoamento de matérias-primas e mercadorias. Funcionou também como “placa giratória” para centenas de trabalhadores das várias empresas da zona ou como transição para outras áreas da cidade ou da AML, no seu percurso trabalho-casa.

O convívio social, antes da jornada de trabalho, após o almoço e no fim de tarde, era uma prática em vários pontos da Freguesia, junto das empresas: No Largo das Fontainhas e no Calvário, nas Ruas Luís de Camões e 1º de Maio, em Stº Amaro e nas zonas da Rocha do Conde d'Óbidos e Alcântara Norte.

A Alcântara industrial também foi a Alcântara revolucionária. Com a industrialização surgem as primeiras Associações patronais ligadas aos Têxteis, ao mesmo tempo que a concentração operária faz nascer também em Alcântara as primeiras estruturas sindicais de tendência anarco-sindicalista. Mais tarde, durante a ditadura, a luta clandestina sindical e política desenvolveu-se e intensificou-se. Em várias empresas realizaram-se lutas sindicais por melhores salários e direitos (como, entre outras, as históricas greves da Carris), e houve uma tipografia clandestina (no topo da Rua da Cruz) do jornal “A Batalha” da CGT. Também no campo político Alcântara teve lutas organizadas pelos marinheiros (a partir do quartel no Largo dos 31 da Armada), foi palco do assassinato de dois dirigentes comunistas (o jovem Alfredo Ruas em 1932 e José Dias Coelho em 1961), prisões e actos repressivos pela GNR e pela polícia política, para além de ter existido uma tipografia clandestina do “Avante!” (jornal do Partido Comunista Português), na Rua da Academia de Stº Amaro.

Após o 25 de Abril, as lutas operárias continuaram e intensificaram-se em plena fase de desindustrialização. Contra o encerramento das empresas, em defesa dos postos de trabalho, contra o aumento do custo de vida, pelos salários em atraso e em defesa dos seus direitos em geral, foi o que caracterizou muitas das lutas que entretanto se desenvolveram.

A reorganização administrativa da cidade de Lisboa (em 1959) fez com que algumas das empresas de Alcântara passassem a fazer parte da Freguesia dos Prazeres, apesar de sempre terem sido consideradas como de Alcântara. Nos anos 60, a construção da Ponte sobre o Tejo, que mais tarde se chamou “Ponte 25 de Abril” e a introdução dos seus pilares na zona velha de Alcântara veio dividir a Freguesia, colocando toda a zona do Pátio do Cabrinha, Rua da Cruz, Feliciano de Sousa, Fábrica da Pólvora, Bairro do Jacinto e Bairro do Alvito separada do restante da Freguesia. O chamado “coração de

Alcântara” foi amputado com esta obra e com os acessos à ponte. Ao mesmo tempo a implantação dos pilares da ponte fez destruir habitações e instalações industriais, nos terrenos da Carris. Mais tarde, nos anos 80, com a eliminação da rotunda que existia junto à Estação de Alcântara-Terra, a Freguesia sofreu outra transformação que se reflectiu na circulação viária.

Com a industrialização e o crescente aumento da população de Alcântara nasceu e desenvolveu-se o movimento associativo na Freguesia, de raízes operárias e que teve grande importância, como ponto de encontro, de convívio, de fruição de cultura e na socialização dos trabalhadores e moradores de Alcântara. O forte e activo movimento associativo com tradições democráticas tem algumas Colectividades centenárias como “A Promotora-Sociedade de Instrução e Beneficência”, a SFAE-Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, a ASA-Academia de Santo Amaro. No entanto, com a desindustrialização algumas delas viram diminuir significativamente a sua frequência, seja pela diminuição de moradores e trabalhadores na Freguesia, seja pela não frequência dos novos moradores, o que se reflectiu também na quebra de actividades. Assim mesmo, a organização da Marcha de Alcântara continua a ser feita pela SFAE, os jogos tradicionais promovidos pelas Colectividades como na “Chinquilho Junqueirense” e nos “31 de Santo Amaro”, o Teatro de Revista da “ASA”, a Escola da “Promotora” e as várias actividades desportivas que quase todas elas, inclusive o Atlético Clube de Portugal, têm para os seus associados e outros praticantes, continuam a ser um factor importante no desenvolvimento social da Freguesia e em especial das camadas mais jovens.

Com a reorganização económica que o capitalismo introduziu e os novos avanços tecnológicos, nomeadamente na área das comunicações, e as crises do petróleo (em 1973 e 74), em finais da década de 70 do século passado começou a desenvolver-se na Europa o fenómeno da desindustrialização. Em Portugal, com as alterações políticas e sociais resultantes da revolução de Abril de 1974, houve algum incremento industrial, mas o processo de desindustrialização veio a acentuar-se principalmente em finais da década de 80. Tal situação provocou grandes alterações estruturais na AML que se reflectiram também na Zona Ocidental da Cidade de Lisboa e em particular na Freguesia de Alcântara. No entanto, pelos dados apurados e confirmados nas entrevistas, este fenómeno no nosso país esteve também ligado à preparação do processo de adesão à CEE que viria a concretizar-se em 1986.

A par da desindustrialização consideramos que houve outros factores que também contribuíram para o declínio de algumas actividades económicas em Alcântara. Em primeiro lugar, na sequência do 25 de Abril de 1974, o fim da guerra com a derrocada do Império Colonial e a consequente independência das ex-colónias (em 1975), provocando uma diminuição da actividade da nossa marinha mercante, da reparação naval e mesmo na Cordoaria Nacional, assim como das pequenas empresas que funcionavam a jusante e no comércio local. Em segundo lugar, com a criação do Mercado Único (em 1992) e com ele a eliminação das barreiras alfandegárias e a livre circulação de cidadãos e mercadorias no contexto da União Europeia (UE), fez diminuir drasticamente várias actividades (como os serviços aduaneiros, despachantes, guarda-fiscal) que também contribuíram para o declínio de actividades empresariais em Alcântara. No entanto, a livre circulação de pessoas acelera a mobilidade internacional (nas migrações

de população proveniente da UE) que ajudou a criar mercado para uma habitação de elevado estatuto, que cresceu acentuadamente na Freguesia.

De acordo com a variação do peso percentual dos vários sectores de actividade económica, no PIB a nível nacional, houve uma quebra de 15,6 p.p. na Indústria, enquanto as Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias aumentaram em 4,6 p.p. e Outras Actividades de Serviços aumentaram também 9,3 p.p., ou seja, a produção industrial deu lugar à terciarização. Ao mesmo tempo, o peso da percentagem do PIB entre 1985 e 2012 caiu mais de 50 p.p., aliás, conforme já referimos anteriormente, a taxa de desindustrialização em Portugal, após a adesão à então CEE em 1986, esteve várias vezes superior à média da União Europeia.

A diminuição de produção e de trabalhadores nalguns sectores da nossa economia como a Metalurgia e a Metal-Mecânica Pesada, a Indústria Naval, as Indústrias Químicas e as Alimentares, tiveram reflexo directo na Freguesia de Alcântara.

As grandes empresas de Alcântara desapareceram por completo e, do seu conjunto, verificámos que 15 encerraram e 6 foram deslocalizadas, alterando algumas delas o seu nome original, após a deslocalização. Nas empresas deslocalizadas, apesar de não termos números rigorosos, apurámos que após este movimento diminuiu o número de trabalhadores, por reforma antecipada, por despedimento ou mesmo por saída por mútuo acordo, sendo muito inferior o número dos que acompanharam a deslocalização da empresa.

Intensificou-se a terciarização e a produção industrial deu lugar aos serviços. Ao mesmo tempo, e como consequência, os reflexos desta situação foram-se sentindo no Comércio Local com o encerramento de dezenas de estabelecimentos comerciais de vários ramos, que não resistiram às dificuldades económicas que entretanto se foram agravando.

Os edifícios da maioria destas fábricas e grandes empresas deram lugar a condomínios fechados, habitação de luxo, a *lofts* ou, ainda, depois de serem requalificados, transformados em áreas de cultura, de lazer, como foi o caso do edifício da antiga Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau que é hoje o Museu do Oriente, ou da Cordoaria Nacional que é um espaço destinado a exposições de grande dimensão, para além de outras transformações em espaços empresariais multivariados (na área dos serviços e de restauração), como foi o caso das instalações da Gráfica Mirandela que deram origem ao “*LX- Factory*”.

No aspecto social, verificamos pelos vários indicadores analisados, que Alcântara sofreu neste período uma perda significativa da sua população, perdeu juventude e está mais envelhecida. O encerramento ou deslocalização de empresas obrigou muitos trabalhadores a abandonar a Freguesia e com eles uma quantidade significativa de jovens, pela diminuição de famílias verificada.

Alcântara tem uma diminuição mais significativa de população no período entre 1981 e 2001, perdendo 8.254 habitantes, ou seja 36% da sua população, diminuindo também o número de habitantes por M2, que só entre 1991 e 2001 foi de menos 901 hab/M2. Complementando estes dados verificamos uma quebra de 12,6% na Taxa de Avaliação das Famílias Clássicas até 2001, valor muito superior à cidade

de Lisboa que se fica por menos 4,3%. Apesar destes valores se inverterm ligeiramente, tanto na cidade (4,3%) como em Alcântara (0,81%) na década 2001/2011, que nos mostra algum estancar desta diminuição de população e famílias.

Também por grupos etários há uma quebra mais acentuada nas camadas mais jovens, sendo mais significativa no escalão entre os 15 e 24 anos, em que perde entre 1991 e 2011, 53,1% dos seus habitantes, havendo no entanto alguma inversão, com o aumento dos jovens até os 14 anos na década de 2001-2011, aumentando 26,3%. De forma menos significativa a quebra na população com mais de 65 anos (7,2% entre 1991 e 2011), traduzindo-se num maior envelhecimento da Freguesia. Na cidade de Lisboa também foi esta a tendência manifestada, não sendo tão acentuado o aumento da população jovem até aos 14 anos entre 2001 e 2011 (7,6%).

Os movimentos migratórios mostram-nos que a Freguesia recebeu um conjunto de novos habitantes que vieram alterar esta corrente negativa. Com os novos residentes que 5 anos antes não residiam no município, houve um aumento de 7,65% da sua população entre 1991 e 2011, com valores que foram aumentando progressivamente.

Ao mesmo tempo analisando a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, também se verificou neste período um aumento de 6,43%, sendo mais acentuado em 2001 e 2011. Tal situação mostra haver um conjunto de novos residentes que ajudou a estancar a perda de população de Alcântara. Como diz Rodrigues (2010:p.284),

...aquela perda líquida de população exige perceber os traços principais da transição societal em curso, as dinâmicas de mudança urbana e de emergência de novas morfologias e funcionalidades das cidades, as mudanças demográficas, e as alterações no campo dos estilos de vida associados a todas aquelas mudanças.⁷³

Podemos também concluir que esta diminuição de população é fundamentalmente até 2001, começando a inverter-se e a receber novos habitantes de forma mais significativa na última década.

Paralelamente aumentou a proporção de profissões de topo em 19,04%, atingindo mesmo os 36,93% em 2011, situação que terá certamente origem nos novos residentes. Neste conjunto de profissões certamente que teremos funcionários superiores de empresas e do estado, quadros técnicos e especializados. Tal situação mostra a nobilitação social em Alcântara, traduzida numa alteração do seu tecido social. Os movimentos populacionais resultaram na saída de trabalhadores e moradores de classes mais baixas e a vinda de novos moradores de um estatuto social mais elevado, desenvolvendo-se assim a nobilitação e que certamente não estará desligado do aumento da habitação de alto *standard*, principalmente condomínios fechados, que se incrementou nestas últimas décadas.

Também se reflectiu nos níveis de escolaridade que tiveram melhorias significativas. Assim entre 1991 e 2011, aumenta a população com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico, em 23,1%, passando de 37,6%

⁷³Rodrigues, Walter (2010). "Cidade em Transição - Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa", Lisboa, Celta Editora, p.284.

em 1991 para 60,7% em 2011. Podemos dizer que foi ao mesmo tempo significativo o aumento da população com ensino superior completo que no mesmo período passou de 8,4% em 1991 para 27,2% em 2011, tendo uma variação de 18,8%, tomando como referência o período entre 1986 e 1991, em que 23,9% dos novos residentes atingiram um grau do ensino superior, mostrando como contribuíram para a melhoria destes valores.

O encerramento de muitos estabelecimentos do Comércio Local mostra que não resistiram às dificuldades económicas que se foram agravando, com a perda de consumo, dos trabalhadores que saíram de Alcântara e de muitos habitantes que abandonaram a Freguesia. Ao mesmo tempo, intensificou-se a terciarização, com a abertura de várias empresas de serviços e outros estabelecimentos de restauração, nalguns espaços da Freguesia, e em particular no espaço requalificado do *LX-Factory*, onde também nasceram espaços de restauração, de lazer e de cultura.

Algumas instalações fabris perto do Largo do Calvário, nomeadamente na Rua da Cozinha Económica e 1ª e 2ª Ruas Particulares e na Rua das Fontainhas, foram transformadas em locais de diversão nocturna. O parque habitacional de Alcântara sofreu alterações significativas, com a construção de habitação de alta qualidade, condomínios fechados, em locais onde existiam antigas fábricas e grandes empresas, depois de serem adquiridos pelo sector imobiliário, ao mesmo tempo os palacetes do Alto de Santo Amaro foram convertidos em unidades hoteleiras de superluxo. Concluímos, também, que o maior incremento de construção na Freguesia se verifica na década de 1991/2001, coincidindo com o crescimento da habitação de alto *standard* e com as requalificações que se operam nalguns dos edifícios das antigas instalações fabris.

Nas décadas de 70 e até 80 do século passado começou um maior incremento na compra de habitação própria, pelas facilidades de crédito e pela necessidade de solução da falta de habitação, fundamentalmente na periferia de Lisboa (na AML), estendendo-se com maior peso à cidade de Lisboa na década de 90, invertendo a tendência anterior e transformando Lisboa de uma cidade de inquilinos numa cidade de proprietários. Aproveitando o impulso que teve a especulação imobiliária a nível nacional, acompanhada da quebra de valor dos edifícios e dos terrenos onde existiam as antigas fábricas em Alcântara, incrementou-se uma nova construção de maior qualidade, que foi um factor de atractividade para novos habitantes de profissões de topo.

Os novos moradores de Alcântara são atraídos para estas novas construções, pela sua qualidade, mas também pela zona privilegiada de proximidade do rio e do Monsanto, pulmão da cidade.

Alcântara sofreu alguma transformação, no plano social operou-se uma recomposição social, pela nobilitação que se desenvolveu nestas últimas décadas com a saída de muitos trabalhadores das antigas fábricas e suas famílias e a vinda de novos moradores de outro estrato social, de uma faixa etária mais jovem, com maiores níveis de escolaridade, de profissões mais qualificadas, para além de alguma imigração que recebeu. No plano urbanístico, pela requalificação, reabilitação e renovação urbana, alteraram-se qualitativamente algumas áreas da Freguesia, em que as instalações das fábricas e os seus terrenos e antigos palácios, fruto da especulação imobiliária, deram lugar à habitação de alto *standard*,

aos condomínios fechados e *lofts*, às unidades hoteleiras de superluxo, para além de outras áreas requalificadas terem feito que a produção industrial desse lugar à terciarização com a implementação de vários espaços de serviços e restauração assim como instalações para fins culturais. Ao mesmo tempo, convivem com uma habitação antiga e degradada. As alterações produzidas transformaram a fisionomia da Freguesia. A velha Alcântara industrial e de raízes operárias deu lugar à Alcântara pós-moderna. A nova Alcântara em que se acentuaram as diferenças sociais na sua composição social e na habitação e se agravaram as desigualdades.

“Os universos de vida que existiam em Alcântara, e noutras áreas urbanas análogas, há menos de trinta anos, são agora elementos da história do desenvolvimento das cidades.”⁷⁴

Muito está por fazer nalgumas áreas da Freguesia votadas ao esquecimento, em que domina a habitação degradada e as difíceis acessibilidades. Alcântara precisa da execução dos Planos de Reabilitação, já aprovados na Câmara de Lisboa (que esperam ser executados) e que preveem a reabilitação da zona antiga e a requalificação de outras zonas e edifícios, reestruturando as acessibilidades, dinamizando e desenvolvendo o parque habitacional e a habitação social em particular e, assim, poder atrair novos moradores com menos selectividade, contribuindo também para a dinamização e melhoria da rede viária, do tecido empresarial e do emprego, para além de estimular o comércio local e revitalizar a Freguesia e a zona.

⁷⁴ Rodrigues, Walter (2010). *”Cidade em Transição - Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa”*, Lisboa, Celta Editora, p.240.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, António José (2007), “Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal”, Lisboa, *Sísifo/Revista de Ciências da Educação*, (2), pp. 51-58.
- Barata, Óscar Soares (1989),” *Introdução às Ciências Sociais*”, Lisboa, primeiro volume, Livraria Bertrand.
- Bauman, Zigmund (2006), “*Confiança e Medo na Cidade*”, Lisboa, Relógio d’Água Editores.
- Bell, Daniel (1973), “*O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*”, São Paulo, Editora Cultrix.
- Bernardi, Jorge Luiz (2006), “Funções Sociais da cidade: conceitos e instrumentos”, Curitiba, Dissertação de Mestrado
- Castells, Manuel (2007),” *A era da informação, economia, sociedade e cultura*”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ªedição, volume II.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes Sociais na Europa”, Lisboa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (34), pp.9-43.
- Dores, António Pedro, António Firmino da Costa e Pedro Lima (1999), “Classificações de Profissões nos Censos de 91”, Lisboa, *Sociologia Problemas e Práticas*, (10), pp. 43-66.
- Engels, Friedrich (1975).”*A Situação da classe trabalhadora em Inglaterra*”, Lisboa, Editorial Presença.
- Faria, Carlos Vieira de (2008), “ Fim das Cidades ou Cidades sem fim”, Lisboa, *Janus 2008*. Disponível em: www.janusonline.pt
- Ferrão, João (1985), “Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89). 3.º-4.º-5.º. pp. 565-604.
- Ferrão, João (1988), “Entender o actual processo de «terciarização»: das teses às dúvidas”, Lisboa, *Análise Social*, vol. XXIV, pp. 101-102.
- Ferrão, João (2003), “Intervir na cidade, complexidade, visão, rumo”, Lisboa, *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 218-225.
- Ferrão, João e António Mendes Baptista (1989), “Industrialização e desenvolvimento endógeno em Portugal: problemas e perspectivas”, Lisboa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (7), pp.43-64.
- Ferreira, Victor Matias (1987). “*A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*”, Lisboa, Dom Quixote.
- Ferreira, Victor Matias (1997), “A Expo’98 e a Metrópole de Lisboa”, Lisboa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (24), pp.189-195.
- Folgado, Deolinda (2001),”Paisagem Industrial, Utopia na salvaguarda patrimonial?”, Guimarães, *Margens e Confluências*, (3), Escola Superior e Artística do Porto, pp 65-89.
- “*Guia das Ruas de Lisboa 1981*”, Lisboa, Livraria Progresso Editora, 14ªEdição.
- Gaspar, Lucília Batalha Duarte (2003), “Auto-Segregação Sócio-espacial em Lisboa”, Lisboa, *INE/Draga, Estudos Regionais*, (4), pp. 75-93.
- Guerra, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, Lisboa, *Sociologia-Problemas e Práticas*, (24), pp. 165-181.
- Hayuth, Yehuda e David Hiling (1992), “Technological change and seaport development”, London, *European Port Cities in Transition*, Belhaven Press.
- Marques, Beatriz Rosa Abreu Pereira (2009),” *O Vale de Alcântara como caso de estudo - Evolução da morfologia urbana*”. Lisboa. Dissertação Mestrado em arquitectura. IST-Instituto Superior Técnico.

- Martins, Marta (2008), “*Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida: uma discussão sobre a Cidade*”, VI Congresso Português de Sociologia, Área Temática: Cidades, Campos e Territórios.
- Moreira, Graça (2004), “ Da cidade industrial à pós-industrial. Contributo para uma análise da Transformação urbana em Portugal”, Lisboa, *Sociedade e Território: revista de estudos urbanos e regionais*, (37/38).
- Moura, Dulce, Isabel Guerra, João Seixas e Maria João Freitas (2006) “A Revitalização Urbana Contributos para a definição de um conceito operativo”, Lisboa, *Cidades - Comunidades e Territórios*, (12/13), pp.15-34.
- Nunes, João Pedro Silva (2010). “Dos Subúrbios Cíadinos aos Subúrbios Metropolitanos – Estrutura de Povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa (1950 - 2001) ”, Lisboa, *Cidades-Comunidades e Territórios*, (20/21), pp. 123-137.
- Nunes, João Pedro Silva (2005), “Uma cidade de proprietários? Mudanças na distribuição dos Estatutos de ocupação do alojamento na Área Metropolitana de Lisboa entre 1950 e 2001”, Lisboa, *Fórum Sociológico*, (13-14) (2ª série), pp.113-135.
- Pereira, Nuno Teotónio (1994).“Pátios e Vilas de Lisboa, (1870-1930); a promoção privada do alojamento operário”, Lisboa, *Análise Social*, Vol. XXIV (127), (3º). pp. 509-524.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1998),”*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Lisboa, Gradiva.
- Raposo, Rita (2008),”Condomínios Fechados em Lisboa: paradigma e paisagem”, Lisboa, *Análise Social*, vol.XLIII (1º), pp. 109-131.
- Reis, Judite Lourenço, Regina Salvador, Sónia Cardoso, Bruno Pereira Marques (2012), *Urban(c)idade: Diálogo entre a Sociologia, a Arquitectura, a Economia e a Geografia – A Experiência do Mestrado em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade*”, Porto, VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto.
- Rodrigues, Walter (2010). ”*Cidade em Transição - Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*”, Lisboa, Celta Editora.
- Salgueiro, Luís Filipe Oliveira Marques (2011), ”*Cidade e Utopia: a reconstrução da zona oriental de Lisboa. O projecto do Parque das Nações*”, Lisboa, Tese Mestrado Ciências da Cultura-Faculdade de Letras.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992) “*A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*”, Porto, Edições Afrontamento.
- Salgueiro, Teresa Barata (1997) “*Cidade Pós-moderna. Espaço Fragmentado*”, Porto, III Congresso de Geografia Portuguesa, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 225-236
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), “ *Lisboa, Periferia e Centralidades*”, Lisboa, Celta Editora.
- Salgueiro, Teresa Barata (1999),”Ainda em Torno da Fragmentação do Espaço Urbano”, Lisboa, *Inforgo,14-Espaços Urbanos*, Edições Colibri, pp. 65-76.
- Santos, Elizabeth, Jordi Estivil, Sérgio Aires (2007), “*Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*”, Lisboa, Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.
- Sassen, Saskia (2000),”*Cities in a world economy*”, California: Pine Forge Press.
- Vários (1985), “*A via de Desenvolvimento para vencer a Crise*”, Lisboa, Edições Avante!.
- Vidal, Frédéric (2006).”*Les Habitants d’Alcântara- Histoire Sociale d’un quartier de Lisbonne au débout du 20e siècle*”, Villeneuve d’Ascq.France, Presses Universitaires du Septentrion.

- Xerez, Romana (2008), "*Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa*", VI Congresso Português de Sociologia.

<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/premios/premio-valmor-e-municipal-de-arquitetura/20002006>

FONTES

Guião de Entrevista

INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

INE, Recenseamento da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011.

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa 2011.

PDM- Plano Director Municipal da Câmara Municipal de Lisboa de 2005.

ANEXOS

ANEXO A - QUADROS

Quadro 1.1. População residente (1981 - 2011)

Zona Geográfica	1981	1991	Variação 1981/1991		2001	Variação 1981/2001		2011	Variação 2001/2011		Variação 1981/2011	
	HM	HM	HM	%	HM	HM	%	HM	HM	%	HM	%
Alcântara	22.697	18.510	-4.187	-18%	14.443	-8.254	-36%	13.943	-500	-3%	-8.754	-39%

Fonte: INE. Censos (1981, 1991, 2001 e 2011)

Quadro 1.2. Densidade populacional (Hab/Km²), por local de residência (1991 – 2011)

Densidade populacional (Hab/ km ²) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)				
Período de ref ^a dos dados	1991	2001	2011	Variação 1991/2011
	Hab/ km ²	Hab/ km ²	Hab/ km ²	Hab/ km ²
Lisboa	7840	6673	6447	-1392,50
Alcântara	4194	3272	3142	-1051,75

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quadro 1.3. Taxa de variação das famílias clássicas (%), por local de residência (1991 – 2011)

Local de residência	Taxa de variação das famílias clássicas (1991-2001 e 2001 - 2011) por Local de residência	
	Período de referência dos dados	
	1991-2001	2001-2011
	%	%
Lisboa	-4,3	4,03
Alcântara	-12,6	0,81

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 1991, 2001 e 2011

Quadro 1.4. Profissões 1 e 2 da Classificação Nacional de Profissões CNP, (1991-2001). Posição em função da % em 2001.

	1991			2001		
	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%	População a exercer uma profissão	CNP 1+2 n	%
Lisboa	281.065	61.343	21,8	251.444	77.592	30,9
Alcântara	7.381	1.321	17,9	5.864	1.513	25,8

Fonte: INE. Censos 1991 e 2001.

Quadro 1.5. Proporção de profissões de topo (%) por Local de Residência (1991- 2011).

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Proporção de profissões de topo (%) por Local de residência					
	Período de referência dos dados (%)					
	1991	2001	Variação 1991/2001	2011	Variação 2001/2011	Variação 1991/2011
Lisboa	21,82	30,86	9,04	42,46	11,60	20,64
Alcântara	17,89	25,80	7,91	36,93	11,13	19,04

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quadro 1.6. Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo, (1991- 2011).

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Período de referência dos dados					
	1991 (%)	2001 (%)	Variação (%) 1991/2001	2011 (%)	Variação (%) 2001/2011	Variação (%) 1991/2011
Lisboa	40,15	55,6	15,48	64,76	9,13	24,61
Alcântara	37,62	51,31	13,69	60,72	9,41	23,10

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quadro 1.7. Proporção da população residente com ensino superior completo (2001- 2011)

Local de residência (à data dos Censos 2001)	Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)					
	Período de referência dos dados					
	1991	2001	Variação 1991-2001	2011	Variação 2001-2011	Variação 1991-2011
	%	%	%	%	%	%
Lisboa	11,79	21,01	9,22	33,63	12,62	21,84
Alcântara	8,40	15,64	7,24	27,20	11,56	18,80

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quadro 1.8. População Residente segundo os grupos etários e a sua evolução (1991 - 2011)

Zona Geográfica	População residente														
	Em 1991					Em 2001					Em 2011				
	Total	Grupos Etários				Total	Grupos etários				Total	Grupos etários			
	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Lisboa	663394	94306	99116	345407	124565	564657	65548	71634	294171	133304	547733	70494	53507	292772	130960
Alcântara	18510	2099	2420	9683	4308	14443	1291	1661	7303	4188	13943	1630	1134	7179	4000

Zona Geográfica	População residente -Variação entre 1991 e 2001 (%)					População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)					População residente -Variação entre 1991 e 2011 (%)				
	Var. Total	Grupos etários				Var. Total	Grupos etários				Var. Total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Lisboa	-14,90	-30,50	-27,70	-14,80	7,00	-3,00	7,55	-25,31	-0,48	-1,76	-17,43	-25,25	-46,02	-15,24	5,13
Alcântara	-22,00	38,5	-31,40	-24,60	-2,80	-3,46	26,26	-31,73	-1,70	-4,49	-24,67	-22,34	-53,14	-25,86	-7,15

Fonte: INE Censos (1991, 2001 e 2011).

Quadro 1.9. Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município (1991 - 2011).

Proporção da população residente que 5 anos antes residia fora do município (%) por Local de residência (à data dos Censos 1991, 2001 e 2011)						
Local de residência (à data dos Censos 1991/2001 e 2011)	Período de referência dos dados					
	1991	2001	Varição 1991/2001	2011	Varição 2001/2011	Varição 1991/2011
	%	%	%	%	%	%
Lisboa	5,66	9,42	3,76	11,22	1,80	5,56
Alcântara	4,56	7,60	3,04	12,21	4,61	7,65

Fonte: INE. Censos 1991, 2001 e 2011.

Quadro 1.10. Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1986-1991) ⁷⁵

	População residente	Entradas	Migrações internas (Outros Concelhos da AML)	Migrações internas (outros concelhos do País)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações Internas (AML)	% Migrações Internas (outros concelhos do País)	% Imigrações	Entradas/População residente
Lisboa	663394	38071	16298	13740	8033	100	100	100	100	5,7
Alcântara	18510	854	398	318	138	2,24	2,44	2,31	1,72	4,6

Fonte: INE. Censos 1991

Quadro 1.11. Mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do Município (1996-2001) ⁷⁶

	População residente	Entradas	Migrações internas (Outros Concelhos)	Imigrações (origem no estrangeiro)	% Entradas	% Migrações Internas	% Imigrações	Entradas/População residente
Lisboa	564657	53208	39577	13.631	100	100	100	9,4
Alcântara	14443	1098	764	334	2,1	1,93	2,45	7,6

Fonte: INE. Censos 2001

Quadro 1.12. Qualificações escolares superiores da população residente e dos protagonistas de mobilidade residencial para as Freguesias de Lisboa com origem fora do município (1986-1991) ⁷⁷

	População residente (a)	População que atingiu um grau de ensino superior(b)	Entradas 1986/91 (c)	População entrada que atingiu um grau de ensino superior (d)	(b/a) x 100	(d/c) x 100	(d/b) x 100
Lisboa	663.394	92.502	38.071	10.931	13,9	28,7	11,8
Alcântara	18.510	2.004	854	204	10,8	23,9	10,2

Fonte: INE. Censos 1991

⁷⁵ Rodrigues, W. (2010). "Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa". Oeiras. Celta Editora. pp. 150 e 151.

⁷⁶ Idem, pp. 152.

⁷⁷ Rodrigues, W. (2010). "Cidade em Transição- Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e reurbanização em Lisboa". Oeiras. Celta Editora., pp. 155.

Quadro 1.13. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira por local de residência (2001-2011)

Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)	Período de referência dos dados					
	1991	2001	Variação	2011	Variação	Variação
	%	%	%	%	2001/2011	1991/2011
Lisboa	1,65	3,40	1,75	6,3	2,90	4,65
Alcântara	0,81	3,05	2,24	7,24	4,19	6,43

Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

Quadro 1.14. Evolução N° de Edifícios. Por localização geográfica. Por Época de construção.

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Edifícios (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Época de construção						
	Época de construção						
	1971/1980	1981/1990	Variação 1980/1990	1991/2000	Variação 1990/2000	2001/2011	Variação 2001/2011
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Lisboa	3442	3029	-413	3851	822	2034	-1817
Alcântara	73	56	-17	67	11	38	-29

Fonte: INE. Censos 1991, 2001 e 2011.

**Quadro 1.15. Variação do peso percentual de cada setor da atividade económica no PIB
(1975 / 2011)**

ANO	PORTUGAL								
	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Energia, água e saneamento	Construção	Comércio e reparação de veículos; Alojamento e restauração	Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	Outras Atividades de serviços	AGRICULTURA + INDÚSTRIA
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1975	11,60	25,40	1,20	11,70	17,40	5,40	10,50	16,80	37,00
1980	10,30	28,20	1,90	9,10	18,60	5,40	9,30	17,20	38,50
1985	10,20	27,00	4,50	6,70	19,30	7,50	9,60	15,20	37,20
1990	8,40	26,50	3,60	5,90	16,90	6,00	12,10	20,60	34,90
1995	6,00	21,40	3,60	6,10	17,50	6,40	12,80	26,20	27,40
QUEBRA DE SÉRIE: PASSA DO BANCO DE PORTUGAL PARA O INE									
1995	4,90	16,60	2,60	6,20	16,60	6,60	11,70	22,90	21,40
1996	4,60	17,10	2,70	6,20	16,30	6,60	11,10	23,00	21,70
1998	3,60	16,40	2,60	6,80	16,70	6,60	11,60	23,10	20,00
1999	3,30	16,10	2,50	6,90	16,30	6,80	11,90	23,40	19,40
2000	3,20	15,40	2,30	7,20	16,50	6,90	11,80	24,40	18,60
2001	3,00	15,00	2,30	7,30	16,50	7,00	12,00	24,60	18,00
2002	2,80	14,60	2,40	7,20	16,50	7,00	11,90	25,10	17,30
2003	2,70	13,90	2,70	6,70	16,30	7,00	12,40	25,60	16,60
2005	2,40	13,00	2,50	6,50	16,20	7,10	12,30	26,40	15,40
2006	2,30	12,80	2,80	6,20	16,00	7,30	12,90	25,70	15,10
2007	2,10	12,60	2,90	6,30	15,80	7,50	13,50	25,60	14,70
2009	2,00	11,50	3,20	5,90	16,70	7,70	13,40	27,90	13,50
2010	2,00	12,10	3,40	5,50	16,40	7,50	13,40	27,40	14,10
2011	1,90	12,60	3,20	5,00	16,50	7,60	13,90	26,50	14,50
Fonte: Banco de Portugal e INE									

Fonte: 1975/1995: Banco de Portugal-Séries Longas; 1995/2012: INE-CNAP.

**Quadro 1.16. Composição da Estrutura Industrial de Lisboa
(Todos os Ramos Industriais da Industria Transformadora). (1971, 1991, 2009)**

Ramo Industrial	Empresas (%)				Empregados (%)		
	1971 (a)	1991 (b)	2009 (c)	Varição 1971/2009 (a-c)	1971 (a)	2009 (c)	Varição 1971/2009 (a-c)
Alimentar, Bebidas e Tabaco	8,71	6,92	10,91	2,2	13,27	17,17	3,9
Textil	34	25,6	15,03	-18,97	21,2	5,16	-16,04
Madeira e Cortiça	16,72	12,93	4,29	-12,43	4,69	1,87	-2,82
Papel, Artes Gráficas e edição de Publicações	10,93	15,46	16,32	5,39	13,98	14,4	0,42
Químicas	4,09	4,09	5,14	1,05	10,81	6,6	-4,21
Produtos Minerais não Metálicos	2,57	3,37	4,52	1,95	2,42	10,75	8,33
Metalúrgicas de Base	0,82	0,72	0,45	-0,37	0,2	0,58	0,38
Produtos Metálicos, Máquinas, Equipamentos e Material de Transporte	17,42	24,89	16,82	-0,6	30,67	28,95	-1,72
Outras	4,74	6,03	26,52	21,78	2,76	14,52	11,76
Total	100	100	100	0	100	100	

Fonte: INE

Quadro 1.17. Empresas de Alcântara desde o início da industrialização e mais recentes.

Sector	Empresa	Localização	Fundação	Observ:
Explosivos	Fábrica da Pólvora	Ribeira de Alcântara- Actualmente Rua da Fábrica da Pólvora e Av. de Ceuta		
Têxtil	Anjos, Cunha Ferreira & C ^a	Idem	1861	85 trabs.
Cerâmica	Garmon & C ^a	Idem		
Curtumes	Patrício José Dias	R. da Cascalheira		
	António Luiz de Almeida	R. Direita de Alcântara		6 trabs.
Metalurgia	Fábrica Promitente	R. Vieira da Silva (a)		
Textil	Fábrica de Tecidos e Tinturaria Lloset & C ^a	R. do Arco a Alcântara (a)		
Alimentar	Lisbon Oil Mills Limited	Calvário		
Metalurgia	E. Dauphinat & V. Castay	R. Direita ao Calvário (b)	1856	25 trabs.
Tabacos	Fábrica Peninsular	Idem (b)	1880	36 trabs.
Cortumes	Fábrica do Calvário	Calvário	1841	11 trabs.
Alimentar	Fábrica Napolitana	Largo das Fontainhas		
Vestuário	Fábrica de Alpargatas e Calçado	Idem		
Textil	Comp ^a Lisbonense de Estamparia e Tinturaria	Qt ^a do Cabrinha	1874	106 trabs.
Idem	Associação Fraternal	Travessa do Fiúza	1858	33 trabs.
Textil	Luís Carlos Pons	Idem	1857	17 trabs.
Metalurgia	Latoaria Internacional	1 ^a Rua Particular		
Textil	Bernardo Daupias & C ^a	R. St ^o António ao Calvário (c)	1839	690 trabs.
Curtumes	Francisco António Alegrete	Idem (c)	1854	8 trabs.

Alimentar	Fábrica Nacional de Bolachas e Biscoitos de E. C. Silva	Stº Amaro		
Transportes	Carris – Compª Carris de Ferro de Lisboa	Rua 1º de Maio (nome actual)		
Metalurgia	João Burnay	Terras de Stº Amaro (d)	1874	200 trabs.
Curtumes	Fábrica do Páteo do Saldanha	Cç. da Boa-Hora		
Idem	Rocha & Irmão	Idem		
Idem	Francisco António Silvestre	Rua do Giestal	1842	9 trabs.
Cerâmica	Fábrica de Azulejos e Faianças de Sant’Ana	Cç. da Boa-Hora		
Papel	José António Fernandes	Travessa Da cruz	1856	6 trabs.
Metalurgia	Orey Antunes & Cª	1ª Rua Particular	1865	133 trabs.
Cerâmica	Mosaico Ideal, Lda.	Rua das Fontainhas	1879	24 trabs.
Empresas mais recentes				
Metalurgia	Omnia	R. Vieira da Silva (a)		
Cerâmica	Jerónimo Campos & Filhos	Idem (a)		
Química	Valadas Ldª	Av. 24 de Julho (a)		
Química	Refinaria Colonial (mais tarde SIDUL)	Av. da India (e)	1909 1950	389
Gráficas	Gráfica Mirandela			150
Metalurgia	J. B. Cardoso	R da Junqueira e Cç. do Alvito		336
Metalurgia	Sociedade de Construções Metálicas, Lda.(CTM)	Rua Luís de Camões (106 e 108) e Rua dos Lusíadas	1919	
Idem	EPI - Empresa Progresso Industrial, SARL	Rua das Fontainhas		
Idem	MOMPOR	Idem		
Gráfica	Litografia Nacional	2ª Rua Particular		
Química	CUF/Fábrica União, mais tarde Quimigal, EP	Largo das Fontainhas		153
Química	CUF/Fábrica Sol, mais tarde Quimigal, E.P.	Av. 24 de Julho		160
Reparação Naval	Lisnave (Ex-CUF)	Doca de Alcântara (Rocha do Conde d’Óbidos)		800 trabs.
Mar. Mercante	CTM – Cª. Port. Transportes Marítimos (Ex-Insulana de Navegação e Colonial)	Doca de Alcântara e 24 de Julho		1.200 trabs
Idem	CNN – Cª. Nacional de Navegação (Ex- Soc. Geral – CUF- e CNN)	Doca de Alcântara		1.100 trabs.
Estado	CRCB – Comissão reguladora do Comércio de Bacalhau	Idem		
Metalurgia	Dragapor-Dragagens de Portugal, EP	Doca de Stº Amaro		
Idem	ALMANAVE- Ind. Mecânicas, Lda.	Idem		
Idem	REPTEJO- Reparações Navais e Industriais Lda.	Tv. da Galé		
Idem	A Progresso Lda.	Idem		
Alimentar	Soc. Industrial Aliança, SARL	Tv. da Praia		
Madeiras	Carlos Eduardo Rodrigues, Lda.	R. Manuel Maria Viana		

Química	Tintalusa, Lda.	Tv. Pinto Ferreira		
Idem	Soc. Portuguesa de Graxas, Lda.	R. da Indústria		
Alimentar	Fábrica de Chocolates Regina, Lda.	Rua Sá de Miranda		100
Metalurgia	Fábrica Progresso Mecânico, Lda.	Rua João de Lemos (f)		260
Idem	Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Rua Vieira da Silva		
Idem	Gomes & Irmão, Lda.	Idem		
Idem	Rocha, Amado & Latino, Lda	Idem		

(a) – Esta zona com a reorganização administrativa da Cidade em 1956, deixou de pertencer a Alcântara, passando a fazer parte da Freguesia dos Prazeres, no entanto historicamente continuou a ser referida como zona de Alcântara, inclusive por todos os que aí trabalhavam.

(b) – Actualmente Rua Fradesso da Silveira.

(c) – Actualmente Rua Rodrigues Faria.

(d) – Actual Rua dos Lusíadas.

(e) - Av. da Índia – Sede da Refinaria Colonial em 1920. Mais tarde SIDUL

(f) – Junto à ex- Fábrica da Regina na Rua Sá de Miranda

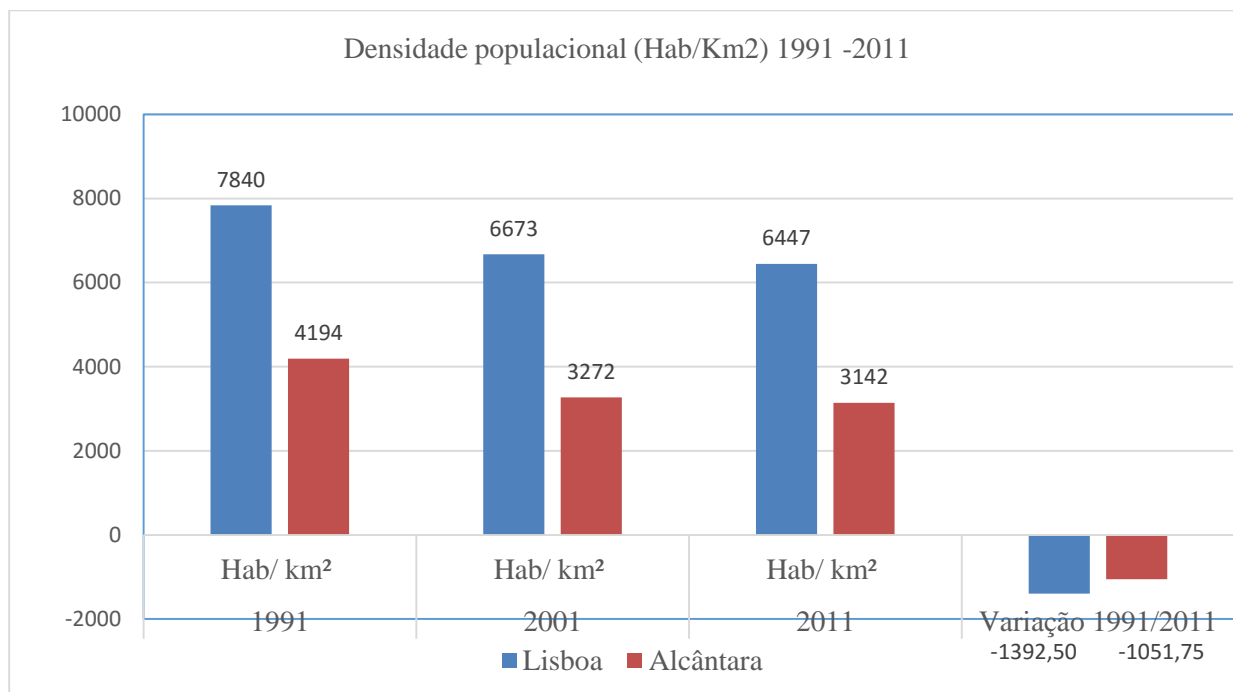
Quadro 1.18. Condomínios habitacionais de luxo, espaços reconfigurados e Requalificados em Alcântara.

Nº	Tipologia	Nome	Localização	Edificação anterior
1	Condomínio Habitacional Fechado (Chf)	“Alcântara Residence”	Rua Luís de Camões	Oficinas da Soc. Constr. Metálicas - Ex-CTM/Soc. Geral - CUF
2	Idem	“Alcântara Palace”	Alto de Stº Amaro	Prédios residenciais
3	Idem	Complexo “Alcântara XXI”	Rua das Fontainhas, Largo das Fontainhas	Fábrica União/Quimigal
4	Idem	Complexo “Alcântara Rio”	Av. Ceuta	EPI (Empresa Progresso Industrial), MOMPOR.
5	Idem	“Pátio Sá de Miranda”	Rua Sá de Miranda	Fábrica de Chocolates Regina
6	Idem		Rua João de Lemos	Fábrica Progresso Mecânico
7	Idem		Rua Leão de Oliveira	Prédios Residenciais
8	Idem		Rua Soares dos Passos/Alto Stº Amaro)	Prédios Residenciais
9	Hotel Super Luxo	“Pestana Palace”	Rua Jau/ Alto de Stº Amaro	Palácio dos Condes de Valle Flor
10	Hotel	Hotel “Vila Galé Ópera”	Av. da Índia	Oficinas da Carris Stº Amaro
11	Residência-Lar de luxo para Idosos	“Domus Vida” e Centro de Saúde da CUF	Rua da Praia	Fábrica de Bolachas Aliança
12	Empresas de Serviços, Restauração e Lazer	LX- Factory	Rua Rodrigues Faria	Anuário Comercial, EPNC- Empresa Pública Notícias / Capital e Mirandela
13	Zona Cultural	Museu do Oriente	Doca de Alcântara Norte	CRCB-Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau
14	Zona Cultural	Orquestra Metropolitana de Lisboa	Av. da Índia	Standard Eléctrica

15	Zona Cultural	Galeria de Exposições	Rua da Junqueira e Av. da Índia	Cordoaria Nacional
16	Zona de Restauração	Docas - Restauração	Doca de Alcântara Norte	Pequenas empresas e oficinas de Aprestos Marítimos
17	Idem	Docas - Restauração	Rocha do Conde d'Óbidos e Doca de Santos	Oficinas da Lisnave, ENI (Electricidade Naval e Industrial) e AGPL (Administração Geral do Porto de Lisboa)
18	Discotecas e Bares de Diversão Nocturna		Rua da Cozinha Económica e Primeira e Segunda Rua Particular	Litografia Nacional, Pequenas empresas e oficinas
19	Zona Expectante	Projecto de Hotel/ Torre com cerca de 30 M (Não aprovado pela Câmara)	Av. da Índia	Sidul
20	"Loft"	Residencial	Av. 24 de Julho	Fábrica de Lâmpadas "Osram"

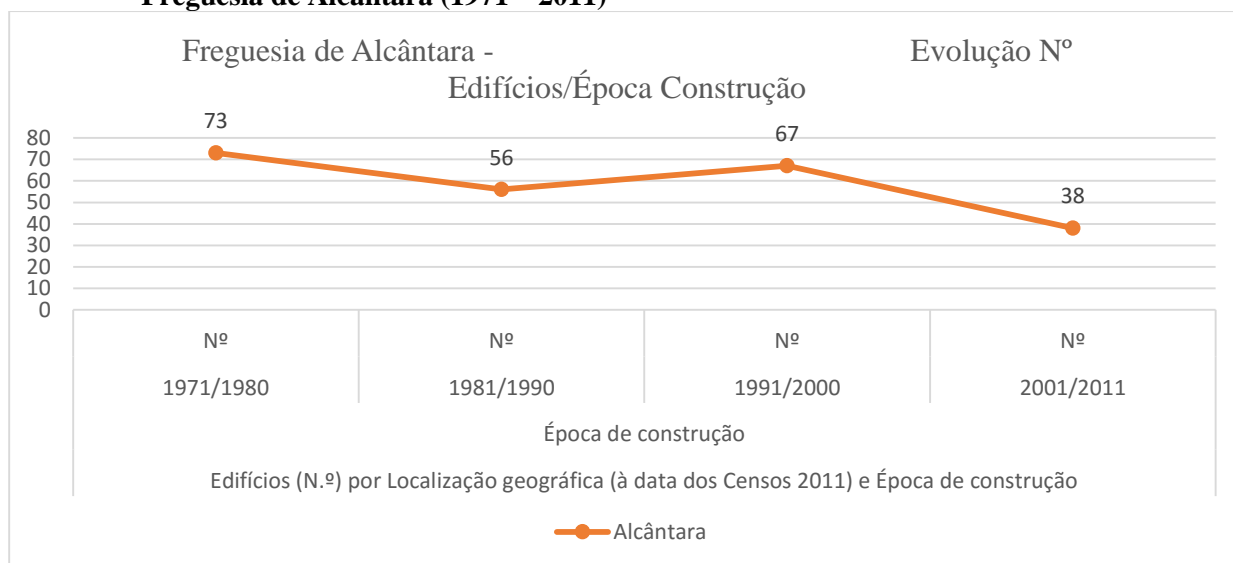
ANEXO B - FIGURAS

Gráfico 1. Densidade Populacional (Nº/Km2) p/ Local de Residência (1991-2011)



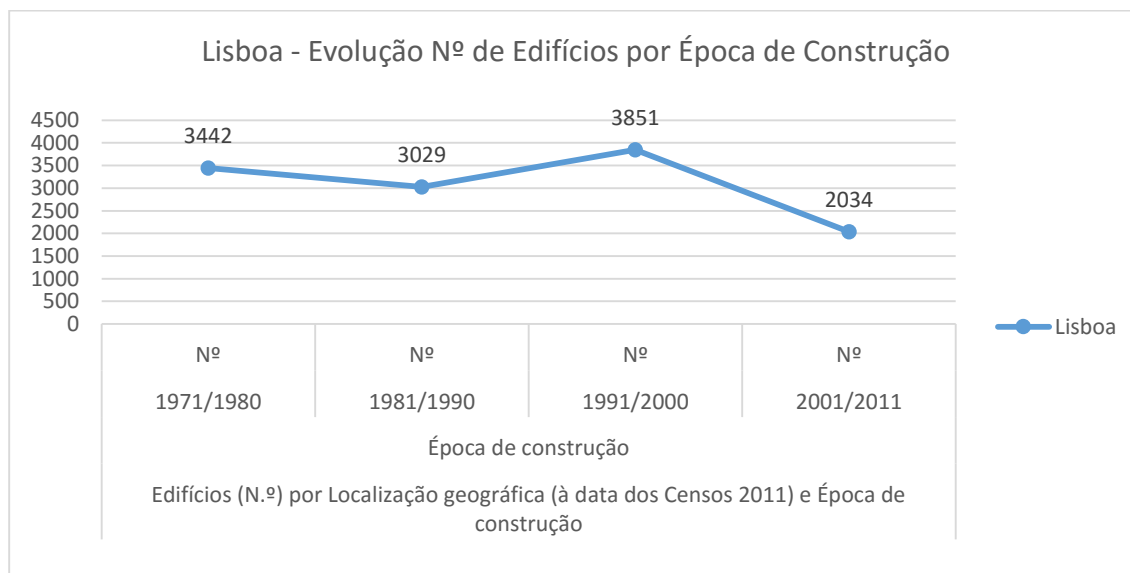
Fonte: INE. Censos 1991, 2001 e 2011.

Gráfico 2. Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção. Freguesia de Alcântara (1971 – 2011)



Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

**Gráfico 3. - Evolução do nº de Edifícios por Época de Construção.
Cidade de Lisboa (1971-2011)**



Fonte: INE. Censos 2001 e 2011.

ANEXO C – FOTOGRAFIAS DE ALCÂNTARA



SIDUL – 1930



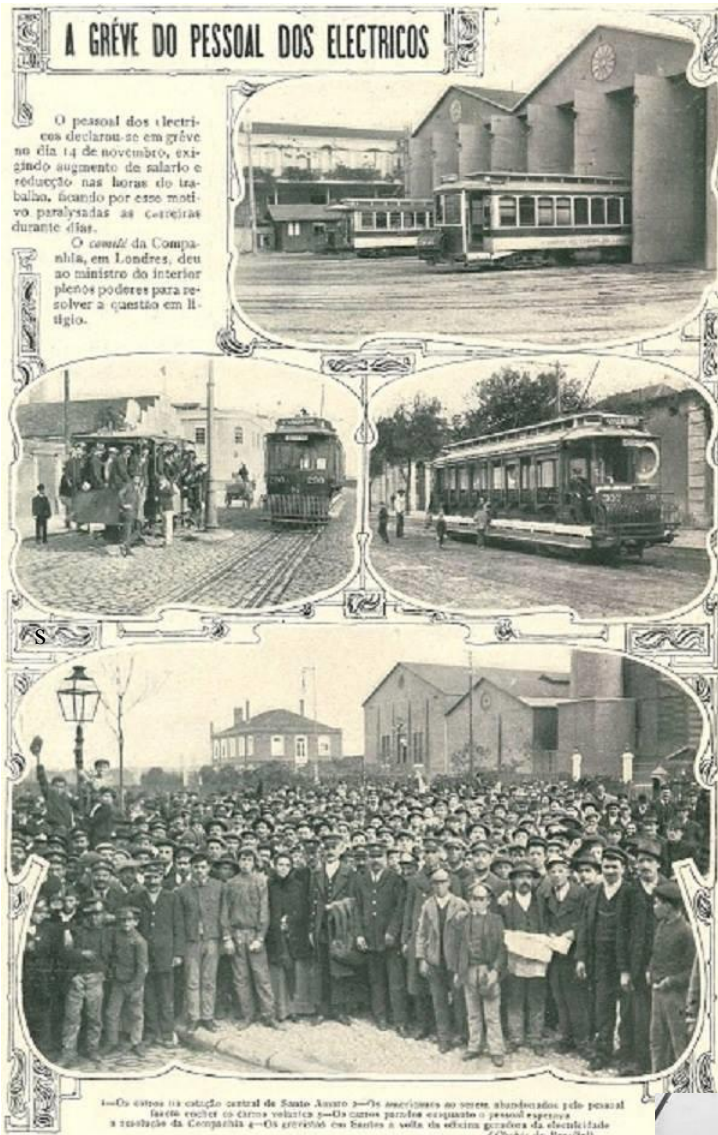
Terreno da SIDUL- hoje



Largo do Calvário (1950)



LX - Factory (Ex- Gráfica Mirandela)



Greve da Carris em 1910

**Antigo
Mercado de Alcântara**



**Restaurante “Resina”-
Lg. do Calvário (2015)**

**Rua Vieira da Silva –
Ex- Pinhol, Gomes & Gomes**



**Ex- Fábrica União/Quimigal (CUF)
Largo das Fontainhas
Complexo Habitacional Fechado – “Alcântara XXI”**



Ex - Fábrica União/Quimigal (CUF) - Complexo Habitacional Fechado – “Alcântara XXI”



1ª Rua Particular.



Av. Ceuta/R. Fábrica da Pólvora

Pátio do Cabrinha

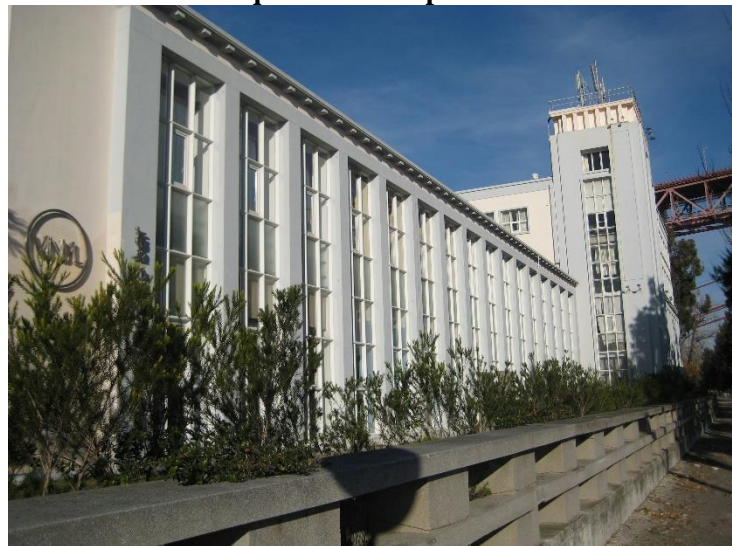


Rua da Cruz (Parte de Cima)

**Antiga Fábrica de Lanifícios Lisbonenses
(mais tarde oficina de automóveis)**



**Edifício da Standard Elétrica
Actualmente Orquestra Metropolitana de Lisboa**





(Antiga) Fábrica Santana
Calçada da Boa-Hora



Residência de luxo para idosos.

Residência "DOMUS CLUBE" (J. Melo)



Centro de Saúde – CUF .
Ex-Fábrica de Bolachas Aliança



**Antiga J. B. Cardoso
– Rua da Junqueira**



Vila Rodrigues



Pátio Cardoso



Hotel “Pestana Palace” – Ex- Palácio dos Condes de Valle Flor



**Condomínio Habitacional de Luxo
(Fechado)
Rua Soares dos Passos - Alto de
Stº Amaro**



**Condomínio Habitacional Fechado –
“Páteo Sá de Miranda”
Ex- Fábrica de Chocolates “Regina”**



**Rua João de Lemos - Túnel para garagens aberto nas Escadas Públicas.
Ex-Fábrica Progresso Mecânico - Condomínio de Luxo (Chf)**



**“Alcântara Residence”
Rua Luís de Camões – Ex-Soc. Constr. Metálicas/CTM**





“Alcântara Residence” – interior.



Academia de Santo Amaro



**Doca de Alcântara Norte
“Docas” - Restauração**



Doca de Alcântara Norte

ANEXO D – GUIÃO DE ENTREVISTA

Entrevista

OBJECTO DE ESTUDO

- Como se reflectiu no reordenamento urbano e tipo de habitação, a recomposição social das últimas décadas em Lisboa e em particular na Freguesia de Alcântara?

PROBLEMÁTICA

Que influência é produzida na organização do espaço urbano e no tipo de habitação, pela recomposição social verificada em Alcântara, nas últimas décadas?

Nas últimas décadas, entre 1980 e 2011, verificou-se alguma desindustrialização na cidade de Lisboa, em particular na Freguesia de Alcântara.

(Perguntas a formular em entrevista a antigos trabalhadores das Empresas de Alcântara)

I. Caracterização pessoal

1. Qual a sua idade e local de Nascimento?
2. Que profissão tinha e qual a última categoria profissional? E o seu local de trabalho?
3. Onde residia na altura? E actualmente?

II. Caracterização da Empresa e dos seus trabalhadores:

4. Qual a Empresa em que trabalhava e como a caracteriza? Que imagem guarda dela?
5. Quantos trabalhadores existiam e quais as várias categorias profissionais? (operários, empregados, chefias, etc...)?

III. O encerramento ou deslocalização e consequências:

6. A sua Empresa encerrou ou foi deslocalizada? Podemos considerar o encerramento ou deslocalização da sua Empresa como consequência da desindustrialização? Se não como o justifica?
7. Recorda-se do destino da maioria dos trabalhadores, se ficaram na Freguesia e na residência que tinham, ou foram residir para outra zona da Cidade ou outra região? No seu caso pessoal, como foi?
8. Que consequências teve para a sua vida e da sua família esta alteração na empresa? Como ficou a sua situação laboral? E como foi afectada a vida familiar?

IV. Alcântara e as suas alterações:

9. Como se recorda de Alcântara quando existia a Empresa? Como era a vida em Alcântara nessa altura? Que principais características sentia?
10. O encerramento ou deslocalização de empresas em Alcântara levou a nascerem outras estruturas habitacionais. Quais as principais mudanças que considera ter existido na habitação, nos seus moradores e sua composição social, na estrutura etária?
11. E a nível da Freguesia, na habitação, nas empresas, no pequeno comércio, que alterações mais significativas sentiu? Tomando por exemplo o local onde se situava a sua empresa, que transformações recebeu?
12. Conhece em concreto na Freguesia, mais alguma (s) situação (ões) de alteração da estrutura urbanística e/ou construção de habitação com novas características? Quais e de que tipo?
13. Perante as alterações existentes na composição social, que reflexos considera ter havido no comércio local? Pode citar alguns exemplos?
14. Pode citar algumas recordações boas ou não, que possa ter do período da sua vida como trabalhador e/ou morado

V. Outras empresas/ outros exemplos:

15. Conhece outras situações de trabalhadores de outras empresas que tenham passado por situações semelhantes? Quer dar alguns exemplos?
16. Nestes casos, esses trabalhadores/moradores mantiveram-se como moradores de Alcântara ou foram viver para outra Freguesia ou Concelho?

VI. Movimento Associativo, na Empresa e na Freguesia:

17. Quanto às estruturas associativas que existiam na empresa, pode dar-nos alguma informação do que existia? E nas outras empresas que conhecimento tinha?
18. Em relação ao Movimento Associativo na Freguesia nessa altura, havia participação dos trabalhadores e moradores? Quer dar alguns exemplos?

VII. Alterações urbanísticas, alterações sentidas na Freguesia:

19. Tendo em conta as alterações urbanísticas e o reordenamento, desenvolvido em Alcântara, quer dar a sua opinião sobre o que considera mais significativo?
20. Globalmente que alterações considera que a Freguesia de Alcântara sofreu? Perante essas alterações considera que foram alteradas as características da Freguesia ou não
21. Quer acrescentar mais alguma consideração que considere útil?

ANEXO E – GRELHA ANALÍTICA DAS ENTREVISTAS

GRELHA ANALÍTICAS DAS ENTREVISTAS	Nº1	Nº2	Nº3
I. Caracterização pessoal	Fábrica Progresso Mecânico	Lisnave	Mompopor
Idade Local de Nascimento	61 anos. Lisboa. Freguesia do Socorro.	59 anos. Moncorvo. Distrito de Bragança	70 anos. Aldeia da Mata. Concelho do Crato. Distrito de Portalegre.
Profissão que tinha e a última categoria profissional	Serralheiro Mecânico. Operário Especializado.	Caldeireiro da Indústria Naval. Terminei trabalhador de qualificação especializada.	Serralheiro Mecânico. Terminei como Encarregado.
Onde residia? E actualmente?	Residia na Freguesia da Ajuda. Actualmente resido em Queijas em Oeiras.	Lisboa, ao pé da Sé, fui para Almada, depois para Paço d’Arcos e agora S. Domingos de Rana.	Alhos Vedros, onde ainda resido.
II. Caracterização da Empresa e dos seus trabalhadores:			
Empresa em que trabalhava e como a caracteriza	Fábrica Progresso Mecânico. Fabricava-se diversos produtos, correntes de ferro, clips, agrafes, estojos de compassos. A sede na Rua João de Lemos em Alcântara e dependência na Portela da Ajuda.	Lisnave, uma empresa operária com gente muito mais velha do que eu, essencialmente alentejanos, com uma característica muito interessante para mim, o ser acarinhado por aquele operariado mais velho, quase todos eles tinham idade para serem meu pai, para não dizer avô. Daí o ter ficado sempre agarrado à profissão e à camaradagem dos meus camaradas de trabalho, sendo eu aprendiz. Tinha até uma certa protecção daqueles Alentejanos mais velhos. A Lisnave, Rocha e Almada, dedicava-se à reparação em 90% e construção em 10% enquanto o estaleiro de Setúbal era exactamente o contrário, 90% construção e 10% reparação. Começaram a formar, na sua escola, operários e quadros só para a construção naval, para depois serem colocados, no estaleiro.	Mompopor. Empresa do Grupo Cuf. Com as nacionalizações passou a ser uma empresa intervencionada. Metalomecânica Pesada. Faziam montagens de Fábricas e oficinas de grande porte, conservações e manutenções a nível nacional. Tinha: 1 A sede e oficina principal no Largo das Fontainhas e Rua das Fontainhas; A Delegação 15 – No Barreiro. A Delegação 20 – No Porto. Mais a subdelegação em Sines. Como empresa do grupo CUF, tinha grande parte do trabalho definido para lançar/montar os projectos das fábricas que iam montando e dando assistência e fazendo a manutenção das existentes. Em Alcântara, dávamos assistência à Fábrica União, que fabricava sabões, rações, sebo para velas, e mais recentemente também margarinas.
Quantos trabalhadores existia, quais as categorias profissionais	250 Trabalhadores. 222 Operários, 8 empregados de escritório, 4 técnicos de desenho, 14 chefes de secção e 2 técnicos fabris.	Quadro efectivo: cerca de 6.000 trabalhadores e outros quadros de pessoal, que era angariação de mão-de-obra temporária. Caldeireiros de tubo e de aço – que era o meu caso-, montadores de andaimes e de estruturas metálicas pesadas, soldadores, pintores, técnicos de limpeza industriais, serralheiros civis e de bancada, mecânicos, torneiros, carpinteiros navais e	Tinha cerca de 800 trabalhadores e mais cerca de 2.000 de subempreiteiros. Serralheiros Mecânicos, serralheiros de bancada, serralheiros civis, Torneiros, Lubrificadores, Electricistas, soldadores, Para além dos

		de machado, doqueiros, pintores, pintores de letras, marinheiros de oficina e de bordo, mergulhadores, cozinheiros, ajudantes de cozinha, empregados de escritório, tesouraria e todos aqueles a quem chamávamos “manga-de-alpaca”. Mais os técnicos, engenheiros, engenheiros de máquinas, que na altura saíam da CTM e CNN (de bordo) e vinham para a Lisnave.	trabalhadores de escritório, dos desenhadores, duas secretárias de administração e quatro engenheiros.
III. O encerramento ou deslocalização e consequências			
A sua Empresa encerrou ou foi deslocalizada? Consequência da desindustrialização?	Começou por encerrar a sede em Alcântara, deslocalizando-nos para a Portela da Ajuda, mas depois também encerrou. O encerramento foi devido à má gestão. Nunca houve modernização do processo de fabrico, nem investimentos na compra de novas máquinas que agilisassem o processo de produção. Parque de máquinas obsoleto.	Foi deslocalizada para Almada/Margueira e depois a Mitrena em Setúbal, mas encerrando várias áreas. A redução de trabalhadores da Lisnave tem a ver com a preparação para a integração na CEE ao tempo de M. Soares. A desindustrialização está ligada a este processo. Havia orientações (Directivas) claras de que para Portugal entrar na CEE, os trabalhadores da Indústria Naval, teriam que ser reduzidos a 2.500, no total do País (havia cerca de 25.000). Houve várias greves, uma de sete semanas contra essa situação. Tivemos um despedimento colectivo, de cerca de 600 trabalhadores (1985 ou 1986), quando da adesão de Portugal à CEE. A Grécia e a Itália, tinha bastante construção naval, para além da Alemanha que ainda hoje constroem embarcações diversas e a Holanda. A Holanda, Itália, Alemanha, França e Grécia, mais os países da Europa de leste como a Roménia e a Bulgária, na altura ligados à antiga União Soviética. Esse era o quadro que invocavam, que havia muita actividade de construção e reparação naval noutros países, e Portugal e a própria Espanha (tinha e ainda tem construção naval) que também sofreram da redução de muitos postos de trabalho.	A empresa veio a encerrar mas não foi consequência directa da desindustrialização mas da reorganização que o capital estava a levar por diante. Poucos anos após ter sido nacionalizado o Grupo CUF desacelerou a carteira de encomendas. A partir de 1980 colocaram um administrador representante do estado, conhecido levar empresas nacionalizadas e públicas à falência. Governos de M. Soares, preparação de adesão à CEE. Havia bastantes encomendas e muito trabalho por todo o País e para Itália. Garantia os postos de trabalho e a manutenção da empresa. As alterações políticas fizeram que os antigos patrões se reorganizassem tendo mais tarde encerrado a empresa. Fizemos greve de um mês contra o encerramento. Despediram cerca de 100 trabalhadores incluindo Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical e abriram outra, com os que restavam com as mesmas funções da Mompur. Foi a SMM com sede na Pç. José Fontana e mantiveram as restantes delegações. O seu

			encerramento e deslocalização foi para que os antigos patrões a recuperassem para o sector privado, com outro nome deslocalizando a sede.
<p>Destino dos trabalhadores, ficaram na Freguesia ou foram para outra zona da Cidade ou outra região?</p> <p>No seu caso pessoal, como foi?</p> <p>Consequências para a sua vida e família?</p> <p>Como ficou a sua situação laboral?</p> <p>Foi afectada a vida familiar?</p>		<p>Muitos trabalhadores regressaram aos seus locais de origem, outros partiram “à procura da vida” pela emigração ou ficaram no desemprego. Grande parte receberam as indemnizações, outros ficam à espera que os tribunais decidissem, e começam a deslocar-se para fora da cidade. Alguns ficaram nas Freguesias da zona ou da AML onde viviam, para procurar outras formas de vida, mas muitos regressaram às terras de origem. Era fora da cidade que estava o <i>boom</i> da construção e onde se podia comprar casas mais em conta e em melhores condições. Em 1975 fui para a Rocha do Conde d’Óbidos, em 1998 para Almada, em 2000 para Setúbal e em 2009 fui despedido. Passei pelos Estaleiros do Lobito em Angola ao serviço da Lisnave Internacional e pela Beira em Moçambique.</p>	<p>Os que se mantiveram na empresa, no fundamental mantiveram a sua residência, os restantes que saímos, alguns procuraram trabalho noutras empresas fora de Lisboa, outros regressaram à sua terra de origem. No meu caso, continuei a dar apoio à coordenadora da metalo-mecânica pesada mais algum tempo, mas mantive-me em Alhos Vedros.</p>
<p>IV. Alcântara e as suas alterações:</p>			
<p>Como recorda Alcântara quando existia a Empresa?</p> <p>A vida em Alcântara nessa altura?</p> <p>Principais características?</p>			<p>Na mesma rua onde estava a empresa havia outras como a fábrica dos parafusos a EPI, pequenas oficinas, ferro-velhos, e muitas empresas que também existiam no outro lado do Largo das Fontainhas. Na Rua da Cozinha Económica, 1ª Rua particular e outra rua, existiam outras. Junto eram centenas de trabalhadores que desapareceram. Podíamos conviver nos intervalos do almoço e fim de dia quando nos juntávamos para beber ou comer ou ir até à Colectividade. Havia também estudantes das várias escolas daquela zona e bom ambiente de camaradagem e convívio. A</p>

			Promotora, eu era sócio, era ponto de encontro ao fim do dia.
Principais mudanças na habitação, seus moradores, composição social, estrutura etária?		Grande parte dos trabalhadores recebem as suas indemnizações, outros ficam à espera que os tribunais decidissem, e começam a deslocar-se para fora da cidade. Era fora da cidade que estava o <i>boom</i> da construção e onde se podia comprar casas mais em conta e em melhores condições.	
Na Freguesia, na habitação, nas empresas, no pequeno comércio, que alterações mais significativas sentiu? O local da sua empresa, que transformações recebeu?			Notou-se muito o decréscimo do Comércio Local. Muitas das lojas onde podíamos fazer compras foram encerrando, pela quebra de trabalhadores e moradores que eram o seu apoio principal. Não aguentaram a quebra muito grande que tiveram. Junto à empresa, havia casas de roupas, móveis, cervejarias, minimercados, electrodomésticos, e poucos resistem. Ainda existe o Resina, a Fonte dos Passarinhos no Calvário, mas muito do comércio da Rua de Alcântara está hoje encerrado.
Conhece mais situações de alteração da estrutura urbanística e/ou construção de habitação com novas características? Quais e de que tipo? As alterações na composição social, que reflexos teve no comércio local? Pode citar exemplos?		Este tecido desaparece e a maneira de estar nestas freguesias e locais, com os traços característicos desse operariado que apoiavam muito as Colectividades.	
Recordações boas ou não do período da sua vida como trabalhador e/ou morador			
Outras empresas/ outros exemplos:			
Outras situações, trabalhadores de outras empresas-situações? Quer dar exemplos?		Havia a EPI que produzia parafusos, que muitas vezes apliquei na Lisnave, produziam parafusos em medidas milimétricas. A J. B. Cardoso, que fabricava as ferramentas “Jaguar” de grande qualidade. Trabalhei toda a vida com elas, martelos, escopros e outras. A Fábrica Aliança de Bolachas, drops, rebuçados e chocolates, que tem em Almada o apoio	

		dos silos com os cereais, para a sua produção, que também fechou. A Fábrica de Chocolates Regina, na Rua Sá de Miranda, encerra transferindo a patente, o que faz com que ainda hoje esteja no mercado. A Fábrica Progresso Mecânico produzia material escolar diverso e para cozinhas, encerrou. Todas tinham cerca de 400 a 450 trabalhadores, operários que trabalhavam com os equipamentos fabris mais diversos mas já com a produção em série. O parafuso e as ferramentas já saíam dentro de caixas para ser vendido no mercado, prontos para colocar no mercado, assim como as bolachas, os drops e os chocolates. Foram encerrando a troco de indemnizações da Europa Comunitária, dando origem a condomínios fechados, como a Progresso Mecânico e a Regina em que as instalações foram transformadas num condomínio fechado. Tal situação resulta também numa alteração do tecido social da Freguesia.	
Mantiveram-se como moradores ou foram para outra Freguesia ou Concelho?		Há muitos casos de amigos pessoais, que regressaram às suas terras, como os alentejanos, mesmo tendo aqui casa, começaram a vendê-las para regressarem às suas terras, o beirão de Castelo Branco também regressaram em muitos casos à terra, o nortenho não tanto porque sempre teve a ligação cá e lá, quem não regressava era o minhoto. Não tinha tanta ligação à terra, não conheço casos de minhotos que tenham regressado. O alentejano regressa e instala-se novamente na sua origem onde foi criado.	
V. Movimento Associativo, na Empresa e na Freguesia:			
Estruturas associativas na empresa? Nas outras empresas?	Tínhamos uma Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical.	Havia a Comissão de trabalhadores com grande intervenção e a Comissão Sindical que liderou muitas lutas.	Tínhamos uma forte organização internamente (Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical) e sectorial (Conselho Coordenador da Metal-Mecânica Pesada).
Movimento Associativo na Freguesia havia participação dos trabalhadores e moradores?		As Colectividades na freguesia estão hoje quase desertas, com um modo de vida que não tem nada a ver com o que era há quarenta ou cinquenta anos	O que melhor conheço era a Promotora de que sou sócio. Era um ponto de encontro ao fim de dia e com a

Quer dar exemplos		atrás, por falta dessas pessoas, operários e mesmo famílias operárias que saem da cidade, outros que regressam às terras, e perde grande traço do que era a vida na Freguesia de Alcântara. Por exemplo a “Cooperativa 2ª Comuna” hoje reduzida a quase nada, a SFAE a Promotora ainda existe no Largo do Calvário, completamente descaracterizado em relação ao que era o povo de Alcântara, mantendo a Escola, a ASA-Academia de Santo Amaro é a que persiste ainda e mantém as características essenciais praticamente desde a fundação onde desenvolvem Teatro de Revista e Festas Populares, que é no fundo o que resta.	participação de muitos trabalhadores da zona e também moradores. Mas entretanto também foi perdendo as características originais, pelo abandono de muitos sócios que foram embora e actualmente estar mais em exclusivo vocacionada para a escola e pouco mais.
VI. Alterações urbanísticas, alterações sentidas na Freguesia:			
Alterações urbanísticas e o reordenamento em Alcântara, o mais significativo?	O mais significativo foi a construção dos condomínios de luxo naquela zona. Na R. João de Lemos onde estava a Fábrica e à frente no antigo edifício da Regina, outro que estão completamente desenhados dos restantes edifícios nestas ruas. No condomínio onde era a Fábrica, na Rua João de Lemos, na parte de baixo, que dá para a Rua Luís de Camões, foi autorizado pela Câmara, com alteração no PDM, o rasgarem a escada pública, para poderem ter acesso daí (directo) à garagem do prédio.	As habitações cresceram onde eram as fábricas, habitações de luxo, condomínios fechados, com preços incomportáveis para um operário com o salário de operário da altura. Incomportável comprar uma habitação com as características que estão hoje lá, na Rua Sá de Miranda, na João de Lemos, na Rua Luís de Camões, na Rua dos Lusíadas, e outras, é mais para alguém da classe média alta. Em Alcântara na zona onde é hoje o Pingo Doce, na rua de Cascais, onde havia a Fábrica União deu origem àquela obra gigantesca de construção de habitação caríssima, que nem pensar, um operário qualquer, sonhar em ter ali uma casa. Onde havia a Fábrica Sol é hoje o “Alcântara XXI. Produziam sabões e margarinas, os interessados em construir aquela obra estavam preocupados porque “cheirava muito mal a gordura”, a matéria-prima para a fabricação do sabão e das margarinas, para além dos restos de carne, ossos e outras. Diziam que cheirava mal e que tinham que tirar aquilo dali. Conseguiram parar mais uma indústria chegando depois a desenvolver margarinas sem ser à base de carnes, só à base de óleos de peixe que era menos agressivo para a saúde, mas mesmo	A maior transformação foi na construção dos condomínios de luxo e nos novos moradores que os habitam, que é gente bem diferente do que estávamos acostumados a ver em Alcântara.

		<p>assim fecharam para trocar por aquela construção de luxo. Para além das pequenas fábricas na Rua da Cozinha Económica, havia uma fábrica de caldeiras a Bernardo Manuel & Herdeiros. A Fábrica das agulhas, ao pé da Sidul, fechou, hoje é uma garagem da Santa Casa da Misericórdia. As oficinas gráficas da Mirandela estava onde hoje funciona o LX-Factory. Houve também alterações nos pequenos restaurantes e tabernas que havia na Av. 24 de Julho. Passou a ser um local de diversão nocturna, deram origem nos anos 90 a discotecas e bares, para além das chamadas “docas”. Na Rua das Fontainhas, onde havia pequenas oficinas gráficas e ferros velhos, dá origem a bares e discotecas de diversão nocturna. Na Rua das Fontainhas as pessoas iam vender os esquentadores velhos, e outros materiais. A única que resiste é a Fábrica de pintura de azulejo à mão, ao lado de onde era a EPI. Muito interessante o que fabricavam, tudo materiais pintados à mão e mesmo lavatórios, que nunca pensei fazer-se daquilo.</p>	
<p>Globalmente alterações na Freguesia? Alteram as características da Freguesia?</p>		<p>Pateos e Vilas, com interesse urbanístico dos construtores civis, dos poderes na Câmara e do poder económico, deixaram sempre para cair, para morrer ao abandono e à degradação e aí contribuía para que as pessoas com mais dificuldades abandonassem Pateos e Vilas que não têm condições mínimas, sem casas de banho, tectos a cair, infiltrações de água. Os próprios proprietários deixavam degradar para que as pessoas se fossem embora, depois vendiam o que deu origem à transformação de todo o tecido social para bem diferente. À hora de almoço estava sempre cheio de trabalhadores, almoçávamos no refeitório das empresas e depois sempre tínhamos meia hora para comprar isto ou aquilo no comércio local. Roupas, sapatos, pronto-a-vestir, também desapareceram muitas sapatarias, as velhas tascas com a bifana, o passarinho frito, o pastel de bacalhau, que fazia parte da caracterização da Freguesia. Entretanto com o “condomínio fechado” com um tecido social</p>	<p>Foi principalmente o ser uma zona onde existiam muitos operários das várias empresas que lá funcionavam e pouco a pouco foi-se perdendo, com o seu encerramento. Em parte alterou as características da Freguesia. Principalmente com a transformação destas fábricas que existiam, principalmente na zona onde eu trabalhava, em condomínios de luxo, mas também houve outras zonas que foram transformadas com a construção destes condomínios, como na Regina ou na Aliança</p>

		<p>diferente, de uma classe média, com um nível salarial muito acima do salário do operário, gente mais fechada e menos hilariante no contacto com as forças vivas da Freguesia, mais fechados nas suas casas. Vêm de carro para os condomínios e deixam-nos nas garagens, nem se veem, não se sabe quem mora ou não, enquanto dantes em Alcântara as pessoas conheciam-se, paravam a conversar umas com as outras, conhecia-se a peixeira, quem vendia a hortaliça, conversava-se na padaria, e hoje essa característica não existe.</p>	
<p>Quer acrescentar mais alguma consideração?</p>		<p>Todo o Comércio Local estava feito para aquele tecido social, foi muito afectado, reduz-se os habitantes da Freguesia e o seu tipo é outro. Havia três ou quatro barbeiros (também para o operário que saía e aproveitava para fazer a barba e cortar o cabelo) e que na maioria acabam por desaparecer assim como o fotógrafo. As pessoas iam tirar a sua fotografia para o bilhete de identidade, era tudo mais perto, dava para pedir ao chefe ou ao encarregado “vou só ali tirar a fotografia”, ou ir comprar o parafuso, a lâmpada, a torradeira, todo aquele Comércio Local funcionava em função disso.</p>	

GRELHA ANALÍTICAS DAS ENTREVISTAS	Nº4	Nº5	Nº6
I. Caracterização pessoal	Gráfica Mirandela	Sidul	Progresso Mecânico (Fáb. dos Alfinetes)
Idade e Local de Nascimento	62 anos. Moledo/ Minho.	68 anos. Lisboa, Freguesia da Ajuda	71 anos. Vidigueira. Alentejo
Profissão que tinha e a última categoria profissional	Fotocompositor, ultimamente era coordenador de produção. Trabalhava em Alcântara mas depois fui para a Stº Antão do Tojal.	Embaladora	Modelação de pregos e alfinetes.
Onde residia? E actualmente?	Já residia na Ajuda, onde ainda resido.	Freguesia da Ajuda. Agora no Seixal	Alcântara. Caparica em Almada.
II. Caracterização da Empresa e dos seus trabalhadores:			
Empresa em que trabalhava e como a caracteriza	Primeiro foi Empresa Nacional de Publicidade. Começou por ser intervencionada. Constituída pelo Anuário Comercial e a editorial Notícias. Em final de 1975 princípio de 76 foi criada a Empresa Pública EPNC-Empresa Pública Notícias Capital. Agregou todos os títulos. A única coisa que já não existia era o Jornal “Mundo Desportivo”. Depois a EPNC começou a ser vendida, começando pelo Anuário Comercial (que funcionava em Alcântara) em 1988, é quando a Mirandela Comprou o Anuário Comercial de Portugal. A Empresa funcionava na Tv. do Ferragial e Tv. Conde do Rio e começa a fazer transferência de algumas das máquinas e o pessoal deles para as instalações de Alcântara. A imagem que sempre guardei da Empresa. Era da E.N. Publicidade depois EPNC e depois a Mirandela. Era uma Empresa com gestão tipo familiar. Pequena empresa que passou a média, mas que nunca deixou a gestão familiar. Era o pai o dono e um filho também estava na gestão. Tinha uma gestão familiar. Foram-se agravando os problemas e complicando a situação económica.	Sidul. Refinação de Açúcar. Faziam a refinação do açúcar e o seu embalamento. Sede na Av. da Índia.	Fábrica Progresso Mecânico também conhecida por Fábrica dos Alfinetes. Havia na altura muita gente jovem (entrei com catorze anos), Fabricava-se correntes, clips, agraphes, estojos de compassos, pregos e alfinetes. A sede era na Rua João de Lemos em Alcântara e com uma dependência na Portela da Ajuda.
Quantos trabalhadores existia, quais as categorias profissionais	Nesta última fase, ponto alto da Empresa, eram cerca de 140 a 160 trabalhadores. Maioritariamente gráficos. Acabamento gráfico (operadores manuais e de máquinas, impressores, Fotocompositores, montadores e havia a parte de trabalho de estúdio, mais ligados às novas tecnologias. Administrativos e manutenção mecânica e eléctrica.	Cerca de 300 trabalhadores, na maioria operários. Operadores, afinadores de máquinas, controladores de qualidade, engenheiros, motoristas e outros	Cerca de 250 Trabalhadores na sua maioria operários.
III. O encerramento ou deslocalização e consequências			
A sua Empresa encerrou ou foi deslocalizada? Consequência da desindustrialização?	Foi deslocalizada devido a uma situação criada por uma ideia megalómana da administração da empresa, de pai e filho, de quererem vir a ser a maior gráfica do País. Fizeram um negócio com o Dr. Pinto Balsemão,	Deslocalizada para Stª Iria da Azóia, por reorganização da Empresa e por fusão com uma empresa inglesa.	Primeiro encerrou em Alcântara. Fomos deslocalizados para a Ajuda e depois encerrou.

	<p>que consistia, durante um período de mais ou menos 10 a 12 anos a empresa ficava com o Expresso, mas tinha que comprar uma máquina específica para isso, uma rotativa, porque queriam todas as páginas a cores, mudando o formato do jornal. A situação foi-se agravando e acabou por fechar em Março de 2013, e pedida a insolvência. Muitas dívidas aos trabalhadores, aos fornecedores e ao estado (Seg. Social, Finanças).</p>		<p>O seu encerramento foi principalmente pela má gestão por parte dos donos da empresa. Não renovavam as máquinas.</p>
<p>Destino dos trabalhadores, ficaram na Freguesia ou foram para outra zona da Cidade ou outra região? No seu caso pessoal, como foi? Consequências para a sua vida e família? Como ficou a sua situação laboral? Foi afectada a vida familiar?</p>	<p>Muitos dos trabalhadores da Imprejornal não quiseram vir para a Mirandela, e pagaram-lhes indemnizações, mas ainda passaram cerca de 50. Uns eram da manutenção outros impressores da rotativa da Imprejornal. Reformei-me em 1 de Novembro de 2012. Não teve alterações porque era perto de onde morava. Quando construíram e formaram a empresa em Stº Antão do Tojal, criaram uma nova empresa, para não abrirem falência da anterior. Esta chamava-se VMJF (Valentim Morais – pai – José Filomeno – filho) que chegou a ser constituída. Queriam que os trabalhadores assinassem um contrato novo, perdendo os direitos. A Mirandela, cedia aqueles trabalhadores à VMJF, mas não se sabia como era caso a empresa os despedisse. Metemos o contencioso do Sindicato e fez travar o processo, mas houve 10 trabalhadores que assinaram. Estavam há pouco tempo para a empresa, não tinham sequer um ano de empresa e com contrato a prazo. Dois ou três da manutenção e os restantes de acabamentos. Todos os que passaram mantiveram os mesmos direitos e regalias. Quando a Mirandela comprou as oficinas gráficas do Anuário, houve vários trabalhadores que não passaram. Éramos cerca de 300, mas com as reformas antecipadas houve vários que saíram, e só passaram cerca de 100 para a Mirandela. No entanto, mais tarde a pressão era muito grande. Nas oficinas gráficas éramos acusados de ser os revolucionários porque fazíamos greves, que na Mirandela não faziam. Quando fomos para lá eu estive cerca de 7 meses sem ter trabalho distribuído e ficava no meu posto de trabalho sem fazer nada. Tentavam</p>	<p>Alguns reformaram-se Eu vivia na Ajuda, como já tinha uma incapacidade não fui para StºIria, saí com indemnização e fui viver para o seixal.</p>	<p>Muitos ficaram na freguesia mas outros como eu saímos quando a empresa fechou. Eu fui viver para Almada onde a habitação era mais barata na altura. Tive uma reforma antecipada e recebi indemnização por isso.</p>

	<p>inclusive que os trabalhadores não falassem comigo. Tentaram também acenar com postos de chefia aceitando determinadas condições que recusei, inclusive de aumentos fora da tabela.</p>		
<p>IV. Alcântara e as suas alterações: Como recorda Alcântara quando existia a Empresa? A vida em Alcântara nessa altura? Principais características?</p>	<p>Quando construíram e formaram a empresa em Stº Antão do Tojal, criaram uma nova empresa, para não abrirem falência da anterior. Esta chamava-se VMJF (Valentim Morais – pai – José Filomeno – filho) que chegou a ser constituída. Queriam que os trabalhadores assinassem um contrato novo, perdendo os direitos. A Mirandela, cedia aqueles trabalhadores à VMJF, mas depois não se sabia como era caso a empresa os despedisse. Claro que metemos o contencioso do Sindicato e fez travar o processo, assim mesmo houve 10 trabalhadores que assinaram. Estes tinham entrado à pouco tempo para a empresa, não tinham sequer um ano de empresa e estavam com contrato a prazo. Dois ou três da manutenção e os restantes de acabamentos. Assim todos os que passaram mantiveram os mesmos direitos e regalias. Quando a Mirandela comprou as oficinas gráficas do Anuário, houve vários trabalhadores que não passaram. Éramos cerca de 300 trabalhadores, mas com as reformas antecipadas houve vários que saíram, e só passaram cerca de 100 para a Mirandela. No entanto, mais tarde a pressão era muito grande. Nas oficinas gráficas éramos acusados de ser os revolucionários porque fazíamos greves, que na Mirandela não faziam. Quando fomos para lá estive cerca de 7 meses sem ter trabalho distribuído e ficava no meu posto de trabalho sem fazer nada. Tentavam inclusive que os trabalhadores não falassem comigo. Tentaram também acenar com postos de chefia aceitando determinadas condições que recusei, inclusive de aumentos fora da tabela.</p>	<p>Havia uma grande movimentação todos os dias no Calvário. Maioria de operários das empresas daquela zona.</p>	<p>Havia um ambiente operário, seja pelos trabalhadores das várias empresas, seja pelos moradores da Freguesia. Nas lojas da freguesia havia de tudo um pouco sem necessidade de irmos comprar longe aquilo que necessitávamos.</p>

Principais mudanças na habitação, seus moradores, composição social, estrutura etária?			
<p>Na Freguesia, na habitação, nas empresas, no pequeno comércio, que alterações mais significativas sentiu?</p> <p>O local da sua empresa, que transformações recebeu?</p>	<p>Na Rua Rodrigues Faria havia pequenas empresas (pequenas oficinas) e na Rua das Fontainhas também pequenas oficinas e empresas, EPI, Mompopor, Fábrica de Azulejos, uma empresa gráfica. Já nada existe, onde há hoje o consulado de Angola. A entrada para o seu Parque subterrâneo está onde era a entrada para a Quimigal. Do outro lado da rua havia o Pão de Açúcar, armazém e a sede dos escritórios. Depois a Primeira Rua Particular e a Segunda Rua Particular, havia várias pequenas e médias empresas com uma média de 40/50 trabalhadores, onde existia a Litografia Portugal. A Mirandela saiu em definitivo de Alcântara em 2010. O ambiente que se vivia aí era tipicamente um ambiente operário. A mudança mais sentida foi a transformação para casas de diversão nocturna. Criaram o LX-Factory em 2008 que foi ocupando espaços à medida que empresa foi largando instalações (saímos em definitivo em 2010). Eu desde que saí de lá, nunca mais consegui lá entrar, custava-me muito lá ir. Foi comprado para construírem um condomínio fechado. Não foi permitido porque era necessário fazer alteração ao PDM. Tinha que rentabilizar o espaço, para pagar o dinheiro ao Banco e foi alugando a loja. A parte de escritórios tem <i>ateliers</i> de arquitectura, vendas diversas de produtos, jogos de videocomputadores, restaurantes, uma papelaria que resultou do aproveitamento das instalações da máquina do jornal. A máquina como não foi paga ficou lá, e aproveitaram da parte dos porta-bobines para espaços, tomar um café, estar a consultar ou a ler um livro e na parte mais ampla, que era a zona de saída dos jornais, é onde funciona a papelaria. Tinham também uma escola de arte a funcionar. O Sector operário desapareceu dali, deu lugar a outros espaços e outros trabalhadores, que não se compara ao nº de postos de trabalho aos que existiam. Reduziu para menos de metade. O salão do rés-do-chão é alugado para vários eventos, inclusive</p>	<p>Voltei lá há pouco tempo e está tudo arrasado, dá-me pena. Toda aquela zona está totalmente transformada. Nenhuma das empresas que havia existe. Nos terrenos da Sidul queriam construir umas Torres mas foi chumbado.</p>	<p>Agora está muito mudada. Quando lá vou, para visitar amigas e amigos que ainda lá vivem, noto uma grande diferença. Muitas lojas fechadas, já não há aquele ambiente que se sentia e vivia das empresas e dos trabalhadores que se juntavam ali em Stº Amaro ao almoço e ao fim de dia.</p> <p>A Fábrica como é hoje um condomínio de luxo, em que as pessoas que lá vivem vieram de fora e são de outras classes sociais.</p>

	para filmagens de cenas de telenovelas. Mas em relação ao Comércio, não se vê nada. Desapareceu o Pão-de-Açúcar mas há o Pingo Doce, todos os Restaurantes de luxo que havia, como o do Eládio Clímaco ou do Herman José, fechou tudo.		
Conhece mais situações de alteração da estrutura urbanística e/ou construção de habitação com novas características? Quais e de que tipo? As alterações na composição social, que reflexos teve no comércio local? Pode citar exemplos?		Só vemos naquele redor grandes construções, condomínios de luxo, mas não é para a malta que vivia ou trabalhava ali.	Junto ao Calvário e junto ao jardim do Alto de Stº Amaro há também condomínios de luxo que substituíram as fábricas ou os edifícios de habitações (como foi em Stº Amaro).
Recordações boas ou não do período da sua vida como trabalhador e/ou morador	Recordo-me que quando eu entrava na Empresa às 8h, chegava ao Largo do Calvário cerca das 7,20h e já o Calvário estava cheio e a Fonte dos Passarinhos (cervejaria) cheia de malta, assim como ao lado a Tahiti (Pastelaria) e defronte a tasca das portas largas, que chamávamos “O Resina”, todos estes sítios estavam cheios com a malta a tomar o pequeno-almoço. A comer bifanas e a beber imperiais ou copos de vinho. Era uma forma também de convívio que tínhamos ali, num ambiente tipicamente operário. Como recordação má, recordo-me de num 1º de Maio em 1972, em que nós tínhamos o dia dos Tipógrafos nesse dia, que já celebrávamos no Rossio. Vi um aparato fora do comum de polícia, quando íamos para o Rossio. No Calvário, nas Fontainhas e mesmo no Largo de Alcântara tudo cheio de polícia, preparados para actuar.		
Outras empresas/ outros exemplos:			
Outras situações, trabalhadores de outras empresas-situações? Quer dar exemplos?			
Mantiveram-se como moradores ou foram para outra Freguesia ou Concelho?	Muitos mantiveram-se em Alcântara. Mas muitos dos que se reformaram foram para a sua terra de origem ou mesmo viver com os filhos para outras zonas da AML, inclusive para a margem Sul.		
V. Movimento Associativo, na Empresa e na Freguesia:			
Estruturas associativas na empresa? Nas outras empresas?			

Movimento Associativo na Freguesia havia participação dos trabalhadores e moradores? Quer dar exemplos	Naquela Zona resistiu a Promotora mas com outras características. Resiste a ASA – Academia de Stº Amaro, os “31 de Stº Amaro”, o Chinquillo Junqueirense, que se ressentiu com o encerramento da Fábrica Santana que era ali ao lado. A Fábrica fechou e o que se mantém é um posto de vendas.		Eu era sócia da ASA, da Academia, costumava frequentar a Colectividade assim como o meu marido, que também era da mesma fábrica.
VI. Alterações urbanísticas, alterações sentidas na Freguesia:			
Alterações urbanísticas e o reordenamento em Alcântara, o mais significativo?	Também em Stº Amaro, junto à Carris, aquela casa que existia dos frangos assados (dos Galegos) também fechou, o restaurante o furo fechou, todas as pequenas oficinas que existiam na rua 1º de Maio foram fechando. Nas áreas maiores deu lugar a condomínios fechados. Na própria Rua Leão de Oliveira, defronte do Mercado Rosa Agulhas também há um condomínio fechado.		
Globalmente alterações na Freguesia? Alteram as características da Freguesia?	Criação de condomínios de luxo, transformação de zonas operárias em zonas de diversão com alterações radicais na zona. Alterou em parte as características principais da Freguesia		Estas construções alteraram muito a Freguesia e o conjunto dos seus moradores. Hoje já quase não há empresas em Alcântara e nota-se diferença nos seus moradores.
Quer acrescentar mais alguma consideração?	Nestas transformações que houve, tivemos um contraste grande. Enquanto dantes estes dois Largos (Fontainhas e Calvário) estavam cheios de operários no início e fim de dia, nos últimos anos passou a ter grande movimento mas durante a noite. Por exemplo, houve alturas que o Largo das Fontainhas de noite parecia como de dia, toda a noite até às 6 ou 7 da manhã, de toda a malta que frequentava as discotecas e mesmo em iluminação com os holofotes que tinha. Havia permanentemente 2 ou três roulottes e toda a noite tinham freguesia, o que era mau também por causa dos moradores.		

CURRICULUM VITAE

MODELO EUROPEU DE CURRICULUM VITAE



Informação Pessoal

Nome	Lago, Pedro Manuel de Carvalho
Morada	Cç. DO TEIXEIRA, 36 – 1900-430 LISBOA
Telefone(s) de contacto	Telemóvel: 965378515
Correio electrónico	pmclago@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de Nascimento	17 DE SETEMBRO DE 1952

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• Datas	De 2002 a 2015
• Nome e endereço do empregador	Gabinete Projecto – Seixal
• Tipo de empresa ou sector	Projectos e Engenharia Civil
• Função ou cargo ocupado	Direcção e Coordenação de Projectos
• Principais actividades e responsabilidades	Trabalho em estaleiro, interpretação, leitura, acompanhamento e Coordenação de Projectos de Construção Civil
• Datas	De 2000 a 2015
• Nome e endereço do empregador	IBJC – INOVINTER – STAL – MESTRE
• Tipo de empresa ou sector	Educação/Formação
• Função ou cargo ocupado	Formador
• Principais actividades e responsabilidades	Formador nas Áreas: SHST (Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho); Técnicas de Comunicação; Marketing; Planificação e Organização; Direitos Individuais e Colectivos; Direitos de Cidadania; Formação Associativa; Economia da Empresa e Organização do Trabalho; Vendas e Liderança em Vendas; Animação de Grupos; Técnicas de Comunicação, Marketing e Planeamento na Área de Vendas; Relações e Atendimento ao Público; Liderança e Gestão de Conflitos; Gestão Hoteleira; Contabilidade Autárquica; Aquisição de Bens e Serviços (DL-197/99); Operador de Estações Elevatórias.

<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	De 1992 a 1999
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>Aroma da Terra Produtos Naturais Coordenador e Director Regional de Vendas em Espanha. Representante da Aroma da Terra em Espanha Gestão, Formação e Direcção de Grupos</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	1992
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>ASPP (Associação Sindical Sócio - Profissional da Policia de Segurança Publica) Sector Sindical Adjunto da Direcção e Chefe de Serviços Assessorar a Direcção, Contactos com a Comunicação Social, Responsabilidade do Pessoal, Reorganização e Coordenação dos Serviços</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	De 1979 a 1992
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>Sector Sindical Especialista em contratação e negociação Apoio à contratação e negociação</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	De 1968 a 1978
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e endereço do empregador • Tipo de empresa ou sector • Função ou cargo ocupado • Principais actividades e responsabilidades 	<p>Companhia de Navegação Carregadores Açorianos /Empresa Insulana de Navegação Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos Transportes Marítimos Estatística, Secção Marítima, Contabilista e Consultor Financeiro (Análise e Previsão de Receitas e Despesas) Entradas e saídas de Navios, Análise de custeios marítimos, Classificação de documentos e análise de balancetes Análise e previsão financeira na área marítima</p>

FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL

<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	1970
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação • Designação da qualificação atribuída 	<p>Escola Comercial Veiga Beirão – Lisboa Curso Geral do Comércio Frequência do 1º Ano do Instituto Comercial</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	De 1992 a 2007
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação • Designação da qualificação atribuída 	<p>IBJC Curso de Animação de Grupos na Renovação do CAP (Certificado de Aptidão Profissional)</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	De 1992 a 2007
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação 	Aroma da Terra, IBJC e Inovinter
<ul style="list-style-type: none"> • Designação da qualificação atribuída 	Cursos de – Vendas / Liderança / Organização e Planeamento / Gestão Hoteleira Técnicas de Comunicação e Informação / Controlo Mental para Vendas / Liderança Gestão de Conflitos
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	2002
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação 	IBJC e Inovinter
<ul style="list-style-type: none"> • Designação da qualificação atribuída 	Formação de Formadores em: SHST (Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho) Direitos e Cidadania Planificação e Organização Técnicas de Comunicação Animação de Grupos
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	1978
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação 	Price Watherhouse
<ul style="list-style-type: none"> • Designação da qualificação atribuída 	Controlershipp – Gestão e Controlo Financeiro
<ul style="list-style-type: none"> • Datas 	2010/2013
<ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo da organização de ensino ou formação 	ISCTE-IUL
<ul style="list-style-type: none"> • Designação da qualificação atribuída 	Licenciatura em Sociologia - Políticas Públicas

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS

PRIMEIRA LÍNGUA

PORTUGUÊS

OUTRAS LÍNGUAS

INGLÊS

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

Bom

Bom

Bom

ESPAÑHOL

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

Muito Bom

Muito Bom

Muito Bom

ALEMÃO

- Compreensão escrita
- Expressão escrita
- Expressão oral

Regular

Regular

Regular

- **FRANÇÊS**
 - Compreensão escrita Bom
 - Expressão escrita Bom
 - Expressão oral Bom

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
SOCIAIS**

Capacidade de Trabalho em Equipa
Assertividade
Capacidade de Gestão Emocional e de Resistência ao Stress
Capacidade de Comunicação

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
DE ORGANIZAÇÃO**

Capacidade de Gestão de Projectos e de Equipas
Capacidade de Gestão do Tempo
Capacidade de trabalho orientado para o cumprimento de Objectivos
Capacidade de Gestão e de Liderança
Capacidade de Motivação
Empreendedor

**APTIDÕES E COMPETÊNCIAS
TÉCNICAS**

Conhecimentos de informática na óptica do utilizador: Microsoft Office
(PowerPoint, Word, Excel, Access). Internet.
Conhecimentos de Autocad e de Corel.

**OUTRAS APTIDÕES E
COMPETÊNCIAS**

Gosto pela leitura e pela escrita
Gosto pela poesia
Gosto pelo Desporto

CARTA(S) DE CONDUÇÃO

Ligeiros
Categoria B